

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CAROLINA SANTOS HILAL DE ALBUQUERQUE

O ABUSO SEXUAL NO ESPAÇO PÚBLICO: narrativas digitais do sofrimento

RIO DE JANEIRO

2020

CAROLINA SANTOS HILAL DE ALBUQUERQUE

O ABUSO SEXUAL NO ESPAÇO PÚBLICO: narrativas digitais do sofrimento

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, no Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Machado.

RIO DE JANEIRO

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Santos Hilal de Albuquerque, Carolina
S641a O ABUSO SEXUAL NO ESPAÇO PÚBLICO: narrativas
digitais do sofrimento / Carolina Santos Hilal de
Albuquerque. -- Rio de Janeiro, 2020.
151 f.

Orientadora: MONICA MACHADO.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2020.

1. #primeiroassédio. 2. Comunidades virtuais. 3.
Trauma. 4. Testemunho. 5. Violência sexual. I.
MACHADO, MONICA, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia
Programa EICOS - Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Ata de Defesa de Mestrado

Às 15:00 hs do dia **29/06/2020**, o(a) aluno(a) **CAROLINA SANTOS HILAL DE ALBUQUERQUE** (registro nº. 118002342), se submeteu à banca examinadora composta pelos Professores Doutores: Monica Machado Cardoso, CPF nº 933.770.707-10 (orientadora e presidente da banca), Paulo Roberto Gibaldi Vaz, CPF nº 796.531.117-87 e Lucia Maria Marcellino de Santa Cruz, CPF nº 760.960.847-53. O trabalho do(a) aluno(a), intitulado **“O abuso sexual no espaço público: narrativas digitais do sofrimento”** foi: () aprovado, devendo entregar a versão final encadernada no prazo de 60 dias; () aprovado condicionalmente, devendo apresentar os ajustes exigidos pela banca, no prazo máximo de 90 dias*; () reprovado. **APROVADO(A)** o(a) aluno(a) faz jus ao título de **Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social**. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a).

Banca:

Orientador(a):

Mônica Machado

Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Lucia Maria Marcellino de Santa Cruz

Aluno(a):

Observações:

A banca reconhece o potencial do estudo avançado e recomenda a continuidade do estudo no doutorado

Atestado de cumprimento das exigências*

O(A) aluno(a) cumpriu as exigências e a partir desta data e tem _____ dias para entregar a versão final encadernada.

Mônica Machado

Assinatura do Orientador

Data: ___/___/___

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, de modo especial, à minha mãe, Maria Angélica, com amor e gratidão.

À minha filha, Isabel, para que ela tenha e seja todas as vozes que desejar ter e ser.

Ao Dauro, com quem compartilho a minha vida, por todo o amor, carinho e sustento nos dias mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Nos dois anos de elaboração dessa pesquisa, muitas coisas aconteceram. Engravidei e tive uma filha, o Brasil vem atravessando momentos muito difíceis politicamente e, com isso, passei mais da metade desta trajetória com a bolsa acadêmica *sub judice*. Meu marido perdeu o emprego, fui internada com uma grave crise de apendicite e precisei contar com o apoio do corpo docente no período. E, finalmente, meus últimos três meses – período em que estamos fechando o texto de dissertação – atravessamos uma das maiores pandemias da história: o novo coronavírus (COVID-19), exigindo um cenário de isolamento e quarentena domiciliar. Por todas essas razões, agradeço inicialmente a Deus, que me guiou, protegeu e mostrou todos os caminhos até aqui. Assim como acredito que continuará fazendo.

Neste período, também pude constatar que o único aspecto solitário dessa trajetória é a escrita. E, ainda assim, se o discente tiver a sorte de ter alguém como a Mônica Machado, minha orientadora, sua caminhada será mais leve e melhor direcionada. Por isso, agradeço pelo tempo e carinho investidos, por ter me desinstalado e oferecido reflexões que transformaram meu olhar sobre o objeto de pesquisa, e por sua orientação tranquila e segura nesse percurso.

À Lucia Santa Cruz, por sua sensibilidade, delicadeza e suas valiosas contribuições no exame de qualificação, por ter aceitado compor a banca de avaliação desta dissertação, mas, também, por seus belos trabalhos, como os de memória, que me encantaram nos encontros do CIEC (Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da UFRJ).

A Paulo Vaz, pelas inquietações instigadas no exame de qualificação, por ter gentilmente me aceitado em sua disciplina na ECO (Escola de Comunicação da UFRJ), por ter aceitado fazer parte da banca de avaliação desta dissertação, mas, sobretudo por ter escrito trabalhos acadêmicos que contribuíram e enriqueceram tanto esta pesquisa.

Ao meu querido grupo de pesquisa, obrigada por terem sido parceiros nessa jornada. Não esquecerei o chá de fraldas surpresa que Isabel e eu ganhamos! Minha gratidão a Rondon, Arize, Camilla, Débora, Nathalia, Isabela e Helena. Um obrigada especial à Juliana Bach, pelos áudios, almoços, desabafos e por ter, generosamente, revisado este trabalho quando os meus olhos já estavam cegos.

Ao corpo docente do EICOS/UFRJ e a todos os funcionários. Agradeço de modo especial a Ricardo Fernandes, que me auxiliou em tantos momentos, pessoais e burocráticos.

Ao CNPq e à UFRJ pelo imprescindível apoio financeiro que permitiu a produção e conclusão deste projeto.

À minha mãe, Maria Angélica, e ao Dauro, meu marido, por tudo e, especialmente, pelo apoio incondicional com a Isabel nos momentos mais críticos.

Ao meu pai, Alexandre, e meus irmãos, Raphael e Lucas, por todo o incentivo, apoio e palavras que me fizeram acreditar que eu conseguiria concluir esse grande desafio. À minha cunhada, Bruna, por entreter tão bem a minha filha durante o último ano.

Aos meus avós, Celeste e Hilton, pelo amor e cuidado sempre presentes, e por me mostrarem o caminho da educação desde muito nova.

Aos meus sogros e todos os amigos que me ajudaram, direta e indiretamente, me dando força quando as pernas vacilavam, compreendendo meus dias de nervosismo, mas, principalmente, minha ausência.

À Comunidade Católica Maanaim, que há 21 anos vem sendo um dos meus principais locais de fala. Todo o meu amor!

À Think Olga, pelas necessárias iniciativas em prol do movimento feminista. A cada mulher que luta, diariamente, para ser ouvida, para elaborar seus estados psicológicos, para romper com os tantos tabus do silêncio que ainda temos. E a todos aqueles que foram, de alguma forma, importantes para a realização deste trabalho.

RESUMO

HILAL, Carolina. O abuso sexual no espaço público: narrativas digitais do sofrimento. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) — Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Este projeto de pesquisa se dedicou a investigar o papel das narrativas digitais sobre o sofrimento humano, especialmente em situações de violência sexual. São usados como ponto de partida os debates teóricos sobre trauma (FREUD, 1894; FERENCZI, 1990), analisado sob a ótica da psicanálise. A discussão é baseada no tensionamento de questões sobre memória, testemunho e subjetividades (LEVI, 1988; VAZ, 2014). Tal arcabouço teórico será atravessado por questões referentes ao feminismo no Brasil e no mundo, além de reflexões acerca das relações de dominação e poder. Somam a essa discussão, e lhe imprimem certo ineditismo, as colaborações acerca de memórias mediadas na área da antropologia digital (VAN DIJCK, 2007; MILLER, 2014; MACHADO, 2017), e das representações sociais. Sob o olhar metodológico, busca-se adotar a análise do discurso sobre as postagens da mobilização digital #primeiroassédio, com base no recorte de 50 relatos publicados no Twitter, entre outubro e dezembro de 2015, que narram casos de abuso e/ou assédio sexual feminino cometido por familiares ou por pessoas muito próximas da vítima. A proposta, então, é investir sobre os modos de enunciação em narrativas online a fim de investigá-los à luz das teorias propostas. Após analisar os depoimentos recortados, constatamos que campanhas como a #primeiroassédio rompem com o silenciamento e abrem o espaço público para a organização do trauma. Não se trata de uma superação individual, mas uma busca pela mudança social conferida ao problema. Os resultados também apontam para os efeitos de uma vulnerabilidade exposta pelas mídias sociais. Foi expressiva a quantidade de relatos que demonstraram a capacidade que o ato de testemunhar publicamente tem para reacender memórias negativas e gerar efeitos como a insônia, o medo e a angústia no psiquismo das vítimas. Contudo, compreendemos que não é possível um olhar reducionista sobre o tema que permeia esta pesquisa, mas uma leitura interdisciplinar, pois compreendemos que a sensibilidade da questão demanda a união de saberes como a Psicologia, a Comunicação e a Antropologia, caminhando lado a lado.

Palavras-chave: #primeiroassédio, comunidades virtuais, trauma, testemunho, violência sexual.

ABSTRACT

HILAL, Carolina. O abuso sexual no espaço público: narrativas digitais do sofrimento. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) — Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This research project was dedicated to investigating the role of digital narratives about human suffering, especially in situations of sexual violence. Theoretical debates on trauma are used as a starting point (FREUD, 1894; FERENCZI, 1990), analyzed from the perspective of psychoanalysis. The discussion is based on the tensioning of questions about memory, testimony and subjectivities (LEVI, 1988; VAZ, 2014). Such theoretical framework will be crossed by issues related to feminism in Brazil and in the world, in addition to reflections on the relations of domination and power. Adding to this discussion, and giving it a certain novelty, are collaborations about mediated memories in the area of digital anthropology give it a new dimension (VAN DIJCK, 2007; MILLER, 2016; MACHADO, 2017), and social representations. From the methodological point of view, we seek to adopt the analysis of the discourse on the posts of the digital mobilization #primeiroassedio, based on the clipping of 50 posts published on Twitter, between October and December 2015, which narrate cases of abuse and / or sexual harassment committed by family members or by people very close to the victim. The proposal, then, is to invest in the enunciation modes in online narratives in order to analyze them in the light of the proposed theories. After analyzing the clipped testimonials, we found that campaigns like #primeiroassedio break the silence and open the public space for the organization of trauma. This is not an individual overcoming, but a search for social change conferred to the problem. The results also point to the effects of a vulnerability exposed by social media. There was a significant number of reports that demonstrated the ability the act of publicly witnessing has to rekindle negative memories and provoke effects such as insomnia, fear and anguish in the victims' psyche. However, we understand that it is not possible to have a reductionist view on the theme that permeates this research, but an interdisciplinary reading, as we understand that the sensitivity of the issue demands the combination of knowledge such as Psychology, Communication and Anthropology, walking side by side.

Keyword: #primeiroassedio, virtual communities, trauma, testimony, sexual violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Reação dos pais.....	76
Figura 2: Reação dos pais.....	76
Figura 3: Consequências enfrentadas.....	77
Figura 4: Reação dos pais calcada na violência	77
Figura 5: Reação de responsáveis incluindo a falta de crédito à narradora	78
Figura 6: Reação dos pais em situação de convivência	79
Figura 7: Reação de responsáveis atribuindo responsabilidade à vítima.....	79
Figura 8: Efeitos do silenciamento	82
Figura 9: Minorias ativas.....	83
Figura 10: Minorias ativas.....	83
Figura 11: Silenciamento imposto pela família.....	84
Figura 12: Silenciamento provocado por ameaça à vítima	84
Figura 13: Silenciamento rompido pela campanha.....	85
Figura 14: Silenciamento induzido pelo agressor.....	85
Figura 15: Sentimento de medo por trás da atitude da vítima.....	86
Figura 16: Sentimentos coexistem nas vítimas	87
Figura 17: Consequências da violência.....	87
Figura 18: Sofrimento palpável no relato da vítima	88
Figura 19: Sentimento de ódio nutrido pelo pai em função do trauma.....	88
Figura 20: O corpo feminino como objeto de desejo.....	90
Figura 21: A exposição do corpo como prerrogativa para o abuso sexual	91
Figura 22: Configuração do sofrimento	96
Figura 23: Reação que endossa o caráter testemunhal.....	97
Figura 24: Violência simbólica.....	98
Figura 25: Danos psíquicos do trauma.....	99
Figura 26: Consciência na vida adulta	100
Figura 27: Mulher acredita que a consciência tardia é a pior parte do processo.....	100
Figura 28: Dificuldade em partilhar o abuso dentro de casa	102
Figura 29: Comportamento afetado pelo abuso sofrido.....	102
Figura 30: Identificação com o relato	103
Figura 31: Compartilhamento expressivo	103
Figura 32: Denúncia oficial motivada pela campanha.....	113
Figura 33: Representação construída inibe o relato da vítima	115
Figura 34: Reação positiva da mãe, em favor da vítima	115
Figura 35: Representação da figura do agressor.....	116
Figura 36. Representação como um recurso utilizado pelo agressor.....	117
Figura 37: Agressor desconstrói a representação paterna	119
Figura 38: Vulnerabilidades acentuadas pela campanha nas mídias sociais.....	120
Figura 39: Nuvem de palavras a partir do twitter	122
Figura 40: Montagem de posts que motivaram a campanha	122
Figura 41: Exemplo de testemunho exposto no facebook	123
Figura 42: Engajamento do público no facebook	124
Figura 43: Disposição da pesquisa por <i>hashtag</i>	125
Figura 44: Paradoxo entre imagem e texto no instagram.....	126
Figura 45: Imagem destaca parte do testemunho	126
Figura 46: Manifestação contrária à iniciativa #meaculpa.....	127

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: O LOCAL DE FALA DA PESQUISADORA	13
INTRODUÇÃO	15
1. TRAUMA	21
1.1 A PERSPECTIVA PSICANALÍTICA	26
1.1.1 A herança freudiana acerca do trauma	26
1.1.2 A teoria ferencziana do trauma	29
1.2 MEMÓRIA E TESTEMUNHO	32
1.2.1 Breve panorama histórico do testemunho	32
1.2.2 O trauma no contexto da memória e do testemunho	34
1.2.3 O contraponto do testemunho: a esfera do silenciamento	35
1.3. DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL E O FEMINISMO	41
1.3.1 Bourdieu e a violência simbólica	41
1.3.2 A trajetória das ondas feministas	47
1.3.3 O movimento feminista brasileiro	49
1.3.4 O movimento feminista norte-americano	52
1.4 A MEDIAÇÃO PELA CULTURA DIGITAL E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ..	54
2. OS CAMINHOS DA ANÁLISE	58
2.1 O PERCURSO METODOLÓGICO	58
2.1.1 A perspectiva das representações sociais segundo Jodelet	58
2.1.2 A análise do discurso de tradição francesa	60
2.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA	62
2.2.1 Pré-análise	62
2.2.2 Análise de mídias sociais	65
2.2.3 Análise do discurso	65
2.3 TRIANGULAÇÃO DOS DADOS	66

3. O ESTUDO DE CASO DOS DEPOIMENTOS FEMININOS NAS REDES SOCIAIS	68
3.1 O OBJETO DA PESQUISA: SOBRE A MOBILIZAÇÃO #PRIMEIROASSEDIO	68
3.1.1 Outras campanhas de mulheres vítimas de abuso sexual	68
3.1.2 O porquê da escolha pela mobilização #primeiroassedio	72
3.1.3 Os depoimentos recortados e os discursos emergentes	74
3.1.4 Questões contemporâneas do feminismo sublimadas nos depoimentos analisados	89
3.1.5 A contextualização da fala	93
3.2 DA CONFISSÃO AO TESTEMUNHO	95
3.2.1 O uso do sofrimento na construção de problemas sociais	95
3.2.2 O potencial terapêutico da exposição pública	104
3.2.3 O caráter político dos autorrelatos	109
3.3 O UNIVERSO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	114
3.3.1 O ambiente digital em pauta: como os testemunhos revelam representações	114
3.3.2 <i>Polymedia</i> e as diferenças de formato e conteúdo dos testemunhos no facebook, twitter e instagram	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A ANÁLISE NAS MÍDIAS SOCIAIS	144
APÊNDICE B – PARECER DA CONEP	145
ANEXO 1 – DEPOIMENTOS DA CAMPANHA #PRIMEIROASSEDIO	146
ANEXO 2 – MAPAS DESENVOLVIDOS PELO LABIC	149

APRESENTAÇÃO: O LOCAL DE FALA DA PESQUISADORA

“Me lembro que eu era bem menina. Ele era meu tio, ninguém desconfiaria. Certa vez, estava sentada no sofá de sua casa, ele vinha e passava a mão nas minhas partes íntimas. Fez mais de uma vez. Eu sabia que havia algo errado, me sentia muito mal cada vez que ele fazia isso, mas me calava. Não sei o porquê. Já em casa, contei para a minha mãe o que tinha acontecido. Ela me pediu para não comentar isso com ninguém. Ela e meu pai não me deixaram voltar sozinha à casa dos meus tios. Nunca se tocou no assunto, mas sei que aconteceu com outra prima minha”, disse Tânia¹.

O depoimento acima foi feito por uma mulher extremamente importante para mim, mas, que preferiu manter sua identidade preservada. Marcas de um tabu do silêncio? Muito provavelmente. Mas, ao longo deste projeto de pesquisa, um dos principais aprendizados que tive foi o de não criar certezas prévias. Afinal, quais seriam essas certezas? Quem as garantiria? Logo na introdução deste trabalho, compartilho meu principal objetivo de investigação: compreender o papel do testemunho, feito no espaço público, do sofrimento humano. Em contrapartida, minha principal motivação enquanto pesquisadora foi dar voz ao silenciamento que ainda existe, o silêncio regido pelo medo. Não mais um receio de que aconteça de novo. Mas, do julgamento. Talvez – novamente sinto necessidade de me despir das certezas – o medo de ver toda a culpa sentida intimamente, refletida no olhar do outro.

Sobre o depoimento acima, o abuso sexual voltou a acontecer na vida dessa mulher, já adulta. Dessa vez, feito por um grande amigo de sua confiança até então. Diz o ditado popular que “a boca fala do que a alma está cheia”. Imbuída de tantos anos de dor e de sofrimento, em um rasgo de desespero, ela abriu santuários antigos e permitiu-se pôr para fora todos os episódios, de uma só vez. No final de seu relato, ela reproduziu o mesmo discurso desmentido² de sua mãe, e me pediu: “por favor, não comente nada com ninguém. As pessoas não acreditariam em mim”, finalizou.

Tendo feito um compromisso de silêncio com a narradora e, portanto, impedida de defende-la socialmente, decidi que a incluiria no rol de minorias que procuro defender. Poucos meses depois, a prof. dra. Monica Machado, a quem me orgulho de contar como orientadora

¹ Pseudônimo utilizado para proteger a identidade da narradora.

² Ferenczi chama de “desmentido” o efeito causado pelo trauma. Para o autor, o trauma não se configura no ato em si, mas ocorre quando a criança se depara com a reação do adulto sobre o fato narrado. “[...] O comportamento dos adultos em relação à criança que sofreu o traumatismo faz parte do modo de ação psíquica do trauma” (FERENCZI, 1992, p. 111).

nesta jornada curta, porém intensa, sugeriu o tema do abuso / assédio sexual no ambiente digital para a elaboração de um artigo em conjunto com o nosso grupo de pesquisa.

Na ocasião o tema do meu projeto de pesquisa era gordofobia, outra questão social que considero muito relevante. O fato é que fiquei noites sem dormir, não conseguia parar de pensar no tema do artigo proposto e no quanto ele atendia a uma demanda pessoal, por dar voz a mulheres como Tânia.

Em um dado momento, Mônica me pediu alguma entrega referente ao meu projeto de pesquisa inicial. Foi, então, que percebi que ele estava completamente estacionado. Expliquei a minha situação a ela, consultamos os membros do grupo de pesquisa para nos certificar de que tal “paixão” não havia acometido mais ninguém e, dessa forma, nasceu “O ABUSO SEXUAL NO ESPAÇO PÚBLICO: narrativas digitais do sofrimento humano”.

Como mulher acho muito difícil encontrar alguma que nunca tenha vivido nenhum tipo de episódio de assédio. Acho mais fácil a ingenuidade de uma idade não ter dado conta de atribuir as devidas representações ao que aconteceu. Contudo, acredito que não ter registro impactante em minha própria história me deu a força necessária para encarar a realidade de outras mulheres. Porque se existiu uma grande competência que precisei desenvolver para encarar os relatos pesquisados foi: fôlego.

Para mim, esse trabalho vai além do âmbito acadêmico. Trata-se de um percurso que mostra como uma pesquisa em duas áreas, que dialogam e se complementam, como a Comunicação e a Psicossociologia, pode extrapolar sua função original de produzir conhecimentos, para se tornar também um processo terapêutico, um processo de cura. Nas entrelinhas deste estudo existe uma história que conta como uma menina silenciada pelos pais precisou se expor, de alguma forma, “para exorcizar seus próprios fantasmas e reencontrar – ainda que não totalmente – a crença em si através do testemunho” (informação verbal³).

³ Fala da narradora Tânia em 11 de abril de 2020, quando recebeu o texto desta apresentação para validar seu depoimento.

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo, que atinge milhares de vítimas no Brasil, em função da alta prevalência e de consequências graves, principalmente para o desenvolvimento infantil (OMS, 2002). Para a Organização Mundial da Saúde, o abuso sexual infantil é considerado um dos maiores problemas de saúde pública. Segundo o órgão, os maus tratos envolvem as categorias de abuso sexual, físico, psicológico, além de abandono e negligência.

Segundo a legislação brasileira (2009), o abuso sexual abrange um universo de crimes sexuais. Para evitar possíveis equívocos, utilizaremos as definições do Código Penal Brasileiro no presente projeto de pesquisa: (a) estupro, que tem por principal elemento a prática da violência e de grave ameaça, mesmo que não haja conjunção carnal; (b) violação sexual mediante fraude, quando a vítima é levada à prática de conjunção carnal ou ato libidinoso sem sua concordância, sendo impedida ou dificultada a manifestação de sua vontade; (c) assédio sexual, ou seja, constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual; (d) crimes sexuais contra vulnerável, que envolvem estupro com menor de 14 anos e corrupção de menores, quando se induz um menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outro indivíduo⁴.

No Brasil, o cenário se agrava em relação à predominância deste tipo de violência em mulheres. Em 2015, o País registrou um estupro a cada 11 minutos em meninas, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgados pela emissora televisiva BBC. Mais de 70% das vítimas de violência sexual em mulheres são crianças e adolescentes e quem mais comete o crime são homens próximos às vítimas (IPEA, 2014⁵).

Ainda em 2015, o feminismo protagonizou a cena pública em função de uma ampla gama de fatores, muitos atrelados ao momento político tumultuado, vivido no Brasil, na ocasião. Não à toa, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do ano em questão, levou para as redações o feminismo como tema. A prova apresentava a célebre frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” da filósofa francesa Simone de Beauvoir⁶. A proposta da prova era uma reflexão acerca da persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira.

⁴ BRASIL. **Código Penal**. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/818585/lei-12015-09>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

⁵ IPEA. **Nota Técnica n. 11**. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf>. Acesso em 29 mai. 2018.

⁶ LOPES, Daniel dos Reis. **Redação do Enem 2015: a violência contra a mulher na sociedade brasileira**. 2015. Disponível em: <<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/redacao-do-enem-2015-a-violencia-contra-a-mulher-na-sociedade-brasileira/>>. Acesso em 27 mai. 2020.

O protagonismo do feminismo em 2015 se estende até 2020 (ano em que concluímos esta dissertação) e repercutiu em múltiplos meios de comunicação, como as mídias sociais. Por sua vez, as redes tem se revelado verdadeiras arenas do debate público, onde as pautas feministas levantaram reflexões, debates e conflitos. Um dos movimentos que contribuiu muito nessa direção foi a ação de coletivos feministas, que engendraram campanhas virtuais ampliando a voz de diversos grupos minoritários. Os temas abarcavam desigualdade de gênero e violência sexual, em sua grande maioria, e foram lançados desde antes de 2015, em um movimento crescente.

As características das lutas feministas no Brasil, proeminentes nos últimos cinco anos, apontam para uma quarta onda do feminismo. Segundo Perez e Ricoldi (2018), a quarta onda brasileira é marcada, principalmente, por três atravessamentos: as mobilizações criadas e promovidas na internet, a interseccionalidade⁷ e a atuação por meio de coletivos. Em outras palavras, a expansão do acesso à internet permitiu a polarização de diversas vertentes feministas.

Fazendo uma breve linha do tempo, em 2013, a ONG feminista Think Olga criou o movimento “Chega de Fiu Fiu”, convocando mulheres a denunciarem o assédio verbal sofrido no espaço público⁸. Em 2015, o mesmo coletivo liderou a campanha “Primeiro Assédio” (#primeiroassedio), lançado inicialmente no Twitter, com repercussão no Facebook e no Instagram, reunindo testemunhos de mulheres que narraram suas primeiras experiências como vítimas de violência sexual, de qualquer natureza. O alcance da mobilização foi tão grande, que atravessou fronteiras nacionais e gerou traduções da *hashtag* em outros países, como a #FirstHarassed (primeiro assédio, em tradução literal) nos Estados Unidos⁹, com a mesma intenção: compartilhar a primeira experiência de assédio sexual.

Já no fim de 2017, uma nova polêmica jogou luz sobre as causas de assédio e violência sexual contra mulheres. O “escândalo *Weinstein*” veio à tona logo após uma série de reportagens do jornal *The New York Times* com diversas denúncias de estupro e abuso sexual, contendo um mesmo agressor em comum: o produtor de *Hollywood*, *Harvey Weinstein* (ISTO É, 2020). O caso fomentou a emergência da campanha #MeToo (“eu também”, em tradução literal), que reunia, mais uma vez, relatos de mulheres vítimas de qualquer espécie de violência

⁷ Interseccionalidade (ou teoria interseccional) é o estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação (ZINN, 2015, p. 203).

⁸ THINK OLGA. **Chega de fiu fiu: resultado da pesquisa**. 2015. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>>. Acesso em 20 abr. 2020.

⁹ BBC. **Campanha brasileira inspira hashtag em inglês sobre primeiro assédio sexual**. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_primeiro_assedio_repercussao_cc>. Acesso em: 16 mar. 2020.

sexual. Famosas e anônimas aderiram à campanha online, que foi repercutida pela França, por meio da *hashtag* “*balance ton porc*” (#*BalanceTonPorc*), traduzida livremente como “denuncie seu porco”.

Todas essas campanhas demonstram que estamos tratando de um fenômeno ainda encoberto por um “muro de silêncio”, do qual fazem parte familiares, vizinhos e, algumas vezes, os próprios profissionais que atendem as crianças vítimas de violência (BRAUN, 2002). Em contrapartida, dados do 13º Anuário de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e divulgado em 2019, revelam que o Brasil registra mais de 180 estupros por dia, mais da metade das vítimas tem até 13 anos e três quartos conhecem o agressor¹⁰.

Segundo a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA), podem ser estabelecidas três grandes consequências para o fenômeno da violência sexual. A primeira refere-se ao maior número de atendimentos psicológicos realizados nos serviços públicos e particulares. A segunda envolve a quebra de confiança da criança com o seu protetor/cuidador – ainda que não diretamente, já que mesmo em casos extrafamiliares, a questão do tabu promove, frequentemente, um abafamento da situação. Por fim, a terceira consequência refere-se à sobreposição de diferentes tipos de violência, incluindo abuso físico e psicológico, fortalecendo sequelas emocionais, comportamentais, sociais e cognitivas.

Dessa forma, percebemos que o fenômeno do abuso sexual em mulheres suscita questões e rumos a serem perseguidos ao longo desta pesquisa, por delinear as características e problematizações que ainda permeiam o tema. As narrativas femininas sobre a violência sexual, principalmente no ambiente digital, possuem apenas um papel descritivo-informativo sobre o ocorrido? Como acessar os significados que o indivíduo produz ao longo da experiência narrada? Como compreender as interações da sociedade em prol do discurso publicado? Os relatos, colaboram, de fato, para uma transformação social e para o combate à banalização – e até à opressão – do tema abuso sexual? E, por fim, as mobilizações online são capazes de aumentar as denúncias oficiais e quebrar o silêncio sobre um tema protegido por um muro invisível, estimulando um novo tipo de cidadania e novas práticas de relações sociais?

Tendo em vista a gama de possibilidades que se abrem a partir dessas perguntas, a complexidade do tema e os efeitos associados a uma experiência de abuso ou assédio sexual, a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar o lugar do testemunho – exposto no

¹⁰ FOLHA, Uol. **Brasil registra mais de 180 estupros por dia**. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-mais-de-180-estupros-por-dia-numero-e-o-maior-desde-2009.shtml>>. Acesso em: 16 mar. 2020

espaço público – no sofrimento humano, por meio de narrativas digitais, em situações de abuso sexual. Busca-se compreender, em primeira instância, como o testemunho se organiza, em termos éticos e simbólicos, por meio de mobilizações que permitem visibilidade e repercussão do tema, postadas por vítimas mulheres. Os objetivos específicos são: (i) analisar o discurso autobiográfico sobre abuso sexual no contexto da campanha #primeiroassedio no ambiente digital; (ii) compreender como as narrativas digitais engendradas por mobilizações sociais produzem efeitos políticos na sociedade; (iii) localizar se o testemunho, mesmo com todos os seus limites e impossibilidades, pode ser um caminho para a volta do que foi e ainda é silenciado no universo feminino.

Para tanto, entre as campanhas citadas, escolhemos como objeto de estudo desta pesquisa a mobilização digital marcada pela #primeiroassedio, engendrada no dia 21 de outubro de 2015, pela ONG feminista Think Olga. Como mencionamos, a instituição lançou, no Twitter, a *hashtag* supracitada, em uma publicação que convocava mulheres a compartilharem suas primeiras histórias de abuso e/ou assédio sexual. A campanha surgiu um dia depois da estreia do reality show MasterChef Júnior, exibido pela TV Band¹¹. Durante a transmissão do programa, uma das participantes, Valentina Schulz, de 12 anos, virou alvo de comentários de cunho sexual feitos por internautas na mesma mídia social. Em resposta ao fato e em apoio à Valentina, a Think Olga incentivou suas seguidoras a dar publicidade a relatos pessoais, afirmando que “se apoderar da própria história é importante, de forma que a vítima assim se reconhece como vítima” (THINK OLGA, 2018).

Com o intuito de compreender o contexto e os efeitos da mobilização digital de forma ampla, o ponto de partida desta pesquisa será o levantamento de aparatos teórico-metodológicos que pensam o processo de produção de sentidos sobre trauma (FREUD, 1894; FOUCAULT, 1988; RUDGE, 2009), explorado em seu contexto mais profundo a partir de eixos temáticos que o analisarão à luz da abordagem psicanalítica (LEYS, 2008; FERENCZI, 1990; 1992). A discussão será baseada no tensionamento de questões sobre memória, testemunho e subjetividades (LEVI, 1988; SARLO, 2006; RADSTONE, 2006; VAZ, 2010; 2014; ARENDT, 1999; HALBWACHS, 1990).

Tal arcabouço teórico será atravessado essencialmente por questões referentes ao feminismo no Brasil e no Mundo. Para isso, faremos uma trajetória das ondas feministas

¹¹ O *reality show* em questão é uma versão infantil do MasterChef, um programa de talentos que avalia as habilidades de chefs cozinha, no qual o que demonstrar um melhor desempenho, segundo a apreciação de três jurados, é premiado ao fim de cada temporada. Na versão Junior, os cozinheiros avaliados foram crianças de 9 a 13 anos de idade, dentre elas a jovem Valentina Schulz, de 12 anos.

(BLANDIN, 2017; PEREZ; RICOLDI, 2018), analisando o movimento no Brasil (PINTO, 2003; COSTA, 2005), explorando os seus aspectos particulares no contexto norte-americano (WOOLF, 2014; BEAUVOIR, 1949; FRIEDAN, 1971), além de reflexões acerca das relações de dominação e poder (BOURDIEU, 2005; FOUCAULT, 1988).

Somam a essa discussão, e lhe imprimem certo ineditismo – considerando o quanto o tema já foi explorado pelo meio acadêmico –, as colaborações acerca de memórias mediadas na área da antropologia digital (VAN DIJCK, 2007; MILLER, 2014; MACHADO, 2017), e das representações sociais (JODELET, 2001).

Sob o olhar metodológico, busca-se analisar as postagens da mobilização digital #primeiroassedio, com base no recorte de 50 relatos publicados no Twitter, datados entre outubro e dezembro de 2015, período ápice da campanha, que relatam casos de abuso e/ou assédio sexual feminino cometido por familiares ou por pessoas muito próximas da vítima. A proposta, aqui, é construir uma taxonomia a partir de investigações das representações sociais, associadas à análise do discurso francesa – que nos possibilita sair do texto para a compreensão do contexto de produção discursiva. Pretende-se, ainda, compreender as condições sociopolíticas e culturais que viabilizam a produção dos discursos das mulheres em 2015. Nesta perspectiva, nos interessa observar, também, as condições históricas que viabilizam a quebra do silêncio, além de outras conformações culturais, ocorridas na ocasião, para que os discursos se organizassem como tais.

A multiplicidade de lugares de fala provocada pelas mídias sociais pode abrir espaço para uma certa ilegitimidade quando se trata de narrativas de sofrimento. O pesquisador Paulo Vaz (2014, p. 9) reflete sobre os distanciamentos entre representante e representado: “acredita-se que o melhor é que o próprio sofredor se represente para a audiência, pois ninguém pode falar em seu nome e só pode falar de uma condição quem passou por ela”.

No que tange esta pesquisa, a mulher submetida à violência sexual deve lidar, para além das consequências psicossociológicas do trauma, com os efeitos invisíveis do silêncio e, muitas vezes, com a imposição feita, desde a sua primeira infância, sobre o não compartilhamento de sua dor e de seu sofrimento. Assim, é levantado um muro de silêncio sobre a vítima, que pode despertar males como a depressão, o estresse, sem falar nos sentimentos de vergonha e culpa.

Ainda que investigações qualitativas não partam de hipóteses muito rígidas (MACHADO, 2017), iniciamos esta pesquisa com a premissa básica de que no ambiente digital – assim como no offline – o compartilhamento de autorrelatos sobre abuso e/ou assédio sexual, especialmente entre as mulheres, possui locais éticos e simbólicos relacionados ao reconhecimento do testemunho como uma forma de organização do trauma.

O percurso deste trabalho se inicia com um capítulo teórico, que irá explorar o trauma sob quatro dimensões. Inicialmente, tendo a psicanálise como objeto central, fazendo uma leitura das perspectivas freudiana e ferenciana. Na sequência, o trauma será relacionado com os conceitos de memória e testemunho, para analisarmos as possibilidades de locais de fala e seus efeitos. A terceira dimensão dessa fundamentação teórica está diretamente ligada à densa discussão sobre o feminismo, seu histórico em ondas, suas principais bandeiras, além do aspecto simbólico de violência e dominação. Por fim, toda a teoria proposta será mediada pela cultura digital, a fim de embasar e contextualizar as questões que esta pesquisa busca responder.

No segundo capítulo serão apresentadas as bases metodológicas e o percurso escolhido para a análise e interpretação dos dados obtidos. Para a investigação das narrativas, adotamos a análise do discurso de tradição francesa e acionamos o método de Orlandi (2003) como ferramenta analítica. Tal metodologia orienta investigações discursivas e subjetivas, como as que nos permeiam enquanto sujeitos sociais. Sobre a seleção do corpus empírico, cientes de que seria inviável fazer uma leitura de todas as narrativas produzidas e analisá-las à luz da fundamentação teórica proposta (em apenas um mês, já havia mais de 82 mil replicações da *hashtag* #primeiroassedio), decidimos adotar uma amostragem de casos feita a partir do cruzamento de dados do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC, 2015), da Universidade Federal do Espírito Santos, e de um levantamento manual no Twitter, de depoimentos assinados pela #primeiroassedio, desde que associados a pessoas próximas à vítima, para atender a proposta estabelecida na metodologia deste trabalho.

O terceiro capítulo traz a análise do material empírico à luz das teorias elencadas, a fim de identificar traços de similaridade e endereçamentos com os referenciais desta pesquisa. Começamos com uma contextualização da campanha #primeiroassedio em meio a outras mobilizações feministas de sua época. Analisamos questões emergentes do feminismo sublimadas nos depoimentos analisados e como eles se relacionam. Além disso, investimos sobre as marcas textuais que caracterizam a linguagem emocional dos relatos. Buscamos as correlações possíveis entre a confissão e o testemunho, perseguindo o potencial terapêutico da exposição pública e a dimensão política dos relatos autobiográficos. Contudo, propusemos um diálogo das narrativas com o ambiente digital, a partir da análise de como os testemunhos revelam representações sociais, atravessada por elementos da antropologia digital.

Nas considerações finais, demonstramos os resultados obtidos nesta pesquisa, relacionando-os aos objetivos e reflexões iniciais, bem como às inquietações que deram início à investigação. Fechamos esta dissertação apontando possíveis caminhos de pesquisa a partir de temáticas que ainda demandam investigação e podem servir a futuros trabalhos acadêmicos.

1. TRAUMA

“O que é este tempo que é o nosso tempo? Como e quando se dará esta volta de Deus que nos foi prometida? O que fazer com este tempo que parece excessivo? E o que somos nós, nós que somos esta passagem?” (FOUCAULT, 1988, p. 135). Com esta frase, dita em entrevista conhecida como “Não ao Sexo Rei”, Foucault traz a ideia de um tempo sempre no presente, um tempo percebido como um agora. O autor usa essas perguntas – classificadas por ele próprio como “brincadeiras” – para mostrar ao seu entrevistador que não acredita em nenhum tipo de volta. Trazendo essa reflexão para a esfera do trauma, considerando uma volta que não é possível, que tempo é este para a sua elaboração? Talvez um tempo em que trauma e testemunho coexistem, considerando o passado como um presente que já passou.

E o conceito de trauma? Freud construiu uma noção empírica do trauma. Classificou-o como uma excitação não descarregada e adotou a histeria como modelo, ao observar pacientes que sofriam por causa de acontecimentos (reais ou fantasiados) ocorridos no passado. Considera como sendo um evento traumático: “uma experiência vivida que leva à vida da alma, num curto espaço de tempo” (FREUD, 1916-17, p. 275). Antes da criação da teoria psicanalítica de Freud, a histeria já era percebida como uma psicopatologia que estava relacionada a um acontecimento traumático, de origem emocional. Na maior parte das vezes, com passagens pela vida sexual do indivíduo, ainda que ela, a histeria, só ocorresse em pessoas predispostas (organicamente) a esse tipo de distúrbio.

A partir de seus encontros com Charcot, Freud reformulou sua compreensão sobre histeria e reconheceu a origem de fatores psicogênicos e de fatores sexuais como fundamentais para a eclosão da patologia.

O tratamento de pacientes histéricos forneceu-lhe um amplo campo de observação clínica, no qual ele pôde constatar que todos os seus pacientes tinham sido traumatizados por acontecimentos de natureza sexual. Na teoria inicial, o trauma foi considerado como um acontecimento real e, depois, como sabemos, um acontecimento imaginário (FULGENCIO, 2004, p. 256-257).

Nos estudos de Freud, o conceito de libido também se mostra fundamental para a sua compreensão de trauma. A noção de libido é tida como uma energia represada, desviada ou descarregada. Fulgencio (2004) aponta para o fato de que tal percepção fará a diferença entre a concepção psicanalítica freudiana e as concepções médicas e psicológicas (para além de Freud) de trauma. Nas palavras de Fulgencio, trata-se de “uma especulação cuja validade deve ser medida. Não porque algum dia uma energia será descoberta, mas porque ao utilizar essa construção é possível chegar a explicações úteis e operativas para o tratamento das psiconeuroses” (FULGENCIO, 2004, p. 257). Já nas palavras de Freud:

[...] exporei em poucas palavras a representação auxiliar da qual me servi nesta exposição das neuroses de defesa. É a seguinte: nas funções psíquicas, cabe distinguir algo (montante de afeto, soma de excitação) que tem todas as propriedades de uma quantidade – ainda que não haja meio algum de medi-la –; algo que é suscetível de aumento, diminuição, deslocamento e descarga, e que se difunde pelas marcas mnêmicas das representações, como faria uma carga elétrica pela superfície dos corpos (FREUD, 1894, p. 60).

Há, no entanto, uma diferença clara entre o trauma analisado empiricamente, por processos psicológicos – ou seja, quando se refere ao conflito de ideias conscientes e inconscientes, “conflito entre o eu, enquanto um conjunto de representações fortes, e representações incompatíveis com o eu, conflito entre desejos (conscientes e inconscientes)” (FULGENCIO, 2004, p. 258) — e o trauma observado sob a perspectiva metapsicológica – “referido a um quantum de afeto ou uma energia (a libido) que pode movimentar-se parcial ou totalmente em relação às ideias a elas conectadas, num aparelho psíquico impulsionado por pulsões” (Idem: p. 258). Segundo Freud:

Pode-se mesmo dizer que o termo “traumático” não tem outro sentido que econômico. Chamamos assim a uma experiência vivida que leva à vida da alma, num curto espaço de tempo, um acréscimo de estímulos tão grande que sua liquidação ou elaboração, pelos meios normais e habituais, fracassa, o que não pode deixar de acarretar perturbações duradouras no funcionamento energético (FREUD, 1916-17, p. 275).

Fulgencio acrescenta outros conceitos “metapsicológicos” – apontados por Laplanche e Pontalis (1967) que aprofundam a concepção freudiana de trauma. Assim sendo, além da noção de libido, que engloba o aparelho psíquico, envolve as de forças psíquicas ou pulsões. A compreensão de trauma psíquico é estudada sob aspectos analógicos, transpondo-se para o plano psíquico o que, antes, era pensado apenas no plano orgânico: “A psicanálise retomou estes termos (em Freud apenas encontramos Trauma), transpondo para o plano psíquico as três significações que neles estavam implicadas: a de um choque violento, a de uma efração e a de consequências sobre o conjunto da organização” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967, p. 501).

Portanto, o trauma pode ser compreendido como um acontecimento de natureza psíquica, no qual o indivíduo está sujeito a um estímulo que não pode ser eliminado (seja por proibição, seja por incapacidade devido ao momento de seu desenvolvimento psíquico). Tal excitação possui natureza sexual ou diz respeito a relações com objetos marcados por projeções eróticas. Isso porque a noção freudiana de trauma está intimamente ligada à ideia de que o bebê ou a criança, desde o início mais tenro, já reconhece determinados objetos (sejam pessoas, sejam partes de pessoas ou objetos propriamente ditos) como aquilo que, reconhecidos como objetos externos (ainda que sejam elementos de sua fantasia), podem servir para eliminar uma determinada excitação, e que é a vivência do complexo de Édipo, em termos sempre traumáticos, já que a realização de todos os desejos aí envolvidos implicariam a própria

destruição do indivíduo e da cultura. (FREUD, 1916-17). Deste modo, tudo passa a ser entendido como uma questão de sublimação da sexualidade ou de dificuldades dessa sublimação ou, ainda, de sua realização sempre impossível na sua totalidade.

Ao considerar o trauma como um “afluxo excessivo de excitação”, Freud (1916-17) compreende que a própria constituição do psiquismo resulta dos resíduos energéticos, ocasionados pela proibição ou renúncia das satisfações pulsionais, ou seja, o pensamento e o próprio psiquismo ocorrem pela impossibilidade de descarga de excitações, desviadas, então, para outros fins, que não a satisfação do princípio do prazer. No caminho de constituição do psiquismo ocorre outro processo, no qual as excitações não são diretamente passíveis de descarga, caso fossem, o homem funcionaria apenas pelo princípio do prazer, tornando impossível a organização cultural, o que implica não só uma renúncia, mas também a retenção de uma quantidade de energia que deverá procurar outra via de escape. Diz Freud: “Parece, sobretudo, que toda a cultura deve necessariamente se edificar sobre a coerção e a renúncia pulsional” (FREUD, 1927, p. 7).

Rudge (2009) parte da perspectiva teorizada por Freud. A autora reconhece que a concepção de trauma possui raiz nos primórdios da Psicanálise, mas retoma um espaço o qual não gozava mais entre os psicanalistas. “Do ponto de vista dos modelos existentes de trauma, é ampla a polissemia e a série de interpretações conflitantes a que o termo está sujeito dentro do campo inaugurado por Freud” (RUDGE, 2009, p.9).

Curiosamente, trauma, segundo a autora, é uma palavra que apresenta a característica de se manter a mesma em quase todos os idiomas do Ocidente. Esta qualidade é, em geral, benefício dos nomes próprios.

A palavra vem do grego, τραύμα, e nessa língua significa “ferida”. Na medicina, designa lesões no organismo causadas por fatores externos. Por analogia, no plano da psicopatologia, veio designar os acontecimentos que rompem radicalmente com um estado de coisas do psiquismo, provocando um desarranjo em nossas formas habituais de funcionar e compreender as coisas e impondo o árduo trabalho da construção de uma nova ordenação do mundo (RUDGE, 2009, p. 8-9).

Hoje, as discussões sobre o trauma caminham para uma crítica da sociedade contemporânea, que pode afetar os sujeitos e suas maneiras de ser, de forma nociva. O trauma, na atualidade, assume um lugar que permite reconfigurar todo o arcabouço sobre eventos causadores de sofrimento extremo. Neste conjunto, estariam as próprias elaborações dos episódios traumáticos, assim como suas memórias e narrativas. Neste cenário, Rudge faz um alerta.

Não podemos esquecer que o enfoque da psicanálise é voltado para os sujeitos um a um, para a singularidade de cada pessoa apoiando-se em sua história infantil única, embora em muitos aspectos a história de cada um seja também compartilhada por seus

contemporâneos. O trauma não é o acontecimento em si, mas o modo como esse acontecimento incide sobre o psiquismo de alguém e por ele é processado (RUDGE, 2009, p. 7-8).

Nesse sentido, a noção de trauma enquanto experiência coletiva pode ser compreendida para além daquela vivida pelo indivíduo durante um episódio de sofrimento extremo. É possível que outros atores sociais o experimentem sem terem, necessariamente, passado por ele. Neste contexto, há espaço para o rol de memórias e fantasias que contribuem para configurar o trauma. Na década de 1960, a diversidade de abordagens e conceituações para o termo em questão provocou em Anna Freud, filha do precursor da psicanálise, um conflito. Em sua visão, a gama de possibilidades atribuída a palavra “trauma” culminava na perda do seu valor conceitual, diluindo sua significação (RUDGE, 2009).

Já Sacramento (2016) compreende que a cultura contemporânea tem reconfigurado modos de experimentação de sofrimentos, bem como as narrativas sobre doenças, infortúnios e abusos. Para o autor, o trauma passou por uma transformação cultural, marcada pela “generalização da experiência traumática” (FASSIN; RECHTMAN, 2009, p.6).

A noção de trauma, nesse contexto, não é mais apenas associada a eventos-limite (conflitos, guerras, massacres, genocídios, ataques terroristas), mas está sendo cada vez mais mobilizada para interpretar situações corriqueiras (relacionamentos, frustrações, problemas com a aparência física, perdas). (SACRAMENTO, 2016, p. 8).

A auto exposição de traumas, evidente na cultura digital por meio de *talk shows*, documentários, *reality shows*, telejornais, entre outros programas ecoam formas de exposição e consumo de sofrimentos pessoais, especialmente no Brasil, país utilizado por Sacramento para avaliar seus impactos. “De um modo geral, esse mostruário do trauma pessoal vem se configurando como um gênero do discurso midiático bastante recorrente, por meio do qual célebres e anônimos falam sobre inseguranças, medos e angústias” (Idem: *ibidem*).

A valorização de sofrimentos pessoais em programas como os citados acima possivelmente ocorre em função do formato e da estrutura que os permeiam, promovendo uma mistura de temas de interesse público com a vida privada, ao focar em acontecimentos cotidianos discutidos por meio de relatos pessoais de anônimos e de celebridades. Dessa forma, os programas que possuem esse apelo televisivo, contam com uma forte estratégia de “pessoalização discursiva” (SACRAMENTO, 2016, p.3). As histórias exploradas são de cunho pessoal, e acabam constituindo uma relação de intimidade e de identificação com o público, mediada pelo apresentador, seja dentro (como os *reality shows*) seja fora (como no caso dos *talk shows*) de cena. Não à toa, Sacramento vai dizer que são frequentes no programa temas sobre saúde, traumas, doenças, comportamento, moda, qualidade de vida, histórias de

superação, beleza, relacionamento, economia doméstica, música e fama (SACRAMENTO 2016).

Em outra perspectiva, Santa Cruz (2012) defende que, em programas como esses citados, existe uma relação de construção do herói e de vitimização de determinadas camadas da população, que a autora classifica como a categoria de excluídos. De acordo com Santa Cruz:

Essas vítimas sofrem alguma ação imposta por um agente externo, porém não reúnem condições de reagir contra o que as afeta e precisam receber apoio para serem retiradas da posição de vítimas. Vitimização e sofrimento estão ligados na medida em que os indivíduos sofrem a pobreza, ou seja, a pobreza é considerada um sofrimento (SANTA CRUZ, 2012, p. 287).

Nesta linha, a pesquisadora explora o consumo do sofrimento, o que nos leva ao questionamento das razões pelas quais os indivíduos gostam/procuram assistir a dor do outro. “A entrada em cena do sofrimento é uma das molas principais da ficção e seu espetáculo foi então considerado como uma das causas do prazer do espectador” (BOLTANSKI, 2007, p. 53).

Ainda na reflexão sobre o efeito da espetacularização do sofrimento humano sobre as audiências contemporâneas, de acordo com Santa Cruz (2012), Susan Sontag permite uma avaliação de como a dor é explorada pelos meios de comunicação. Cabe pontuar que Sontag estuda especialmente os traumas de pós guerra: “Algo se torna real – para quem está longe, acompanhando o fato em forma de notícia, ao ser fotografado” (SONTAG, 2003, p.22).

No livro “A dor dos outros”, Sontag analisa pinturas de Goya para chegar às imagens da destruição do World Trade Center em 11 de setembro de 2001. “O tormento, um tema canônico da arte, é não raro representado como um espetáculo, algo contemplado (ou ignorado) por outras pessoas” (SONTAG, 2003, p.39).

Retomando o olhar na direção do trauma, dessa vez enquanto etimologia, atualmente, o termo não pode ser restrito à medicina ou à psicanálise. Além de compreender lesões no corpo em consequência a determinados eventos ou indicar sofrimentos psíquicos causados por situações pontuais, a compreensão de trauma foi ampliada como uma “nova linguagem sobre os eventos” (FASSIN; RECHTMAN, 2009, p.9), permitindo que ocorrências da vida cotidiana também sejam classificadas, ainda que superficialmente, como traumáticas.

Embora, como aponta Rudge, o trauma continue sendo objeto de experiências pessoais, em alguns autores – como na literatura derivada de Freud – ele acontece durante a situação extrema de sofrimento. O sentido, na verdade, é uma analogia com a ideia de trauma físico da medicina. Entretanto, na própria psicanálise, outra corrente – como veremos a seguir – indicará que o trauma, na realidade, só se estabelece no contato com o outro, para a elaboração da experiência traumática (FERENCZI, 1992).

No Brasil, tem sido cada vez mais presente a importância dada ao testemunho público do sujeito vítima de trauma, seja em manifestos e desabafos públicos nas redes sociais ou em programas televisivos, que exploram a superação do trauma pelo indivíduo, nas diversas áreas da vida humana, como uma grande jornada do herói. Neste contexto, o testemunho da vítima – que também será abordado com olhar próprio para o tema mais adiante – assume o papel de transformar a experiência traumática e dar a ela um sentido mais próximo de autoajuda, que usa o sofrimento como meio de desenvolvimento pessoal e de acesso à “verdade interior” dos indivíduos. Verdade esta que só poderia ser atingida por meio da vivência de momentos marcados por abusos, violências, desgraças e angústias excessivas (MILLER, 2012).

Segundo Miller (2012), a autenticidade de determinadas vivências traumáticas foi perdida diante da submissão à lógica do espetáculo. Assim sendo, é possível uma falsificação de experiências traumáticas com o objetivo de estimular o consumo por produtos midiáticos (livros, programas de televisão, revistas, sites). Ao passo que ofertas não midiáticas estariam mais imunes ao fingimento. Tal abordagem envolve premissas questionáveis, que não serão campo de estudo desta pesquisa. Entretanto, a ideia do trauma exposto à lógica do espetáculo é válida para fins de observação, já que o objeto central de análise serão os depoimentos marcados pela campanha midiática #primeiroassedio que, de certo modo, direcionou, naquele período, os holofotes sobre o tema da violência sexual em vítimas mulheres, dentro e fora do Brasil.

1.1 A PERSPECTIVA PSICANALÍTICA

1.1.1 A herança freudiana acerca do trauma

“As disciplinas que se voltam para o estudo do trauma sempre esbarram numa discussão sobre a memória; [...] No caso da psicanálise, terreno onde a noção de trauma psíquico foi gerada e conheceu desenvolvimentos dos mais fecundos, essa noção assumiu inflexões diversas.” (RUDGE, 2009, p. 9). A lógica de Rudge vem do traumatismo de Freud, que sustentava que se as experiências da guerra fossem igualmente traumáticas para todos, não haveria mercenários (RUDGE, 2009).

O trauma para Freud ocorre na conjunção de dois acontecimentos separados pelo tempo. Em um primeiro momento, o trauma acontece a partir de uma experiência – real ou imaginária – de caráter sexual, mas que não tem, para a criança, um significado sexual. A situação que origina o trauma é experimentada como uma excitação, que não encontra meios de ser totalmente descarregada (FREUD, 1894).

No final do século XIX, época em que a repressão, principalmente com mulheres, era muito radical, os acontecimentos traumáticos responsáveis por conflitos psíquicos eram de cunho sexual. As clientes atendidas por Freud falavam, sobretudo, de temas deste teor. Tal cenário levou Freud, em 1894, a caracterizar o trauma psíquico que estaria na origem da neurose como um trauma sexual precoce: a sedução da criança por um adulto (FREUD, 1996).

Já em um segundo momento – com o desenvolvimento da criança, a passagem pela puberdade e a ascensão ao sentido das excitações corporais –, há uma segunda experiência que, ainda que demonstre uma analogia muito distante da primeira, é vivenciada e associada a uma emoção de natureza sexual, mesmo que a situação em si não tenha este caráter. Segundo Fulgencio (2004), neste caso, o acontecimento infantil é ressignificado como sendo de natureza sexual, permitindo, então, a essa primeira vivência um caráter traumático.

Assim sendo, a noção de trauma para Freud pressupõe um indivíduo minimamente amadurecido desde o início, para que exista uma certa unidade interna, capaz de reconhecer e significar uma excitação, vivida como algo a ser eliminado.

Uma excitação que é, inclusive, vivida como um conflito entre desejos de uma mesma unidade, desejos irreconciliáveis; mais ainda, esse indivíduo já precisa estar maduro para estabelecer relações com objetos externos a ele (objetos por meio dos quais as intensidades vividas podem encontrar seu fim, a eliminação da tensão). (FULGENCIO, 2004, p. 261).

Para compor a sua noção de trauma, Freud utiliza tanto experimentos empíricos quanto conceitos “metapsicológicos”, tais como o de aparelho psíquico, libido e pulsão. Fulgencio (2004), em seus estudos, chegou à conclusão de que, para Freud:

A descrição dos fatos diz apenas como as coisas se apresentam e não como elas são produzidas, o que deixa lacunas nas explicações, essas lacunas podem ser preenchidas com o auxílio de conceitos e modelos especulativos que ajudam na observação e organização dos dados empíricos (FULGENCIO, 2004, p. 261).

Rudge (2019) nos mostra que a linha de pensamento freudiana foi reforçada por Charcot, que valorizava o que chamava de “agentes provocadores” do trauma. Por agentes, o psicanalista considerava os fatores responsáveis por lançar os sintomas psíquicos nos sujeitos “predispostos”. Para a psicóloga e psicanalista, entre os possíveis agentes provocadores, o principal era o trauma. “O trauma era tido como um choque acompanhado de emoções intensas. Seus efeitos seriam ainda mais poderosos em situações de esgotamento, quando o sistema nervoso está fragilizado por doenças ou outros fatores da vida” (RUDGE, 2009, p. 12).

A autora revela, ainda, que Charcot dedicou-se a estudar as paralisias traumáticas, tendo sido um de seus temas mais importantes. Na época, compreendia-se por paralisias traumáticas os resultados de lesões no sistema nervoso causadas por acidentes. Talvez, a contribuição mais relevante de Charcot, para efeitos deste estudo, é que sua teoria defendia que a formação de

sintomas traumáticos dependia de um estado “hipnoide”, em outras palavras, um estado espontâneo semelhante ao da hipnose. Tal visão poderá ser confrontada mais à frente, quando a perspectiva psicanalítica de Freud for confrontada com a visão ferencziana.

Outra autora que parte da teoria freudiana do trauma é Ruth Leys (2008), historiadora de ciência. Em sua análise, a narração de experiências traumáticas se tornará evidente a partir da tensão entre dois modelos de trauma: um modelo mimético e outro anti-mimético. Pimentel (2014) resume a ambivalência sugerida pela historiadora.

No modelo mimético, o trauma é produzido por uma situação violenta a ponto de obstruir o processo de assimilação psíquica. Paralisado pelo espanto, o indivíduo permanece inteiramente dentro da cena, sem conseguir o distanciamento suficiente entre sujeito e objeto, entre interno e externo, para que possa representá-la. [...] No modelo anti-mimético, o trauma também é compreendido pelo mecanismo de imitação, porém entendido de modo diferente. A experiência emocionalmente perturbadora é igualmente apontada na gênese das condições traumáticas, no entanto ela não dispara um processo de imersão na cena, mas um alheamento totalmente em relação ao acontecimento. Em outros termos, enquanto no outro modelo, o distanciamento é insuficiente, neste, o distanciamento é excessivo (PIMENTEL, 2014, p. 535-550).

Dessa forma, pode-se concluir que, para Leys (2008), há uma tendência para que a narração da experiência traumática seja validada no modelo anti-mimético, considerando sujeito e objeto em uma posição na qual há uma distância necessária ao conhecimento do exterior. Trazendo a teoria para a prática, especialmente em experiências em quem há, inegavelmente, violência humana, como em casos de abuso e assédio sexual, pela proposta de Leys, a narração da vítima não teria credibilidade. Isso se deve ao fato de que o narrador – no modelo mimético da autora – estaria psicologicamente comprometido.

É possível concluir que Leys (2008) entende que a narração da experiência traumática tende a ser conferida no modelo anti-mimético, considerando que o indivíduo e o objeto causador do sofrimento estariam distanciados, de certa forma. Para a autora, essa distância é fundamental ao se tornar a experiência traumática pública ao ambiente externo, mesmo que as memórias traumáticas sejam profundamente perturbadoras e fragmentadas. A razão que confere veracidade ao testemunho se explica pela passividade da vítima, que permitiria um jogo de narrativa realista, principalmente por não se mostrar comprometido com o agressor.

Ao escrever sobre a autora, Pimentel (2014) refere-se ao cenário americano, em que dois movimentos sociais, em particular, tiveram suas trajetórias intensificadas pela clínica psiquiátrica do trauma¹². Em seu estudo, ele explora o que considera o primeiro evento, ocorrido

¹² Cabe pontuar que “clínica psiquiátrica do trauma” é um conceito que Pimentel (2014) importou de Fassin e Rechtman (2009).

na década de 1960, quando o movimento feminista se voltou fortemente para a temática do abuso sexual. Talvez tenha sido a primeira grande manifestação pública pela causa¹³.

Na análise exposta por Pimentel (2014), entre as vítimas, o índice de crianças do sexo feminino era superior em função do patriarcalismo da sociedade. “Se o poder se concentrava em torno dos membros masculinos da família, a autoridade sobre bens e nas deliberações, poderia facilmente deslizar para o corpo e sexualidade feminina” (PIMENTEL, 2014, p. 542-543). Para reverter tal configuração histórica, seria necessário denunciar, publicamente, o abuso, dando voz à vítima. A comunidade feminista teve sucesso na mobilização, principalmente pelo engajamento de profissionais clínicos, como pediatras e radiologistas, que foram capazes de exibir as marcas físicas da violência. Entretanto, o insucesso do movimento passou pela questão de não existirem “provas objetivas para as feridas invisíveis impressas no psiquismo das vítimas” (Idem: p. 543).

Conforme Leys (2008), a realidade é que não existiu momento histórico em que qualquer um dos modelos de trauma desaparecesse ou se tornasse obsoleto, ao contrário, eles sempre conviveram com ênfases e pesos diferentes. Para efeitos deste estudo, não bastaria propor uma taxonomia das teorias psicológicas do trauma. Para que uma das múltiplas versões se torne adequada à experiência analisada, é necessário ampliar o escopo de conceitos, teorias e pensamentos sobre o tema.

1.1.2 A teoria ferencziana do trauma

Na contramão de Freud, ainda que seja contemporâneo do psicanalista, Sandór Ferenczi (1992, p. 104) evoca os conceitos de “sedução incestuosa” e “punição passional”, cunhados pelo próprio, para separar o acontecimento do trauma.

Os delitos que a criança comete, de brincadeira, só passam a ter um caráter de realidade pelas punições passionais que recebem de adultos furiosos, rugindo de cólera, o que acarreta numa criança, não culpada até então, todas as consequências da depressão (FERENCZI, 1992, p.104).

Tal citação refere-se a casos em que a criança pratica inocentemente o que poderia ser considerado um “delito” para a época e é punida excessivamente por um adulto sem controle. Segundo o autor, somente a partir desse momento apareceria nela o sentimento de culpa, algo que seria próprio do adulto. O mesmo aconteceria com a noção de trauma em casos de “sedução incestuosa”.

¹³ O tema será explorado sob a ótica do feminismo mais adiante. Até porque a análise de Pimentel como sendo “o primeiro movimento” difere-se da trajetória de protestos feministas distribuídas a partir de ondas, como demonstrarão outros autores e estudiosos sobre o assunto.

A esta altura, cabe pontuar que o conceito de trauma é compreendido sob diferentes óticas dentro da própria psicanálise. Alguns autores privilegiam uma dimensão estruturante do trauma, constitutiva da subjetividade e inevitável, devido à necessária inserção do sujeito no campo da cultura e da linguagem (LACAN, 1998; LAPLANCHE, 1988). No caso específico de Ferenczi e de seus estudiosos, o trauma possui uma dimensão desestruturante, por produzir efeitos catastróficos para e na subjetividade (SABOURIN, 1988).

Assim, sob a perspectiva Ferencziana, o primeiro momento, aquele em que acontece o objeto do trauma, é compreendido como o choque. Trata-se de um acontecimento pelo qual se age de forma esmagadora sobre o sujeito, de tal maneira em que ele não é capaz de oferecer resistência. O choque tem caráter de algo súbito e refere-se à “aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do si mesmo” (FERENCZI, 1992, p. 101).

Segundo Ferenczi, após o choque, a criança ainda é capaz de elaborar a situação vivida. Apesar de confusa, na maioria das situações, a criança compreende que não deve comentar o que aconteceu. Por essa razão, busca algum sentido com alguém de sua confiança. Neste momento, pode ocorrer o trauma, por conta do efeito que Ferenczi chama de “desmentido”. “[...] O comportamento dos adultos em relação à criança que sofreu o traumatismo faz parte do modo de ação psíquica do trauma” (FERENCZI, 1992, p. 111).

O psicanalista considera como reações desencadeadoras de traumas infantis: dar provas de incompreensão; punir a criança; exigir dela um heroísmo do qual ela ainda não é capaz; ou reagir com um silêncio mortífero. Seja qual for a situação, a mensagem deixada por tais atitudes é a de que “não aconteceu nada”, segundo as palavras do próprio autor, desautorizando a versão da criança.

Tendo a sua experiência ignorada ou seus sentimentos considerados irrelevantes, “a criança cede e deixa de poder sustentar sua própria opinião a tal respeito” (FERENCZI, 1990, p.58). Neste momento, o desmentido torna a situação experimentada como um trauma patogênico, na concepção do psicanalista. “O pior é realmente a negação, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado e repreendido quando se manifesta a paralisia traumática dos pensamentos ou dos movimentos” (FERENCZI, 1992, p.79).

Seguindo essa linha, para acontecer o trauma, são necessários dois momentos: o “choque” e o “desmentido”. Tal conclusão é sustentada no discurso do próprio autor, já que Ferenczi também aponta um caminho que poderia evitar a constituição do trauma na criança. “Tem-se mesmo a impressão de que esses choques graves são superados, sem amnésia nem

sequelas neuróticas, se a mãe estiver presente, com toda a sua compreensão, sua ternura e, o que é mais raro, uma total sinceridade” (FERENCZI, 1992, p. 79-80). Ferenczi defende a ideia de superação da criança, diante da reação acolhedora da mãe, por acreditar que são visíveis apenas as cicatrizes deixadas no psiquismo.

Desse modo, a partir da teoria ferencziana, em experiências intrafamiliares de abuso e/ou assédio sexual em mulheres, meninas ou adolescentes, especialmente em contextos pelos quais o abusador era uma pessoa próxima à vítima, quando a família acoberta e não denuncia os episódios violentos, configura-se o trauma. Uma vez estabelecido, o trauma acarretará graves consequências éticas, morais e psicológicas para o sujeito violentado.

Como uma das principais consequências do trauma, Ferenczi (1992), assim como Leys (2008), aponta para a questão da identificação da vítima com o agressor. O psicanalista defende a hipótese de que, diante de uma experiência de violência ou de sedução, a criança, que ainda possui uma personalidade em desenvolvimento, “reage ao brusco desprazer, não pela defesa, mas pela identificação ansiosa e a introjeção daquele que a ameaça e agride” (FERENCZI, 1992, p.103).

Por essa razão, a reação mais comum é a de obedecer mecanicamente ao comando recebido. Para o psicanalista, as crianças são inibidas por um profundo medo diante da autoridade e força dos adultos a sua volta. Quando esse medo atinge o seu patamar mais elevado, Ferenczi entende que o sentimento “obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor dos seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas” (FERENCZI, 1992, p.102) e, em muitos casos, acabam se identificando com ele. Uma vez que a identificação foi estabelecida, o agressor “desaparece enquanto realidade exterior e torna-se intrapsíquico” (Idem: p.102), e, por meio do que o autor chama de “alucinação negativa”, a agressão deixa de existir enquanto acontecimento real.

Segundo Pinheiro (1995), a identificação com o agressor, na obra de Ferenczi, está relacionada a uma invasão no ego da criança. “O agressor usurpa o espaço egóico e toma posse deste lugar como se assumisse a fala da criança ou ocupasse seu espaço psíquico” (PINHEIRO, 1995, p.83). Neste caso, o agressor toma posse desse ego e ignora o seu verdadeiro dono. A autora, ao interpretar o psicanalista, acredita que, além da questão da maturidade (pelo fato de a personalidade ainda não estar completamente desenvolvida), a criança aceita o roubo do ego porque, para ela, é mais suportável tornar-se a culpada.

Em experiências intrafamiliares de abuso e/ou assédio sexual, nas quais o agressor é alguém próximo a vítima, essa dimensão possui ainda mais lógica, já que a criança perderia – na figura do agressor – o seu objeto idealizado, o que implicaria em um grave impacto psíquico.

Ao preservar o adulto idealizado que a agrediu, a criança estaria disposta a se curvar e “a tornar-se culpada de algo que ela não conhece, de algo em que não percebeu nenhum mal” (PINHEIRO, 1995, p.73).

Por fim, cabe esclarecer o que Ferenczi (1992) chama de “progressão traumática”. Ele a descreve como um fenômeno pelo qual a personalidade da criança seria prematuramente desenvolvida, estimulada por ordem patológica. Trata-se da “eclosão surpreendente e súbita, como ao toque de uma varinha mágica, de faculdades novas” (FERENCZI, 1992, p.104), que, até este impulso, estavam aguardando o momento de expressar-se. Submetida ao trauma, a criança passa a manifestar os gestos mimetizados de um adulto.

Para seguirmos com a fundamentação teórica proposta nesta análise, a próxima seção abordará a perspectiva da memória e do testemunho como modos de organização do trauma.

1.2 MEMÓRIA E TESTEMUNHO

1.2.1 Breve panorama histórico do testemunho

“A necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares” (LEVI, 1988, p.7). Essas palavras de Levi nos lançam, sem reservas, no jogo do testemunho. Aqui, ele se apresenta como uma questão de sobrevivência. O destaque das aspas, feito por Levi, pode indicar tanto a ideia de que entre a vítima e “os outros” existia uma barreira, como também uma certa dificuldade do indivíduo no ato de narrar.

A abordagem de Levi (1988) sobre o testemunho, assim como a de Arendt (1999) e, muito provavelmente, a de outros autores que se debruçaram sobre o Holocausto, com frequência, caminham na direção de uma “questão de sobrevivência”, um modo de explicar e elaborar o comportamento humano. Entretanto, faz-se necessário iniciar este arcabouço teórico delineando a origem e o processo histórico do testemunho. Tal importância se deve ao fato de que a necessidade de falar sobre a própria vida, muitas vezes julgada por múltiplas esferas, é resultado de uma certa evolução lenta e gradual da sociedade, cujas raízes encontram-se na Antiguidade (ARFUCH, 2010).

Em “O Espaço Biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea”, Arfuch (2010), sugere que uma das primeiras formas de relato da própria vida pode ser encontrada na obra “Confissões”, de Santo Agostinho (1987). Ao longo da narrativa do seu próprio processo de conversão, ele caracteriza o testemunho: “contar a história de uma vida é dar vida a essa

história” (ARFUCH, 2010, p.42). Para Arfuch, a obra de Santo Agostinho pode ser considerada como a primeira forma de autobiografia. Neste processo de produção, permite-se um lugar privilegiado ao outro, já que, toda autobiografia envolve o estabelecimento de um pacto entre quem escreve e quem lê. Nessa direção, o leitor compromete-se a crer no que é relatado pelo autor, isto é, o leitor torna-se responsável por determinar a veracidade dos fatos (ARFUCH, 2010).

Dessa forma, as relações entre autor, obra e leitor passam a ser entrelaçadas, já que o leitor ou o consumidor das narrativas busca o conhecimento do outro em seus relatos, mas também pode encontrar o conhecimento de si próprio naquilo que lê. Tal interesse pela vida do outro, em suas intimidades e subjetividades, demonstra o grande paradoxo da existência de um rígido ambiente privado: sua concepção apenas ganha sentido a partir de sua exposição, em algum grau. “A literatura se apresentava, assim, como uma violação do privado, e o privado servia de garantia precisamente porque se tornava público (ARFUCH, 2010, p. 47).

Seguindo o pensamento de Arfuch (2010), ao migrar para o ambiente público, como o das redes sociais, a leitura de relatos sobre violência sexual, durante a mobilização #primeiroassedio, pode ter permitido a outras mulheres, não só a descoberta das intimidades e subjetividades da outra, mas o encontro com seus próprios traumas do passado, sentimentos e fantasmas.

A crítica literária Beatriz Sarlo (2007) e a historiadora francesa Anette Wieviorka (2006) contribuem para a pesquisa sobre as origens do testemunho. A visão das autoras diverge de Leonor Arfuch. Elas acreditam que o testemunho surgiu em um momento posterior ao apresentado pela professora argentina. Por um lado, Arfuch se concentra na capacidade do testemunho de atender a um apelo pessoal e social pelo discurso biográfico, inerente ao indivíduo, que está sempre em busca de identificações para a construção do próprio “eu” (ARFUCH, 2010). Por outro, Sarlo e Wieviorka consideram o testemunho um resultado de mudanças no panorama histórico-social, iniciado no processo Eichmann, em 1961¹⁴.

Sarlo descreve o processo desencadeado pelo Holocausto, que configurou o testemunho, como protagonista: “quando acabaram as ditaduras do sul da América Latina, lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado. Tomaram a palavra as vítimas e seus representantes” (SARLO, 2007, p.45).

¹⁴ Em referência ao julgamento do integrante da cúpula nazista, Adolf Eichmann, amplamente midiaticizado, que contou com diversos testemunhos de vítimas e também o grande número de relatos autobiográficos de sobreviventes (RODRIGUES, 2019).

Na mesma direção, o jornalismo passou a conferir um espaço midiático cada vez maior ao testemunho, utilizando-o como fonte factual. Exemplo disso foi a cobertura jornalística sobre o Holocausto. A minissérie “Holocaust”, televisionada no final da década de 1970 nos Estados Unidos, atingiu um marco de 120 milhões de espectadores, considerado um sucesso de público na ocasião (UOL, 2019). Os sobreviventes do massacre, no entanto, criticaram a produção, questionando seu caráter romanceado, excluindo as principais mazelas pelas quais as vítimas passaram: sofrimento, fome, angústia, em favor de temáticas cinematográficas como histórias de amor impossíveis (WIEVIORKA, 2006).

1.2.2 O trauma no contexto da memória e do testemunho

Sarlo (2007), que aborda o trauma mais especificamente no campo das ditaduras latino-americanas, pontua a dificuldade em narrar eventos traumáticos antes da Segunda Guerra, assim como Levi (1988). Essa dificuldade é endossada em textos como “O Narrador” de Walter Benjamin. Neste, Benjamin (2008) afirma que após a Primeira Guerra, os homens voltaram silenciosos, sem muito a dizer sobre o que viveram, apesar da intensidade dos acontecimentos ao seu redor.

Sob este aspecto, Pimentel (2014) relata que, da década de 1960 em diante, a relação entre trauma e narração sofreu uma reconfiguração: “não importa se a memória traumática é nebulosa, os que sobrevivem a condições limite serão testemunhas do inacreditável. Portanto, o silêncio deve ser rompido” (PIMENTEL, 2014, p. 537). Nesse sentido, Pimentel utiliza-se dos trabalhos de Foucault para valorizar o rompimento do silêncio: “quando um modo de explicar o comportamento humano é muito bem-sucedido no presente, seu passado é esquecido” (Idem: p. 537).

Em relação às vítimas de violência sexual, o silêncio surge como uma hipótese repressiva, condicionando a pessoa violentada à solidão diante da impossibilidade de compartilhar sua dor e seu sofrimento. Revelar feridas invisíveis, impressas no psiquismo das vítimas, também significaria trazer à tona nexos causais entre passado e presente, já que as vítimas de abuso infantil são, agora, adultas (VAZ, 2010).

A relação entre passado e presente na narrativa é bem explorada por Paul Ricoeur, em sua obra “Tempo e Narrativa” (2012). Segundo o autor, a narrativa continua sendo uma forma privilegiada de representação do tempo, embora tal representação seja demasiadamente complexa para ser expressa por meio de uma ordenação linear de eventos. “Considero que o caráter temporal da experiência humana é o que está em jogo especificamente nas pretensões referenciais de toda obra narrativa” (RICOEUR, 2012, p. 300).

O filósofo defende que a identidade presumida no ato de narrar é sustentada na capacidade que o relato possui de projetar um mundo narrativo. Para ele, na medida em que essa capacidade é fundada, surge a correlação aparente entre narratividade e temporalidade. É justamente nesta correlação que Ricoeur se debruça em seu ensaio (RICOEUR, 2012).

Ricoeur utiliza, como ponto de partida para a sua discussão – assim como Arfuch (2010) –, as reflexões de Santo Agostinho (1987) sobre a natureza do tempo. Para o teólogo, o tempo tem uma natureza psicológica, já que ele só pode ser definido e medido a partir da interioridade (da alma) do homem. Se o passado já não existe, se o futuro ainda não existe e se o presente “voa tão rapidamente do futuro ao passado, que não tem nenhuma duração. Se a tivesse dividir-se-ia em passado e futuro. Logo o tempo presente não tem nenhum espaço” (RICOEUR, 2012, p. 219).

1.2.3 O contraponto do testemunho: a esfera do silenciamento

De volta à história do movimento feminista da década de 1960, as lideranças, na ocasião, encontraram bases clínicas importantes para sustentar a sua crítica social. Ao defender que as vítimas mulheres sofriam em silêncio, que, até então, não se pronunciavam porque estavam divididas entre a dor e o olhar do agressor, o movimento foi crucial para começar a quebrar a resistência de uma época, a colocar o tabu em cheque. “O silêncio seria sinal do segredo” (Pimentel, 2014, p. 543).

Em outra esfera do silenciamento, Primo Levi (1988) o analisa diante da impossibilidade do testemunho.

Ele afirmava que os indivíduos que testemunharam foram apenas os que justamente conseguiram se manter a uma certa distância do evento, não foram totalmente levados por ele como o que ocorreu antes de mais nada com a maioria dos que passaram pelos campos e morreram, mas também com aqueles que eram denominados de *Musulmänner* dentro do jargão do campo, ou seja, aqueles que haviam sido totalmente destruídos em sua capacidade de resistir (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 68).

As pesquisadoras Santini, Terra e Almeida (2016) trazem à luz da discussão sobre movimentos feministas online uma das principais teorias dos estudos de Comunicação Social, a da Espiral do Silêncio, de Noelle-Nuemann (2005), pela qual sua precursora defende que “quando um indivíduo silenciado encontra ‘parceiros verdadeiros’ que compartilham de sua experiência ou de sua opinião, são capazes de resistir à pressão do grupo e escapar do medo do isolamento” (SANTINI; TERRA; ALMEIDA, 2016, p. 151).

Para Noelle-Nuemann, a perda do medo da rejeição social ocorre porque a vítima reconhece um local de fala em que ela própria não é mais minoria, e sua tendência – a partir

desta percepção – é que compartilhe sua história, opinião e sentimentos sobre um tema, até então, silenciado.

Um grupo se expressa com segurança quando outros se mantêm em silêncio, o primeiro aparenta ser mais forte em público, apesar de sua quantidade numérica. Isso encoraja outros a se expressarem ou a se manterem em silêncio, e um processo espiral entra em jogo (NOELLE-NEUMANN, 2005, p. 378). Especialmente no caso da campanha, objeto desta pesquisa, #primeiroassedio, a mediação feita pela ONG Think Olga permitiu uma rede de apoio entre as vítimas e um sentimento coletivo de pertencimento, que “viralizou na internet” (SANTINI; TERRA; ALMEIDA, 2016, p. 151).

Não obstante ao tema, a filósofa e feminista negra, Djamila Ribeiro (2017a), intitulou um de seus livros, da coleção “Feminismos plurais” como “Lugar de fala”. Logo na apresentação, a autora pontua, como uma de suas principais motivações, o fato de discussões serem balizadas a partir de premissas como “é um conceito importante ou não é?” (RIBEIRO, 2017a, p. 3).

Na obra, a filósofa busca imprimir a sua visão, além de aprofundar o conceito de lugar de fala por meio de uma relação com a “teoria do ponto de vista feminista”, elaborada por autoras como Dorothy Smith, Nancy Hartsock, Sandra Harding, Donna Haraway e uma das principais interlocutoras de Ribeiro: Patricia Hill Collins. Uma das propostas apresentadas pela autora é a de que “todo mundo tem lugar de fala” (RIBEIRO, 2017a, p. 89-90).

Ainda na direção contrária ao silenciamento, a narrativa foi o caminho escolhido por Hannah Arendt (1999) para compreender os acontecimentos do Holocausto. A autora também chama a atenção para a dificuldade de contar histórias nos campos de concentração. Em seu caso específico, a experiência totalitária tornou-a uma contadora de histórias. Para ela, a narração permite que o acontecimento cristalize o que, no passado, pode a ele estar relacionado. “Talvez os verdadeiros transes do nosso tempo somente venham a assumir a sua forma autêntica – embora não necessariamente a mais cruel – quando o totalitarismo pertencer ao passado” (ARENDR, 1999, p. 512).

Em sua obra sobre os “espaços do lembrar”, Aleida Assmann (1999) estuda formas e transformações da memória cultural. A autora expõe as mudanças históricas que a memória atravessou. Assmann (1999) ressalta os conceitos de memória individual e memória coletiva, esta última atravessada pela história e por acontecimentos compartilhados. Jeanne Gagnebin (2002), discute sua obra em profundidade no artigo “O rastro e a cicatriz: metáforas da memória”. Ela ressalta que, no capítulo destinado ao “Corpo”, a temática do trauma chama a atenção. Nesse sentido, o trauma seria “a ferida aberta na alma ou no corpo por acontecimentos

violentos, recalcados ou não, mas, que não conseguem ser elaborados simbolicamente pelo sujeito” (GAGNEBIN, 2002, p. 127).

Gagnebin utiliza o título do artigo para atrelar o conceito de cicatriz ao de memória. Em sua análise, a cicatriz deixada pela experiência permite que se guarde a continuidade de gerações, palavras, alianças. A autora atribui à cicatriz, a memória e a lembrança.

Na ferida que não cicatriza, o trauma, difícil, senão impossível narração. E a memória e a lembrança são portadas pela escrita, rastro privilegiado e duradouro que os homens deixam de si. Porém, a escrita é, hoje, não mais esse rastro, mas o efêmero, o não-intencional, os restos. No entanto, podemos - e talvez devamos - continuar a decifrar os rastros e a recolher os restos. Tarefa silenciosa, anônima, mas imprescindível do narrador autêntico (GAGNEBIN, 2002, p. 125).

Sob outra análise – ainda que não contrária às anteriores –, Carvalho e Costa (2011) consideram mais um elemento no processo de narrar: o esquecimento, que está para além da lembrança. Nas palavras dos referidos autores:

Entendemos que a memória se produz, em parte, também para produzir esquecimento. O esquecimento não surge aqui como oposto à lembrança, mas como parte do processo de produção da memória. Esquecer determinadas passagens da vida e “ser esquecido” (por situações, pessoas e lugares) é parte inerente do processo de lembrar e produzir memórias. Não há lembrança sem esquecimento. (CARVALHO; COSTA, 2011, p. 69).

Segundo os autores, nesse contexto, a memória não está sendo compreendida como um “recurso de resgate do passado, mas um processo de produção do/no presente” (CARVALHO; COSTA, 2011, p. 69). Neste caso específico, os autores comprovam a potência da narrativa por sua característica de ser uma atividade livre, pela qual o narrador pode contar suas histórias sem compromisso com a “cronologia”, com a “coerência” ou com a “verdade”.

Especialmente no que diz respeito a este último compromisso – com a verdade –, convém traçar as diferenças entre história e memória, permitida por meio da obra de Maurice Halbwachs (1990). Para Halbwachs, memória coletiva ou social não pode ser confundida com história. A memória, para ele, seria algo vivo, em construção, enquanto a história estaria centrada no presente, mas também no passado, no intuito de conhecê-lo e construir um discurso sobre ele.

Segundo Casadei (2010), que faz uma análise do discurso de Halbwachs, há outro aspecto a ser considerado. “[...] No campo que Halbwachs inaugura, as memórias de um indivíduo nunca são só suas, uma vez que nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade” (CASADEI, 2010, p. 154). O trecho citado atua como base para a reflexão sobre como os testemunhos têm se apresentado como modelo de narrativa contemporânea.

Já Elsa Peralta (2007), problematiza algumas questões levantadas por Halbwachs. A autora sublinha a ligação entre memória e constituição de identidades coletivas, que serviria

para assentar uma ideia de pertencimento a um determinado grupo social. No objeto desta pesquisa, seria como considerar o deslocamento de memória no testemunho das vítimas em determinados grupos sociais, objetivando sentidos como o de pertencimento, para a elaboração da experiência traumática.

No que tange a relação de temporalidade das narrativas, ao estudar a evolução do papel do testemunho pelos relatos obtidos após o fim das ditaduras na América Latina, Sarlo (2007) aponta o caráter conflituoso do passado e sua relação com o presente. Um outro ponto abordado pela autora é a questão da “anacronia”, visto que a “[...] memória é sempre anacrônica: ‘um revelador do presente’, [conforme] escreveu Halbwachs” (SARLO, 2007, p. 56). Para chegar a tais conclusões, Sarlo recorre novamente aos escritos benjaminianos, nos quais a anacronia encontra uma dimensão ética:

Essa discordância dos tempos é inevitável nas narrações testemunhais. A disciplina histórica também é perseguida pelo anacronismo, e um de seus problemas é justamente reconhecê-lo e traçar seus limites. Todo ato de discorrer sobre o passado tem uma dimensão anacrônica; quando Benjamin se inclina por uma história que liberte o passado de sua reificação, redimindo-o num ato presente de memória, no impulso messiânico pelo qual o presente se responsabilizaria por uma dívida de sofrimento com o passado, ou seja, no momento em que a história pensa em construir uma paisagem do passado diferente da que percorre, com espanto, o anjo de Klee, ele está indicando não só que o presente opera sobre a construção do passado, mas que também é seu dever fazê-lo (SARLO, 2007, p. 57-58).

Segundo a autora, o núcleo do testemunho seria a memória, o que não se repete em relação à história. Há, ainda, um paradoxo a ser observado. É possível constatar um enfraquecimento do passado pela supervalorização de determinados momentos no presente. No contexto das mobilizações digitais, algumas delas têm se destacado e garantido um papel de resgate ao passado como tentativa de construir mudanças no presente e no futuro.

Já no cenário do Holocausto, investigado por Sarlo, a ambiguidade entre memória e história é reforçada, já que ambas reivindicariam o passado. “De um lado, a memória se julgaria capaz de retomar o pretérito a partir de lembranças e subjetividades [...] De outro, a história se apresentaria estruturada como disciplina acadêmica, com teorias e metodologias próprias” (BOPPRÉ, 2007, p. 2). Ainda assim, Boppré reconhece, pelo trabalho de Sarlo, que a história se aproximou das questões provindas da memória.

Nas palavras de Sarlo: “nas últimas décadas, a história se aproximou da memória e aprendeu a interrogá-la; a expansão das ‘histórias orais’ e das micro histórias é suficiente para provar que esse tipo de testemunho obteve uma acolhida tanto acadêmica como midiática” (SARLO, 2007, p. 43).

O que a autora considera essencial na questão, “a natureza humana em si”, também pode ser compreendido como o núcleo central dos testemunhos de vítimas de assédio e abuso

sexual. A relação que Arendt (1999) constrói entre memória e narrativa está para além da análise do projeto nazista para os campos de concentração, e abarca o exame da condição humana sob condições extremas.

Nesse sentido, as memórias seriam elementos chave na reconstrução de identidades individuais e coletivas, seja pela continuação das lutas políticas e mobilizações engendradas, seja pela sua importância em outros contextos (atuais) e para outros indivíduos. Em alguma instância, a memória alimenta o presente, mas quando se liga a alguma questão traumática do passado, mais que informar, ela invade o presente em todas as suas dimensões. Cabe destacar que este ponto de vista agrega duas dimensões de ação da história: o relato daquele que sofreu e o reconhecimento daquele que torturou (QUINSANI, 2010).

O filósofo Paulo Vaz, em suas investigações de cunho genealógico¹⁵, relata diferenças entre o sujeito moderno e contemporâneo, as mudanças históricas na abordagem do sofrimento e como os testemunhos têm se apresentado como modelo de narrativa atual. A eclosão de narrativas autobiográficas que relatam experiências de sofrimento no espaço público, com prática de exposição de si caracterizando-se como experiência “terapêutica”, marca uma transformação da sensibilidade contemporânea (LERNER; VAZ, 2017).

Em artigo publicado em 2014 (VAZ et al, 2014), as narrativas de vítimas de estupro difundidas na internet suportam a análise do testemunho como forma de discurso autobiográfico contemporâneo. Os autores delineiam as diferenças entre a confissão, de ambição terapêutica moderna, e o testemunho, de ambição terapêutica atual, ambos vistos como práticas discursivas que participam da produção de subjetividade e constroem um passado explicativo do sofrimento.

No contexto atual, o testemunho seria o discurso decisivo para a constituição da vítima como sujeito contemporâneo, sendo a figura da vítima uma saída socialmente aceitável para comunicar o sofrimento ligado à violência, reivindicando demandas e ações sociais de reparação e cuidado (FERREIRA JUNIOR, 2015).

Ainda assim, a apresentação do sofrimento em ambientes difusores, como o digital, poderia acarretar consequências problemáticas, como as levantadas no artigo supracitado, que mostrou, por meio da análise dos testemunhos do blog francês *Je Connais Un Violeur* (“Eu conheço um estuproador”, em tradução literal), uma revisão conceitual do crime de estupro (VAZ et al, 2014). Na análise, os autores privilegiaram testemunhos de “situações potencialmente ambíguas”, descartando casos de pedofilia ou incesto que caracterizariam clara

¹⁵Termo-chave de Foucault, derivado de Nietzsche, usado aqui para classificar um tipo de investigação do desenvolvimento de discursos correlacionados com poder/saber específicos de uma época.

situação de constrangimento. Direcionando o olhar e a análise para relatos de estupro dentro de relacionamentos e em condições influenciadas pela embriaguez, os autores esclarecem a intenção de problematizar questões relevantes, sem condenar a vitimização:

Se não era intenção ofender nem quem se pensa como vítima, nem fornecer argumentos para moralistas e se sabíamos que esses efeitos tendem a decorrer dos esforços de relativização, por que questionar o conceito de estupro? Certamente porque cremos que algumas consequências desse modo de conceituar e hierarquizar os atos sexuais são problemáticas (VAZ et al, 2014, p. 29).

Dentre as consequências problemáticas detalhadas por eles estão: a limitação da autonomia da mulher às experimentações sexuais, a redução da solidariedade com mulheres que sofreram violência efetiva devido à generalização das vítimas e, sobretudo, a ênfase no estupro e na posição de vítima, que poderia “reduzir nossa capacidade de imaginar futuros diferentes, para além do moralismo, nas relações entre homens e mulheres” (VAZ et al, 2014, p. 32).

No artigo, os autores tratam do novo regime amoroso e detalham um circuito de explicações para o sofrimento e o lugar do testemunho das vítimas de casos de estupro. O argumento final do texto propõe que a acusação do outro não nos abre à experimentação e que a posição da vítima ao relatar testemunho também pode ser questionada:

Em termos da relação consigo, cabe notar que a acusação do outro supõe a plena posse da verdade em quem acusa. Economiza-se, assim, o questionamento da adesão aos valores da cultura. Ao acusar, não questionamos e, sim, utilizamos esses valores como base da acusação. Efetivamente, portanto, acusar o outro não nos abre à experimentação de si e do mundo. E haveria muito que questionar, como a associação entre experiências sexuais e ato de consumo e um resto de condenação moral à experimentação. Ao menos quando nos acusávamos, a insistência do desejo podia nos levar a questionar as normas sociais; quando acusamos os outros, porém, a tendência é a de manter-se na inocência da vítima e, assim, não questionar os valores a partir dos quais a responsabilização é construída. A presunção de inocência também é moralista. O mundo é mais complicado do que nos fazem crer tanto o machismo quanto a inocência virtuosa da vítima (VAZ et al, 2014, p. 32).

Tal forma de questionamento faz parte da avaliação de como as narrativas autobiográficas participam ativamente de um novo modo de produção de subjetividade, que se aproximam da figura da vítima e se afastam da posição do preconceituoso, que tomou o lugar do anormal na cultura contemporânea, dentro de uma dinâmica de identificação que orienta o que se deseja ser (VAZ, 2014). De acordo com o autor, a moralidade, hoje hegemônica, sugere que o indivíduo se liberte do preconceito, e não se ajuste a ele. E, ao relatar experiências de sofrimento, as pessoas se posicionam como vítimas que tiveram seu direito à felicidade prejudicado. Nesse sentido, tal privação aliada à produção de consumidores, caracterizam a cultura ocidental contemporânea:

Conceituar essa mudança na forma da produção de subjetividade tem a função de aprofundar a intensa discussão acadêmica e social sobre duas características maiores das culturas ocidentais contemporâneas, a saber, o direito à felicidade e a produção de

consumidores. A distância do preconceituoso não ensina a limitação e, sim, o direito a ter prazer, a ser feliz, a realizar seu desejo. E ao invés de produzir o corpo dócil de um trabalhador eficaz economicamente, mas submisso politicamente, que não se rebela contra a exploração da mais-valia, a distância do preconceituoso teria a função de produzir o bom consumidor – aquele capaz de sempre consumir mais (VAZ, 2014, p. 34).

Desta forma, o lugar da vítima e do testemunho estaria legitimado por um contexto maior de subordinação a modelos de subjetividade que mantêm padrões hegemônicos de comportamento.

Por outro ângulo da discussão, a confissão, segundo Michel Foucault (1988), é um dispositivo de construção da verdade e do indivíduo nas sociedades ocidentais. Desde a Idade Média, a confissão foi instaurada como um dos rituais mais importantes, pelo qual se espera a produção da verdade. As sociedades ocidentais modernas também foram marcadas pela confissão, não apenas no âmbito religioso e jurídico, mas também:

“na medicina, na pedagogia, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, aos médicos, àqueles que se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros” (FOUCAULT, 1988, p. 58-59).

Entretanto, é importante notar uma mudança significativa na forma de discurso autobiográfico na cultura contemporânea, marcada pela passagem da confissão ao testemunho, mais presente na cena midiática, por meio de entrevistas, autorrelatos, entre outras formas de discurso (ARFUCH, 2010). Na mesma linha, Peter Novick (2000) defende que contar o sofrimento é terapêutico. “O simples fato de testemunhar é uma experiência catártica” (NOVICK, 2000, p. 8).

O testemunho, sobretudo — mas não exclusivamente — em rituais religiosos cristãos pode assumir a função de exemplificação e de prova na capacidade de mudança e de superação motivada por uma crença, pela fé, pelo amor, pela vontade de viver. Dessa forma, o testemunho também pode assumir uma dimensão moralizante (SACRAMENTO, 2015). Em todas essas situações enunciativas, trata-se de indicar uma fala em tensão com uma realidade conflitiva.

1.3. DIMENSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL E O FEMINISMO

1.3.1 Bourdieu e a violência simbólica

Nos estudos de gênero, os conceitos de “poder simbólico” e “dominação” (BOURDIEU, 2005) têm sido amplamente discutidos, por ajudarem a compreender o papel da mulher e da condição feminina no meio social, além de oferecer a “oportunidade de uma posição científica

epistemológica que não se situa no polo dos determinismos estruturais como tampouco no dos subjetivistas” (FONSECA, 2001, p. 21).

Para analisar a questão da violência sexual contra a mulher, sob a perspectiva de Bourdieu (2005), busca-se relacioná-la ao exercício do poder simbólico. Nesta perspectiva, a mulher é vista como objeto ou símbolo, cuja atribuição no terreno das trocas simbólicas é manter o capital simbólico¹⁶ que se concentra em benefício das forças de dominação, a fim de perpetuar o poder dos homens (SOUZA; VIANA, 2014).

Compreender a violência sexual como resultante das relações organizadas de gênero, presentes na ordem social, permite uma leitura para além da posição das mulheres como subordinadas, chegando a um debate sobre a relação “dominação” e “poder” a partir da teoria de Pierre Bourdieu, cujo interesse consiste em revelar as formas implícitas de tais conceitos nas sociedades capitalistas (ANJOS, 2000). Dessa forma, a violência sexual, especialmente em mulheres, é considerada, neste espaço, como um fato social a ser investigado.

Pierre Bourdieu considera que o modelo de masculinidade que tem como eixo central o poder – apoiado em uma visão social pela qual se concebe o masculino como um gênero superior ao feminino – pode concorrer para que os homens exerçam a dominação sobre as mulheres, tornando-as submissas a eles. “A visão androcêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino” (BOURDIEU, 2002a, p. 44).

Tal dominação masculina pode ser entendida, segundo Bourdieu, dentro de uma perspectiva simbólica. O autor denomina como violência simbólica:

[a] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2002a, p. 07-08).

Nesse sentido, o sociólogo francês trata a violência simbólica como uma força socialmente tolerável, capaz de impor seu poder por meio de significações, afirmando a dominação social de uma classe sobre outra. Tal poder de impor significações é considerado o poder simbólico, que estabelece as significações impostas como legítimas, objetivando dissimular e transformar as relações de forças subjacentes, de modo a fazer com que a violência exercida não seja questionada (BICALHO; PAULA, 2009).

¹⁶ O capital simbólico, em Bourdieu, é referente ao agente e envolve a esfera de negociação, incluindo a financeira. Aqui, o conceito de capital está relacionado a reconhecimento e vem do outro. Este reconhecimento é uma forma de dominação e repressão.

Pode-se, portanto, entender que, frequentemente, as próprias mulheres acabam incorporando uma relação submissa de poder em suas vidas como algo irreversível, visto que já se encontra naturalizada na sociedade. Bourdieu (2002a) nomeia de “paradoxo da doxa” a condição na qual a dominação passa a ser considerada como natural pelos dominados. Nesse sentido, em relação à violência sexual contra as mulheres, em muitos casos, ela própria se tornaria incapaz de se reconhecer como vítima do crime.

Ainda segundo o autor, o domínio social da representação sexual se realiza a partir de uma perspectiva denominada de cosmologia androcêntrica, que se constitui por meio de um conjunto de oposições que organizam o cosmos, baseado na divisão dos estatutos sociais imputados ao homem e à mulher. Por sua vez, essa cosmologia sexuada se enraíza numa ordem de socialização do corpo e em sua localização no espaço social, propiciando uma sexualidade socialmente significada. Logo, essa ordem se estabelece como se a divisão dos sexos fizesse parte da ordem das coisas, sendo, por isso, natural e inevitável (BOURDIEU, 2002a, p. 106).

Pode-se assumir que Bourdieu (2002a) entende gênero como um conceito relacional e uma estrutura de dominação simbólica, em que o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas, produzindo significados no mundo social que se estendem aos corpos e *habitus* dos agentes. Assim, o autor explica a persistência das relações de poder e dominação de gênero a partir do conceito de *habitus*, compreendido em sua obra como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações e possibilita o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciadas graças à transferência analógica de esquemas, adquiridos em uma prática anterior (BOURDIEU, 2002b, p. 261).

Entende-se, dessa forma, que, para o autor, o *habitus* refere-se às disposições incorporadas pelos atores sociais ao longo de seu processo de socialização, o qual integra experiências anteriores, e atua como uma matriz de percepções, apreciações e ações. Essa matriz, por sua vez, produz os esquemas inconscientes¹⁷, que são internalizados e postos em prática a partir de estímulos conjunturais de um campo social. Assim, na gênese da prática, ele propicia a interiorização das estruturas sociais (aquisições) e uma exteriorização das disposições adquiridas, sem que para isso se requeira a consciência da ação (BOURDIEU, 2002b).

A violência simbólica, para o autor, está associada tanto ao homem quanto à mulher, tendo em vista que ambos já não percebem quando estão praticando-a, em virtude da

¹⁷ O inconsciente em questão não é o freudiano. Bourdieu trata do inconsciente ligado a um trabalho de construção histórica.

incorporação do *habitus*. Assim, os aspectos ligados ao ato sexual como representação de poder são, para Bourdieu, mais um indício da relação social de dominação, expressando o desejo masculino como desejo de posse e dominação erotizada sobre o feminino.

Sob essa ordem, a violência sexual engendrada contra a mulher não se origina no desejo sexual ou amoroso – ou não somente; ela se impõe como uma demonstração extrema de poder e dominação do homem sobre a mulher na subjugação do seu corpo, e da sua autonomia como sujeito. Esse tipo de violência não afeta só seu corpo físico, mas envolve seu ser, sua relação com o mundo, sua corporeidade; afeta, também, a expressão de seu corpo no espaço social (LE BRETON, 2010; OLIVEIRA, 2007).

Desse modo, “a organização do mundo e a fixação de um consenso [...] permite à cultura dominante numa dada formação social cumprir sua função político-ideológica de legitimar e sancionar um determinado regime de dominação” (BOURDIEU, 2009, p. 15-16).

A concepção do autor, referente às práticas simbólicas, é que quando “os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida quotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação [...] da definição dominante de sua identidade [...]” (BOURDIEU, 2005, p. 124).

[...] O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama de conformismo lógico, quer dizer, << uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências [...]. Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social [...] eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 2005, p. 79-80).

Assim sendo, Bourdieu considera que, por meio do *habitus*, as estruturas sociais são interiorizadas, se tornando um processo em que o indivíduo não tem mais consciência, ou seja, ele passa a naturalizar o fato. Quando mulheres e homens interiorizam um condicionamento que desfavorece o feminino, os agentes não têm compreensão de sua participação nesse sistema ideológico. O *habitus* promove a conservação de ideias, percepções, práticas ou ações dos agentes, sejam eles dominados ou dominantes, dentro dos padrões de comportamento e da autocompreensão imputados pelo processo de socialização do sistema de dominação.

Na ordem social, o *habitus* organiza as formas de relacionamento entre os indivíduos, ante o sistema de dominação masculina. Segundo o autor, a função do *habitus* é orientar as ações dos sujeitos no campo social, desempenhando o papel de elo articulador entre três dimensões: a estrutura das posições objetivas, a subjetividade dos indivíduos e as situações concretas de ação, contribuindo para a reprodução das particularidades do seu grupo no mundo social, bem como das estruturas nas quais foi formado.

Portanto, é deste modo que a estrutura de poder e a dominação masculina, sobretudo a simbólica, são assimiladas nas relações de gênero como uma construção social naturalizada. “O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas” (VASCONCELOS, 2002, p. 2).

Toda a estrutura social vive um conflito entre os agentes que dominam e aqueles que são dominados pela violência simbólica. De um modo geral, essa dominação manifesta-se de forma não explícita, sutil, por meio de uma espécie de violência julgada como legítima dentro do campo social, e que se expressa de forma doce e mascarada, exercendo-se com a cumplicidade daquele que a sofre: o dominado.

Nas palavras do autor: “a dominação não é efeito direto de uma luta aberta, do tipo ‘classe dominante’ versus ‘classe dominada’, mas o resultado de um conjunto complexo de ações infraconscientes, de cada um dos agentes e de cada uma das instituições dominantes” (BOURDIEU, 1996, p. 52).

Segundo Santana, que estuda Bourdieu em profundidade, cabe avaliar que a concordância deste tipo de poder entre o dominado e o dominador se dá por não haver um acordo formalmente estabelecido que reconheça a dominação como legítima, mas em decorrência da ação das forças sociais e pela estrutura das normas estabelecidas no campo social em que os indivíduos se inserem, e que incorporam em seus *habitus* (SANTANA, 2012).

Em relação a violência sexual contra a mulher, há que se considerar uma série de fatores que acabam diferenciando-os dos demais, e permitindo que, muitas vezes, os episódios percam a força de um crime¹⁸. Tal forma distorcida de encarar a violência sexual é bastante comum na sociedade atual, de modo que, em muitos casos, a própria mulher se torna incapaz de se reconhecer como vítima do crime.

[...] as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de reconhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que faz, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre (BOURDIEU, 2002a, p. 45).

Sobre a citação acima, Silva (2012) ressalta que nos estudos de Bourdieu a violência simbólica é percebida numa relação implícita de submissão, por consenso ou por força, sem que os dominados absorvam o aspecto coercitivo do poder. De modo que esta violência

¹⁸ Aqui, cabe reforçar que a legislação brasileira considera como crimes, passíveis de punição, episódios de estupro, assédio sexual e violação sexual mediante fraude (BRASIL, 2009).

simbólica favoreça a subjetivação das estruturas objetivas por meio da internalização da crença na opressão como algo inevitável, que tende a se naturalizar. Nessa perspectiva, a partir das relações estabelecidas entre dominado e dominante, a mulher em situação de violência sexual torna-se objeto da violência simbólica.

Já para Alves (2009), no entendimento que faz sobre Bourdieu, os indivíduos têm propensão para naturalizar o padrão hierárquico da cultura por reconhecê-lo como superior, não admitindo a relação de dominação de classe. “É um processo de transfiguração das hierarquias sociais em hierarquias simbólicas que permite a legitimação ou justificação das diferenças e hierarquias sociais” (ALVES, 2009, p. 59).

Por fim, Selbath et al. (2005) acredita que Pierre Bourdieu concebe a história das mulheres como marcada por relações de dominação que favoreceram a dominação masculina. Na concepção do autor, a relação de dominação é exercida essencialmente por meio da violência simbólica, da imposição de princípios de visão e divisão incorporados, naturalizados, que são aplicados às mulheres e, em particular, ao corpo feminino. O referido sociólogo “acreditava que a própria mulher faria a introspecção de se enxergar dominada, o que repercutiria na historiografia. [...] É por esta razão que ele entendia que a visão feminina era, também ela, uma visão dominada, ‘que não se vê a si própria’” (SELBATH, 2005, p. 6).

Apesar de todas essas leituras de Bourdieu, sabe-se que, atualmente, a compreensão sobre o papel da mulher no processo de dominação masculina tem sido questionada nos diversos segmentos do movimento feminista. Entretanto, mesmo considerando a resistência por parte dos movimentos sociais em reconhecer a crítica segundo a qual os dominados contribuíram com a sua própria dominação, Carvalho (2006) adverte que a consciência da dominação e dos mecanismos de violência simbólica nem sempre é suficiente para se combater ou superar determinado estado de submissão arbitrariamente imposto às mulheres. Tais mudanças atuaram como forças decisivas no sentido de dar visibilidade à violência, mas também de impulsionar políticas públicas específicas (LIMA; BÜCHELE; CLÍMACO, 2008).

O próprio Bourdieu reconhece que o movimento feminista já conseguiu, em algumas áreas do espaço social, romper o reforço generalizado, mas critica o discurso feminista, que restringiu a relação de dominação apenas na esfera doméstica, abstendo-se de olhares sobre instituições, que também exercem domínio dentro do universo mais privado.

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas [...] e as estruturas de grandes instituições onde se realizam e se produzem não só a ordem masculina mas também toda a ordem social [...] poderá, a longo prazo, [...] contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina (BOURDIEU, 2002a, p. 69).

Mesmo compreendendo que o conceito de violência é dinâmico e cultural, pode-se dizer que sua desnaturalização com as mulheres permitiria avanços no entendimento de que a agressão não passa apenas pela materialidade dos corpos femininos, nem tampouco pode ser minimizada quando aplicada como castigo àquelas mulheres que não estiverem cumprindo com seus “deveres sociais” (SIMIÃO, 2006).

Considerando a importância de um processo de desnaturalização da violência e as mudanças que atuaram como forças decisivas na direção de uma visibilidade à questão, conforme apontada por Lima; Büchele; Clímaco (2008), emerge – mais uma vez – a reflexão sobre o papel do testemunho, instrumento de análise deste trabalho, e de investigação sobre que lugar ele ocupa no sofrimento humano e no debate sobre a violência sexual contra as mulheres.

1.3.2 A trajetória das ondas feministas

O feminismo vem sendo reconhecido como um movimento social e político que tem contribuído com a redução das diferenças de gênero no mundo inteiro. Para localizar o papel da mulher na sociedade e compreender os efeitos da campanha #primeiroassedio, consideramos fundamental a análise de seu desenvolvimento. Parte-se da premissa de que os movimentos feministas permitiram à mulher ser tomada como sujeito de direito, o que contribui para uma mudança em sua moral sexual e torna a sociedade menos tolerável à violência de gênero (RODRIGUES, 2019).

Segundo Blandin (2017), a história do movimento feminista no Brasil e no mundo é contada em ondas. Apesar de amplamente utilizada, a compreensão de “onda”, na literatura de movimentos sociais, remete-nos a ciclos de protesto. Para Perez e Ricoldi (2018), ciclos de protestos são como fases de intensificação de conflitos, pelas quais o protesto público ganha força e a oportunidade de se difundir em várias camadas da sociedade, atingindo, inclusive, pessoas menos mobilizadas.

A filósofa feminista Magda Guadalupe dos Santos (2016) também defende a classificação dos movimentos feministas em ondas, pois nos ajuda a mapear as atividades no tempo, que se dão de maneira processual. Dessa forma, é possível, também, compreender que cada momento histórico lidou com questões específicas e desenvolveu distintos métodos de resistência.

Para os diversos autores e estudiosos do feminismo, utilizados nesta pesquisa, os Estados Unidos protagonizaram a periodização dos protestos em ondas, e são tomados por referência para a maioria dos outros países. Apesar das diferenças culturais e periódicas entre

eles, a primeira onda feminista é um marco em comum: a onda do sufrágio feminino. Durante o período que compreendeu entre o século XIX e o início do XX, mulheres de classe alta e bem instruídas uniram-se em defesa de direitos políticos, em diversos países. Entretanto, a conquista legal do voto feminino ocorreu com certa diferença temporal entre as nações que engendraram sua luta. De acordo com Blandin (2017), o principal questionamento que norteava a época era: como estabelecer um regime democrático se as mulheres, que representavam mais da metade da população adulta, não possuíam direito ao voto?

A primeira onda é, claramente, um exemplo de uniformização das ondas entre diversos países. Toma-se o período de meados do século XIX como o início da primeira onda, devido a já algumas manifestações e escritos de mulheres sobre igualdade, ainda que os protestos tenham se acirrado publicamente especialmente no início do século XX. Nos EUA, o sufrágio feminino foi conquistado em 1920, no Reino Unido, parcialmente em 1918, num processo que se arrastou até 1928. No Brasil em 1932, mas um exame da América Latina faz o período de luta por sufrágio se estender de 1927 (Uruguai) até 1961 (Paraguai). (PEREZ; RICOLDI, 2018).

Seguindo em frente, vamos à segunda onda feminista, iniciada ao longo do século XX, mais precisamente na década de 1960, no apogeu das discussões de direitos civis. Esta segunda onda foi marcada pela apropriação do chamado “Segundo Sexo de Beauvoir” por interlocutoras como Betty Friedan, Kate Millet e Germaine Greer (SANTOS, 2016). Outro fato relevante propiciado pelo momento foi a inauguração dos *Women’s Studies* e dos primeiros ensaios sobre gênero, como o que se tornou um clássico, escrito por Gayle Rubin (PEREZ; RICOLDI, 2018).

A terceira onda foi solidificada já na década de 1990, mas chegou imbuída de uma série de questões herdadas da segunda, e foi especialmente caracterizada pela emergência do conceito de interseccionalidade. O caso de assédio sexual sofrido por Anita Hill¹⁹, na década de 1990, aliado à força que os movimentos feministas negros vinham recebendo desde a década de 1970, resultaram em protestos feministas mais consistentes (SANTOS, 2016). Outro marco importante da terceira onda nos Estados Unidos foi a visão pós-estruturalista da sexualidade e a ampla incorporação de seus estudos pelo campo de gênero, no qual autoras feministas como Judith Butler são representativas, mas referências como Donna Haraway e Thomas Laqueur são igualmente significativas (SANTOS, 2016; HEILBORN, 2016).

Por fim, a quarta onda se configura a partir de características que já estavam reunidas e aparentes na sociedade: o uso massivo de redes sociais e da tecnologia, e, conseqüentemente, o surgimento de um novo modelo de ativismo: o digital; o aprofundamento de discussões sobre

¹⁹ Anita Faye Hill é professora da Universidade de Brandeis (Waltham, Massachusetts), advogada e ativista, conhecida porque em 1991 acusou o candidato ao Supremo Tribunal dos Estados Unidos, Clarence Thomas, de tê-la assediado sexualmente enquanto era seu supervisor na EEOC (Equal Employment Opportunity Commission) na década de 1980. A utilização durante o julgamento do conceito "assédio sexual" significou popularizar um termo, até então, restrito aos movimentos feministas radicais (EL PAÍS, 2019).

identidade e corpo, como a visibilidade de pautas contemporâneas como a questão trans e a gordofobia; além de novas propostas ativistas sobre assuntos ainda não muito explorados, mas já pincelados em outros momentos da luta feminista, como toda espécie de violência sexual (PEREZ; RICOLDI, 2018).

Como vimos, pelas diferenças de tempo e de região que abrigou os movimentos feministas, é comum uma certa miscigenação de características das ondas feministas, hoje, reconhecidas como um fenômeno internacional. É possível, inclusive, agregar seus principais traços em grande movimento histórico. Analiticamente, a divisão em ondas dos fenômenos de cada país não é tarefa simples, já que, frequentemente, há diversas influências concomitantes.

A crescente utilização do ambiente virtual para mobilizações de movimentos sociais, como aponta Sibilia (2015), foram fatores decisivos que permearam esses períodos. Além disso, algumas demandas tradicionais do feminismo, como a luta contra os padrões estereotipados de beleza, passaram a ser apropriadas por iniciativas mercadológicas, constituindo um elemento relevante do cenário que a teórica Angela McRobbie (2009) chamou de “pós-feminismo”, em maior evidência na quarta onda do feminismo, principalmente no Brasil.

Em função de uma forte tendência sobre os períodos e as características gerais de cada onda serem muito variadas para cada país, fez-se necessário contextualizar a análise das ondas feministas no Brasil. O fato de que a campanha #primeiroassedio, objeto desta pesquisa, foi eclodida em território nacional contribui para o aprofundamento do estudo no país. Exemplos de distâncias temporais podem ser observadas por meio de eventos como o sufrágio feminino – traço da primeira onda – vivido na Finlândia em 1906 e chegando à África do Sul apenas em 1993. Já a luta pela igualdade entre homens e mulheres não pode ser reduzida ao enfrentamento de uma das ondas, mas é uma questão que atravessa a trajetória dos movimentos feministas.

1.3.3 O movimento feminista brasileiro

No Brasil, embora as autoras feministas – muitas utilizadas como referência neste trabalho – deem conta da classificação por ondas, é mais comum encontrar uma leitura dos movimentos a partir de dinâmicas sociais. Ainda assim, a primeira onda feminista no País, pode ser identificada pela luta em prol do voto feminino (PINTO, 2003), que teve êxito em 1932. Entretanto, segundo a autora, desde o final do século XIX, o Brasil já assistia a manifestações de intelectuais e discussões acerca do sufrágio feminino.

No livro “Uma história do feminismo no Brasil” (2003), Céli Regina Pinto explica que, apenas no início do século XX, podemos falar em uma mobilização coletiva com um certo grau

de organização, com a fundação de um Partido Republicano Feminino. Nesse período, também são destaques a atuação de Bertha Lutz e da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, além do lançamento de um número considerável de periódicos que discutiam questões pertinentes à condição feminina, como a educação igualitária e o direito ao divórcio. Pinto pontua que, em paralelo a um feminismo de mulheres educadas e de elite, surgia outro mais “anarquista”, influenciado, em grande parte, pelo movimento trazido por imigrantes italianos (PINTO, 2003).

Segundo Costa (2005), que também analisa a repercussão de movimentos feministas no Brasil, esse primeiro marco da luta possui um perfil mais conservador, “pois havia menos questionamento em relação à divisão sexual dos papéis de gênero” (COSTA, 2005, p. 13). Tal colocação dialoga com a de Pinto (2003), que defende que o feminismo da época vinha das elites, direcionado às mulheres de uma crescente classe média urbana, que tinha acesso à educação e ao trabalho. Assim, à margem de um feminismo anarquista e operário (PINTO, 2003), o movimento, em sua primeira formação, era constituído por um grupo mais ou menos homogêneo: mulheres educadas ligadas às elites, em sua maioria composta por funcionárias públicas e professoras (PEREZ; RICOLDI, 2018).

A segunda onda feminista brasileira – marcada nos Estados Unidos e na França pela força de contestações política e cultural – emergiu no período da Ditadura Militar (1964-1985), iniciado em 1964, e consolidou-se a partir de 1970. O Ano Internacional da Mulher, instituído em 1975, fortaleceu a discussão (ALVAREZ, 1990). Até aquele momento, as pautas femininas não entravam na agenda de política. Além dos espaços acadêmicos, novos movimentos de mulheres, como o que as fez lutar pelo direito a creches, surgiam, e começavam a ser representados por mulheres. A participação de exiladas feministas, militantes de partidos políticos, acadêmicas e estudantes universitárias deu voz a essas minorias (PINTO, 2003).

A década de 1990 foi palco da terceira onda feminista, sustentado, entre outros aspectos, pelo surgimento e visibilidade de um movimento mais amplo de terceirização: as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Estas chegaram como uma oportunidade para as mulheres, visto o elevado número de organizações feministas que emergiu e emerge até os dias atuais. Alguns autores, como Alvarez (2014), classificaram a inserção de ONGs como “institucionalização do movimento”. A autora explica que o período foi caracterizado pela relação do Estado com os movimentos feministas por meio de financiamento e/ou pela participação dos mesmos na formulação e execução de políticas públicas.

Outros traços da terceira onda brasileira foram a Conferência de Beijing em 1995 (evento internacional para discutir os direitos das mulheres), que teve repercussão no Brasil por

conta do canal aberto entre Estado e sociedade civil, viabilizado pelas Conferências e pelos Conselhos de Direitos; a Eco 1992 e a tenda Planeta Fêmea, que simbolizaram o início das Organizações Não-Governamentais feministas. Nesse período da luta, as ONGs discutiam questões como raça e diversidade sexual, e imprimiram as primeiras marcas – fundamentais para alguns autores – que possibilitaram o desenvolvimento da onda seguinte (COSTA, 2005; PINTO, 2003).

A principal característica da quarta onda feminista, apontada por Perez e Ricoldi (2018), é a presença e forte atuação nos meios de comunicação digitais, que nos remete à importância das novas tecnologias de comunicação. “O mundo digital possibilitou um ativismo digital, chamado de ciberativismo – conceito estendido à mobilização feminista na internet, o ciberfeminismo” (PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 13).

Blogs, mídias sociais, portais, vídeos e outros meios de comunicação online passam a ser compreendidos como um espaço de criação e divulgação de causas feministas, com um alcance jamais almejado antes da difusão da internet. Conforme Van Dijck pontuou em 2013, a internet permitiu a multiplicação de posições, já que assistimos à passagem da comunicação em rede para uma socialidade moldada por plataformas, em uma cultura de conectividade.

O segundo aspecto da quarta onda, indicado novamente por Perez e Ricoldi (2018), é a diversidade de grupos sociais defendidos pelos movimentos feministas. “O feminismo contemporâneo é diverso, principalmente por lutar contra opressões sociais relacionadas à classe, raça e orientação afetiva/sexual” (Idem: p. 14).

Sonia Alvarez (2014), por sua vez, destaca a multiplicação de campos feministas nesse novo momento. A incorporação de outros grupos sociais relacionados à opressão, além do gênero, proporcionou uma pluralidade de subgrupos chamados, popularmente, de feminismo negro, feminismo *gay*, feminismo classista, entre outros. Sob esta ótica, os movimentos reuniram as pautas feministas dentro do conceito de interseccionalidade, permitindo o que as autoras chamam de “movimentos feministas interseccionais” (PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 14). Dessa forma, pode-se concluir que um grande marco da quarta onda foi a adesão massiva e a disseminação do feminismo interseccional.

Como Alvarez, outra referência acadêmica sobre a quarta onda feminista, a professora Marlise Matos (2014), da Universidade Federal de Minas Gerais, também defende a organização do feminismo por meio de ONGs. Segundo a pesquisadora, o momento foi marcado – tanto no Brasil quanto no cenário latino-americano – pelo processo de institucionalização das ONGs, das redes feministas, e pela possibilidade da luta trans ou pós-nacional.

1.3.4 O movimento feminista norte-americano

Ao longo da pesquisa sobre os movimentos feministas no Brasil e no mundo, chamaram atenção o papel de destaque ocupado pelos contextos norte-americano e europeu, que, uma vez valorizados, tenderiam a ocultar, de certo modo, a realidade social de outros países. Nos anos 1980, por exemplo, o feminismo sofreu uma forte reação conservadora nos Estados Unidos, mas esteve no centro do debate público no Brasil, passando por um processo de consolidação após a Lei da Anistia, em 1979 (RODRIGUES, 2019). Isso demonstra que as realidades sociais podem não ser as mesmas em diferentes países e que a cronologia das ondas não daria conta de tais especificidades.

O estudo da primeira onda do feminismo e, portanto, a diferença considerável de épocas em que o sufrágio feminino foi conquistado, em diferentes países, aponta para o protagonismo mencionado. O voto feminino aberto a todas as mulheres tornou-se realidade na Inglaterra em 1928. Na França, país considerado um dos berços do feminismo, as mulheres receberam o direito de votar em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, tendo sido o penúltimo país europeu a instaurar o voto feminino (ALMEIDA, 2000). Já as norte-americanas, reconhecidas como as que lutaram mais ativamente pelo direito em questão, o conquistaram em 1920, quando a Constituição Federal do país legitimou o voto feminino (TELES, 1999, p. 39).

Para Blandin (2017), tal conquista teve alta relevância na luta por direitos ligados ao exercício da cidadania plena. Entretanto, outro tema que contribuiu na mesma direção foi o acesso das mulheres à educação formal, considerado até mais importante no processo de emancipação feminina. Isso porque a principal, e talvez única, via de acesso para o mercado formal de trabalho, na época, era a instrução. Como consequência à participação no mercado, a mulher atingia a sua independência financeira.

Nesse sentido, a escritora Virginia Woolf, na obra “Um teto todo seu”, publicada em 1929, considera a independência financeira da mulher como fator primordial para a conquista de outras atividades, entre elas o ofício de escritora: “Uma mulher deve ter dinheiro e um teto todo seu se quiser escrever ficção” (WOOLF, 2014, p. 7). Em contrapartida, a escritora reconhecia que questões de ordem simbólica, referentes às hierarquias de gênero, demorariam mais algumas décadas para serem amplamente discutidas e repensadas.

Já na segunda onda, assiste-se à luta feminista em prol da autonomia do próprio corpo, que teve início nos anos 1960, nos Estados Unidos, como já ponderado nesta pesquisa. As frases que mais marcaram a época fazem um bom resumo das principais demandas: “meu corpo me pertence”, “meu corpo, minhas regras”. Blandin sintetiza ao avaliar que, se a Europa foi protagonista das primeiras reivindicações feministas do século XIX, são os Estados Unidos que

ocupam lugar central na eclosão da segunda onda feminista e em sua difusão em outros países ocidentais (BLANDIN, 2017, p. 13).

Nesta segunda onda, uma das grandes referências teóricas é a escritora e filósofa francesa Simone de Beauvoir, autora de “O segundo sexo” (1949). Na obra, encontra-se o famoso trecho “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, e Beauvoir alerta para uma mudança de paradigma, ou seja, o que se compreendia como próprio da mulher, era, na realidade, o produto de um intenso trabalho cultural. A autora explica que tais aspectos passam a ser vistos como naturais ou inatos da mulher, tamanha a sua eficácia social.

Beauvoir incorpora à discussão a limitação do papel da biologia nas condutas femininas, determinadas, sobretudo, pela organização da sociedade civil, por meio de instituições como a família, a escola e a religião, além da resposta às expectativas sociais. Outro aspecto que a filósofa aborda na obra citada (1949) é referente às desigualdades entre homens e mulheres, de cunho cultural e não definidas pela biologia. Assim, de acordo com a autora, há um trabalho da cultura sobre as diferenças de sexo, que estabelece hierarquia entre elas.

Nesse sentido, o paradigma masculino faz com que o homem (o “primeiro sexo”) seja visto como uma espécie de universal ou neutro, enquanto a mulher simboliza a diferença, a alteridade e o desvio. Diante desse paradigma masculino, a feminilidade ocupa um lugar de subordinação. Para além da obra citada, a produção de Simone de Beauvoir é reconhecida, por alguns estudiosos do tema feminismo, como uma espécie de passagem entre a primeira e a segunda ondas (SANTOS, 2016, p. 34).

Ainda sobre a segunda onda nos Estados Unidos, umas das mulheres que obteve maior representatividade foi a ativista Betty Friedan, autora de “A mística feminina” (1963). O livro foi escrito após Friedan obter centenas de entrevistas, e a autora joga luz sobre a insatisfação de mulheres submetidas ao ambiente doméstico, e o estereótipo de dona de casa norte-americana, nos papéis de mãe de família e esposa feliz. O “mal sem nome” – nas palavras da autora – surge do isolamento das mulheres em relação ao restante do mundo, próprio de um confinamento na vida doméstica. Essa visão foi importante para quebrar paradigmas, uma vez que se acreditava que eventuais insatisfações femininas se davam em função de alguma fragilidade psíquica, crença respaldada por médicos e psicanalistas da época (FRIEDAN, 1971).

O problema não pode ser compreendido nos termos geralmente aceitos pelos cientistas ao estudarem a mulher, pelos médicos ao tratarem dela, pelos conselheiros que as orientam e os escritores que escrevem a seu respeito. A mulher que sofre deste mal, e em cujo íntimo ferve a insatisfação, passou a vida inteira procurando realizar seu papel feminino. Não seguiu uma carreira (embora as que o façam talvez tenham outros problemas); sua maior ambição era casar e ter filhos (FRIEDAN, 1971, p. 32).

Na ocasião, Beauvoir e Friedan contribuíram para uma consciência de gênero, embora não usassem o termo em seus trabalhos. Ambas debateram desigualdades entre os sexos como fruto de um denso processo de socialização, que orientava comportamentos e alinhava expectativas sociais. Contudo, a discussão de que a biologia não, necessariamente, orientava os papéis sexuais, já havia sido engendrada pela antropóloga norte-americana Margaret Mead.

No início do século XX, a pesquisadora aprofundou sua investigação por meio de etnografia com diferentes tribos da Nova Guiné. Foram três, ao todo, escolhidas por Mead. Em uma delas, a tribo dos *Tchambuli*, os homens passavam mais tempo voltados para atividades consideradas femininas, enquanto as mulheres dedicavam-se às atividades de produção e de sustento. Em outra tribo, a dos *Mundugomor*, ambos os sexos eram engajados com atividades de guerra. E, por fim, na terceira tribo, a dos *Arapesh*, homens e mulheres eram socializados e educados para serem amáveis, delicados e sensíveis, características, até então, associadas culturalmente à feminilidade (MEAD, 1988).

1.4 A MEDIAÇÃO PELA CULTURA DIGITAL E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A literatura estudada nesta pesquisa permite a reflexão sobre o local de fala da memória e do testemunho, em especial sobre eventos traumáticos, como dispositivo de identificação dos sujeitos contemporâneos e sofredores. Cabe, assim, o seguinte questionamento: os depoimentos veiculados na cultura digital posicionam a vítima sob qual aspecto? Van Dijck (2007), por meio de seu conceito de memórias mediadas, nos revela que tais convocações possuem duplo papel: nos fazem agregar experiências culturais e, eventualmente, relacionam objetos materiais e memórias autobiográficas.

Neste sentido, o uso popular do termo trauma como uma ferida aberta na memória do sujeito, para delinear experiências de profundo sofrimento, desde episódios mundialmente conhecidos como o Holocausto e a Alemanha Nazista, contribuiu para que o sentido engendrado pelos psicanalistas (de choque) evoluíssem para uma concepção mais alargada (SACRAMENTO, 2015). “É comum a ideia de que eventos trágicos e dolorosos, experimentados individual ou coletivamente, deixam marcas na mente, pois são vistos como lesões, por analogia, àquelas deixadas no corpo” (SACRAMENTO, 2015, p. 162).

Dessa forma, os meios de comunicação, talvez, sejam espaços privilegiados de narrativas de memórias catastróficas. Em linha com o conceito de Van Dijck, os meios organizariam e estocariam as experiências coletivas compartilhadas e transformariam em produtos para consumo como filmes, livros, minisséries, fotos, textos e *hashtags* —

disponibilizadas em plataformas de mídias digitais como Facebook ou Twitter, de uso público —, interconectando culturas e tecnologias.

O estudo sobre memórias mediadas tem forte conexão com o campo da antropologia digital, campo teórico de tradição inglesa (MILLER & HORST, 2012; MILLER et al, 2016; MACHADO, 2017). Por antropologia digital, compreendemos os modos de apreender vivências culturais dos sujeitos sociais mediadas por tecnologias: de plataformas a aplicativos digitais, em outras palavras, o que se experimenta no ambiente online é resultado daquilo que já se vive na atmosfera offline. “Potencialmente, uma das maiores contribuições da Antropologia Digital seria o grau com que ela finalmente explode as ilusões de um mundo pré-digital não mediado e não cultural” (MILLER, 2012, p. 97).

No entanto, as experiências culturais precedentes se articulam aos novos modos de sociabilidade na cultura digital. Por essa ótica, a percepção de autenticidade nos discursos e narrativas ganha novos lugares como legítimos, já que provocam interações sociais mediadas por plataformas digitais. Os produtos midiáticos contribuem para uma noção alargada e subjetiva, que, ao mesmo tempo, revela-se sentimental e íntima, ao explorar a história por meio de narrativas marcadas pelo heroísmo e pela salvação pessoal.

Van Dijck (2007) relaciona as práticas contemporâneas para gravar e armazenar eventos no tempo enquanto complexos de práticas. Para a autora, manter um diário escrito, por exemplo, pode se tornar uma prática obsoleta, ultrapassada – ainda que nunca por completo – por novas práticas, como as narrativas expostas na cultura digital. Assim, esses novos movimentos coletivos são provocados por razões que, antes, possam nunca ter tido força propulsora para engendrar manifestações do mesmo gênero.

Dessa forma, no que se refere a atmosfera online, é possível concluir que, mesmo com a coexistência de múltiplos dispositivos, redes e plataformas para a interação social, as escolhas para o uso são marcadas por vínculos socioculturais mais amplos, por questões afetivas e simbólicas (MACHADO, 2017). Esta ideia elucidada a motivação por trás dos usos digitais para a convocação de manifestações como a mobilização #primeiroassedio analisada nesta pesquisa.

Uma característica que propicia esse campo de discussão e análise é a ausência de barreiras. Segundo Sacramento (2015), na cultura contemporânea, não há uma fronteira, ou uma ruptura radical, mas um processo de hibridização, de manifestações mescladas, entre o testemunhal e o confessional nos relatos de más experiências, que toma a vivência por “um ‘eu’ como o lócus central para testificar a existência do dito e como receituário para a posituação da vida, assegurando a possibilidade de poder ter sempre mais prazer e de poder ser mais feliz” (SACRAMENTO, 2015, p. 114).

Além disso, na sociedade contemporânea, o crescente interesse por narrativas terapêuticas pode contribuir para a institucionalização do “eu” por meio da generalização da diferença, ao mesmo tempo em que institui um ideal moral e científico de normalidade. Fazendo um paralelo com a antropologia digital, pela qual o online reflete o offline, a ambição por espaços terapêuticos pode constituir as narrativas digitais em formatos confessionais, no intuito de alcançar essa “positivação de vida” pelo narrador.

Por outro ângulo, as questões em torno dos conceitos de memórias mediadas também podem conduzir o debate às representações. Neste aspecto, Guy Debord (1997) sugere que toda a vida social contemporânea se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tal como Marx (1975) abordou a transformação do ser em ter, Debord identificou uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo, em que ter é transformado em aparecer.

Seguindo essa linha, o objeto material não é mais importante do que uma representação que desempenha a função final como imagem. O valor de troca do objeto mercadoria é agora suplantado pelo valor de aparência. A premissa central de seu argumento é que “tudo que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (DEBORD, 1997, p. 13).

Partindo do pressuposto que a contemporaneidade é caracterizada, em parte, por uma visibilidade extravagante e pela exposição da intimidade, faz-se necessário reconhecer mudanças nos modos de subjetivação. A ordem social passou a confiar no espetáculo, nas imagens e na visibilidade. O espetáculo presenciado nas narrativas digitais, por exemplo, não se restringe ao ser ou ao expor do ato de ser, mas também por uma experiência efetivamente vivida pelos sujeitos.

A subjetividade – antes apenas interiorizada – produzida pelos atuais dispositivos de visibilidade, a partir do olhar do outro, do “olho público” (FOUCAULT, 1979), atualmente, endossam, em alguma esfera, o autocontrole e a autovigilância. Nesse sentido, um fator que pode dificultar a compreensão dos autorrelatos sobre a violência sexual feminina e suas consequências é o fato de que ela não se reduz a um conjunto de práticas objetivas, mas também engloba representações pessoais.

As percepções individuais e sociais da violência são elos cruciais na compreensão da gênese do problema. Uma vez que a violência se constitui no âmbito das relações humanas, passa, muitas vezes, a ser encarada como parte da natureza do ser humano. Esse conjunto de representações, cujo domínio é a comunicação, expressa em diferentes tipos de linguagem e discursos, pode ser compreendido à luz das teorias referentes a representações sociais.

De acordo com Jodelet, “[...] a representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). As características do sujeito e do objeto nela se

manifestam” (JODELET, 2001, p. 27), sendo a representação social considerada uma forma de conhecimento. Segundo a autora, as representações são criadas pelos indivíduos para que eles se sintam ajustados ao mundo, dominando-o física e intelectualmente, identificando e resolvendo problemas encontrados. As representações são sociais pelo fato de serem partilhadas entre as pessoas, na vida cotidiana, conduzindo à definição de diferentes aspectos da realidade diária e, conseqüentemente, auxiliando na sua interpretação.

Desse modo, as diferentes vias de comunicação facilitam a geração das representações e o processo de ancoragem das ideias e valores, o que auxilia na formação de discursos e interfere nas práticas, ainda que pulverizadas em palavras, imagens e ações, nas diferentes organizações sociais.

Jodelet (2001, p.22) também faz um alerta em que “[...] a falta de informação e a incerteza da ciência favorecem o surgimento de representações que vão circular de boca em boca ou pular de um veículo de comunicação a outro”. No caso do abuso e/ou assédio sexual, quando ocorrido na infância, tais fatores apontados por ela poderiam fortalecer a incredulidade na criança, já que a palavra da vítima é a única referência, a qual se contrapõe à palavra de um adulto.

Dessa forma, torna-se compreensível um dos possíveis motivos pelo qual milhares de mulheres aderiram ao testemunho exposto no ambiente digital como a primeira fonte de narrativa de experiências vividas no passado. A chancela de uma mobilização engendrada por uma ONG feminista funciona como uma representação que, retomando Jodelet, circula de boca em boca, e confere certa credibilidade e proteção ao testemunho de quem, um dia, foi vítima de violência sexual. O esforço feito pelas vítimas ao resgatar suas memórias e expô-las no espaço público humaniza a experiência sofrida ao mobilizar pessoas em rede.

2. OS CAMINHOS DA ANÁLISE

Neste capítulo, serão apresentadas as bases metodológicas que fundamentam a operacionalização da presente pesquisa. A metodologia deste projeto de pesquisa consiste em analisar as postagens da campanha #primeiroassédio, construindo categorias a partir das investigações das representações sociais, associando a análise do discurso francesa – que nos possibilita sair do texto para a compreensão do contexto de produção discursiva.

Neste caso, vai nos interessar compreender as condições sociopolíticas e culturais que viabilizam a produção dos discursos das mulheres em 2015. Nos interessa observar, também, as condições históricas por trás da quebra do silêncio, além de outras conformações culturais, ocorridas na ocasião, para que os discursos se organizassem como tais.

2.1 O PERCURSO METODOLÓGICO

2.1.1 A perspectiva das representações sociais segundo Jodelet

Moscovici, em sua obra *La Psychanalyse, son Image et son Publique* (1961), inaugura um novo campo na psicologia social: o estudo das representações sociais. Na obra em questão, o autor levantou uma problemática específica: “como é que o conhecimento científico é consumido, transformado e utilizado pelo cidadão comum?” (MOSCOVICI, 1961, p. 221), e uma questão de caráter global: “como as pessoas constroem a realidade, através dos processos de comunicação interpessoal cotidiana” (Idem: p. 221). Tais questões exigiram novas abordagens metodológicas no seio da psicologia social e conduziram a uma articulação com outras ciências sociais e humanas (BAPTISTA, 2009).

No que tange a psicologia social, a teoria das representações sociais contribuiu para o reconhecimento da importância dos processos comunicativos, midiáticos e informais, principalmente ao se analisar as formas como determinados grupos sociais constroem sua realidade (MOSCOVICI, 1984). Suas contribuições nos levaram a um novo olhar sobre a forma de compreender a relação entre o indivíduo e a sociedade. Na análise do autor, as representações sociais podem ser conceitualizadas como uma modalidade de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, contribuindo para a percepção de uma realidade comum a um determinado grupo.

Segundo Jodelet (2001), as representações sociais constituem a forma como os indivíduos apropriam o mundo que os rodeia, ajudando-os a compreender e a agir, ou seja, podemos considerá-las teorias sociais práticas. Nesse sentido, Moscovici (1988) estabelece a distinção entre três tipos de representações sociais, em função de seu estágio de

desenvolvimento e do seu modo de circulação na sociedade. As representações controversas são aquelas geradas no decurso de um conflito social ou de uma luta entre grupos, não sendo partilhadas pela sociedade no conjunto.

Já as representações emancipadas são o produto da cooperação e da circulação de ideias entre subgrupos, que estão em contato mais ou menos próximo, em que cada subgrupo cria as suas próprias versões e as partilha com os demais. Finalmente, as representações hegemônicas dizem respeito a significados amplamente partilhados pelos membros de um grupo bem estruturado (o autor cita como exemplos uma nação, um partido etc.), e que prevalecem de forma implícita em todas as práticas simbólicas, parecendo ser uniformes e coercivas (MOSCOVICI, 1988, p. 221-222).

Assim, as representações coletivas cedem lugar às representações sociais, uma vez que não consideram a diversidade de origem e a sua transformação. Na visão do autor, a versão clássica das representações peca por considerá-las como pré-estabelecidas e estáticas. “Todas as interações humanas, quer ocorram entre dois indivíduos ou dois grupos, pressupõem tais representações” (MOSCOVICI, 1984, p. 12).

Segundo Baptista (2009), as representações sociais também estão ligadas a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, e a um determinado estado de conhecimentos científicos. Os meios de comunicação social e as interações cotidianas contribuem diretamente para a sua elaboração, por meio de processos de influência social.

Para Jodelet, que aprofunda as perspectivas de Moscovici, as representações sociais formam sistemas e dão origem a “teorias implícitas”, que podem ser compreendidas como versões da realidade representadas por imagens repletas de significados (JODELET, 2001). Em síntese, as representações sociais são qualificadas enquanto saber funcional ou teorias sociais práticas. Tais teorias permitem a organização significativa do real e desempenham um papel vital na comunicação, como no caso da análise da campanha #primeiroassedio.

Nesta pesquisa, as representações sociais desempenharam o papel de guiar a análise das postagens, uma vez que modelam e constituem os elementos do contexto no qual as interações ocorrem (MOSCOVICI, 1984) e desempenham, ainda, certas funções na manutenção da identidade social e do equilíbrio sociocognitivo (JODELET, 2001).

Na opinião de diversos autores, o conceito de representação social surge como unificador das ciências sociais: localizado na interface entre o psicológico e o social, este conceito oferece inúmeras possibilidades de articulação entre a psicologia, a sociologia e as ciências vizinhas. Como afirma Jodelet: “Esta multiplicidade de relações com as disciplinas vizinhas confere ao estudo psicossociológico da representação um estatuto transversal que

interpela os vários campos de pesquisa, não uma simples justaposição, mas uma real articulação dos seus pontos de vista. É nessa transversalidade que reside uma das contribuições mais promissoras deste domínio” (JODELET, 2001, p. 40-41).

Contudo, os primeiros estudos sobre representações sociais nos abrem as portas para a leitura do objeto desta pesquisa por meio da metodologia escolhida: a análise do discurso, que será apresentada a seguir. De acordo com Moscovici:

Se as representações sociais servem para familiarizar o não-familiar, então a primeira tarefa dum estudo científico das representações é tornar o familiar não-familiar, a fim de que elas possam ser compreendidas como fenômenos e descritas através de toda técnica metodológica que possa ser adequada nas circunstâncias específicas (MOSCOVICI, 1984, p 25).

2.1.2 A análise do discurso de tradição francesa

“A história do conhecimento não pode ser contada em uma trajetória linear, como algo que avança gradualmente, dimensionando a relação homem-mundo por intermédio do mero acúmulo progressivo de saberes” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2005, p. 305). A profusão de novos paradigmas científicos implica novas dinâmicas, independente do campo do saber em que os estudos estejam situados.

O que Deusdará e Rocha (2005) defendem, em linhas gerais, é que as transformações pelas quais as ciências têm enfrentado demonstram irregularidades e rupturas, no lugar de um movimento contínuo e retilíneo. Sobretudo no que envolve as ciências humanas e sociais, o que pode ser percebido não é a simples substituição de um caminho, agora considerado equivocado, por novas verdades. “Trata-se antes de novas perspectivas, que vêm participar da cena, de opções teóricas diversas daquela em relação à qual se produz uma ruptura ou do desejo de redimensionar o objeto de estudo” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2005, p. 306).

Nesse sentido, o percurso escolhido para dialogar com as representações sociais, nesta pesquisa, é o caminho da análise do discurso, especificamente de tradição francesa. Como a análise do discurso considera a língua, história e sujeito em sua metodologia, e cada país possui sua própria língua e tradições históricas, é possível “falar em análise de discurso germânica, americana, inglesa, italiana, brasileira, francesa etc., se pensamos nessa disciplina sendo desenvolvida em diferentes regiões do mundo com suas diferentes tradições de estudos e pesquisas sobre o discurso” (ORLANDI, 2003, p. 1).

Orlandi (2003) reforça a ideia de que o conhecimento produz relações de força e de poder; por essa razão, a autora faz uso da expressão “escola francesa de análise de discurso”, pela qual atribui certos locais de fala. “A ciência se produz em diferentes lugares com a força e a especificidade de sua tradição” (ORLANDI, 2003, p. 2). Nessa direção, a análise do discurso

não chega a ser classificada como uma metodologia sistemática, mas uma disciplina de interpretação fundamentada pela interseção de epistemologias distintas, pertencentes às áreas da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise (ORLANDI, 2003).

Tal contribuição para os processos metodológicos, segundo a autora, ocorreu da seguinte forma: “da linguística deslocou-se a noção de fala para o discurso; do materialismo histórico emergiu a teoria da ideologia; e, finalmente, da psicanálise veio a noção de inconsciente que a análise do discurso trabalha com o descentramento do sujeito” (ORLANDI, 2003, p. 3).

Nesta pesquisa, o processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, por meio da leitura e análise de 50 postagens feitas na rede social Twitter, aderentes à campanha #primeiroassedio, datadas entre outubro e dezembro de 2015, período central de ebulição do ativismo digital²⁰. A escolha pelo Twitter se deve a dois fatores: ter sido a rede eleita pela ONG Think Olga para difundir a mobilização #primeiroassedio, conseqüentemente, a que teve a resposta mais rápida; e o fato do Facebook – outra mídia muito utilizada durante a campanha, com relatos bem encorpados, já que não possui limite de caracteres – ter bloqueado o acesso a dados, incluindo pesquisas passadas²¹.

Acerca do processo de análise discursiva sobre as postagens, segundo Orlandi (2001), basta que a materialidade do objeto estudado produza sentidos para a sua interpretação. Esta pode ser entrecruzada com séries textuais (orais ou escritas); imagens (fotografias), ou linguagem corporal (dança).

Um dos fundadores dos estudos sobre o discurso foi Michel Pêcheux, estabelecendo a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia. Tal relação classifica a linha francesa da análise do discurso (ORLANDI, 2003). Nas colocações de Pêcheux, segundo Orlandi, verifica-se que a análise do discurso entende que “todo dizer é ideologicamente marcado” (ORLANDI, 1999, p.38). Neste contexto, o sujeito não é individual, é “assujeitado” ao coletivo, e de forma inconsciente, ou seja, quando o sujeito se filia ou interioriza o conhecimento da construção coletiva, sendo porta-voz daquele discurso e representante daquele sentido. Entende-se como “assujeitamento” em análise do discurso o “movimento de interpelação dos indivíduos por uma ideologia, condição necessária para que o

²⁰ Este processo será detalhado na seção sobre a pré-análise.

²¹ BIDARRA, Ana Rodrigues. **Da confluência entre big data e direito da concorrência: as concentrações digitais - O caso facebook/whatsapp**. 2020. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/mde/wpaper/0148.html>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

indivíduo se torne sujeito do seu discurso ao, livremente, submeter-se às condições de produção impostas pela ordem superior estabelecida, embora tenha ilusão de autonomia” (FERREIRA, 2001, p.12).

Por sua vez, a formação discursiva constitui-se na relação com o interdiscurso e o intradiscurso (ORLANDI, 2003). Segundo a autora, o interdiscurso significa os saberes constituídos na memória do dizer; sentidos do que é dizível e circula na sociedade; saberes que existem antes do sujeito; saberes pré-construídos, constituídos pela construção coletiva. O intradiscurso é a materialidade (fala), a formulação do texto; o fio do discurso; a linearização do discurso.

A interpretação do discurso “é um ‘gesto’, ou seja, é um ato no nível simbólico. [...] A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história. [...] Ela sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade” (ORLANDI, 2003, p. 9-18). O gesto de interpretação é assumido, como sendo um gesto simbólico, que dá sentido à significação. “Não há sentido sem interpretação” (Idem: p. 21). Portanto, sempre existirá uma interpretação para dar visibilidade ao sentido que o sujeito pretendeu transmitir em seu discurso.

Ainda sobre a interpretação dos dados, Orlandi indica que ela deverá ser feita sempre entre o interdiscurso e o intradiscurso. Na prática, a análise do discurso não vai trabalhar com a forma e o conteúdo, mas irá buscar os efeitos de sentido que se pode apreender mediante interpretação. A autora, entretanto, alerta para o risco de que toda interpretação é passível de equívoco, pois embora pareça ser clara, existem múltiplas definições e subjetividades no contexto analisado. Nem sempre os sentidos são tão evidentes como parecem ser (ORLANDI, 2003).

Embora a análise do discurso “seja mais relevante para as ciências da linguagem, ela está presente no exercício das ciências humanas. [...] A interpretação caberá tanto ao analista da linguagem quanto ao cientista em geral” (ORLANDI, 2003, p. 9).

2.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

O trabalho de campo desta pesquisa será distribuído da seguinte forma: pré-análise, análise de mídias sociais e análise dos discursos.

2.2.1 Pré-análise

Seguindo a proposta de análise do discurso de Orlandi (1999) defendida nesta pesquisa, o caminho da análise percorrerá três grandes etapas: (i) passagem da superfície linguística para

o objeto discursivo; (ii) passagem do objeto discursivo para as formações discursivas; (iii) o processo discursivo permite a formação ideológica.

Orlandi (1999) diz que a primeira etapa é o contato do analista com o texto. “Procura ver nele a sua discursividade e, incidindo um primeiro lance de análise, constrói um objeto discursivo em que já está considerado o esquecimento [...], desfazendo assim a ilusão de que aquilo que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira (ORLANDI, 1999, p. 77).

Na segunda etapa, a partir do objeto discursivo, o pesquisador vai incidir uma análise que procura relacionar as formações discursivas distintas com a formação ideológica que rege essas relações. “Aí é que ele atinge a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido produzidos naquele material simbólico. [...] Ao longo de todo o procedimento analítico, cabe ao analista observar o que chamamos efeitos metafóricos” (ORLANDI, 1999, p. 78). A definição de efeito metafórico, segundo a autora, permite relacionar discurso e língua, estrutura e acontecimento. Para Pêcheux (2002), efeito metafórico é o fenômeno semântico, produzido por uma substituição contextual.

Dessa forma, a pré-análise desta pesquisa partiu da seleção de 50 postagens motivadas pela campanha #primeiroassedio, datadas entre outubro e dezembro de 2015, como já mencionamos, pautada pela leitura e encontro da discursividade nas narrativas digitais, à luz das teorias das representações sociais abordadas nesta metodologia. Nesse estágio, foram constituídos os sujeitos e os sentidos de cada postagem.

Sobre a seleção do corpus empírico, a amplitude do ambiente digital, associada a altíssima quantidade de relatos que compuseram a campanha, nos trouxeram algumas limitações metodológicas. Cientes de que seria inviável fazer uma leitura de todas as narrativas e analisá-las à luz da fundamentação teórica proposta, desenhamos critérios que consideramos adequados a uma pesquisa qualitativa, recortando um material consistente para a nossa análise.

A mobilização Primeiro Assédio foi bastante expressiva. Segundo dados da ONG Think Olga (2015), em apenas um mês, já havia mais de 82 mil replicações da *hashtag* #primeiroassedio, produzidos por mais de 35 mil usuários. Diante do tamanho do material empírico, decidimos adotar, enquanto critério de seleção, uma amostragem de casos feita a partir do cruzamento de dados do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC, 2015), da Universidade Federal do Espírito Santos, e de um levantamento manual no Twitter, de depoimentos assinados pela #primeiroassedio, desde que associados a pessoas próximas à vítima para atender a proposta estabelecida na metodologia deste trabalho.

Assim, as buscas resultavam em depoimentos que contivessem a marca da campanha [#primeiroassedio] e a associação com os seguintes termos: pai; padrasto; tio; tios; primo;

primos; irmão; irmãos; amigo; amigos; vizinho; vizinhos; motorista; caseiro; inspetor; porteiro. Como o Twitter não indica a quantidade de relatos nos resultados de suas pesquisas, selecionamos 10 depoimentos de cada termo e retiramos as duplicações (posts que apareciam na pesquisa de dois ou mais termos diferentes). Sabíamos, contudo, que relatos mais subjetivos, sem a identificação dos agressores, poderiam ocupar pontos cegos no critério adotado. Por essa razão, cruzamos o material selecionado com as informações oferecidas pelo LABIC para chegarmos ao recorte que desejávamos.

Por meio de um algoritmo que localiza os perfis mais “retuitados”, a pesquisa do LABIC destacou as três comunidades mais ativas nas mídias sociais, durante a campanha #primeiroassedio, e as identificou pelas cores: laranja, roxa e vermelha. Cada comunidade foi formada a partir dos seguintes usuários: rede laranja, composta por ativistas e formadores de opinião que apoiaram a campanha e relataram o primeiro assédio que sofreram (16 perfis no total); rede roxa, formada por perfis que publicaram mensagens de apoio e encorajamento às mulheres que participaram da campanha (13 perfis no total); rede vermelha, a rede que identifica o coletivo que idealizou a campanha (@thinkolga), além de perfis de veículos de comunicação que a divulgaram, como *El País*, Brasil Post, Carta Capital e BBC Brasil (total de seis perfis) .

A rede roxa foi excluída dessa análise por não corresponder aos critérios metodológicos preestabelecidos. Trabalhamos as mensagens de apoio e encorajamento presentes nos comentários dos posts das depoentes. A rede vermelha, que representa o perfil oficial da Think Olga, foi utilizada como fonte de dados e informações oficiais sobre a campanha. Encontramos, na rede laranja, o nosso público-alvo. Excluindo os perfis famosos – para não correr o risco de um distanciamento da nossa proposta – e cruzando os dados com o filtro do Twitter, que fizemos manualmente, chegamos a um total de 50 relatos dentro do nosso perfil de análise, fora postagens extras, utilizadas para ilustrar momentos importantes da discussão e que serão explicadas durante o debate, no terceiro capítulo.

Nas condições de produção desta etapa do trabalho, entrou, ainda, a questão-problema definida nesta pesquisa, pois, segundo Orlandi (1999), ela é que vai orientar a busca e a seleção pelo fato a ser analisado, “determinando assim as características do material simbólico que ele submeterá à sua observação” (ORLANDI, 1999, p. 81).

No intuito de nortear a leitura dos depoimentos e dos capítulos a seguir, endossamos a questão central e problema desta pesquisa: investigar o lugar do testemunho – exposto no espaço público – no sofrimento humano, por meio de narrativas digitais, em situações de abuso e/ou assédio sexual. Nesse sentido, podemos afirmar que o principal objetivo deste trabalho é

compreender como o testemunho se organiza, em termos éticos e simbólicos, nos contextos de violência sexual, por meio de mobilizações que permitem visibilidade e repercussão do tema, postadas por vítimas mulheres.

2.2.2 Análise de mídias sociais

O trabalho que serve como inspiração para esta fase da metodologia é o promovido por Costa (2016), que, em estudo de campo etnográfico²², investigou os usos das mídias sociais na Turquia, analisando imagens e textos em mais de 200 perfis no Facebook, Instagram e Twitter. Em outra instância, Hine (2015b) obsevou as discussões online em duas vias: pela plataforma escolhida para sua análise e por outras, de função similar a do seu objeto de estudo. Assim, a análise das mídias sociais revela-se como uma potência para ampliar a visão sobre as experiências de sociabilidade digital e suas implicações.

Da mesma forma, esta pesquisa propõe uma análise das mídias sociais relacionadas à campanha #primeiroassedio por meio de posts de mulheres que aceitaram a convocação engendrada pela ONG Think Olga. Isto não significa que serão observadas as inesgotáveis fontes de dados na internet sobre o tema abuso e assédio sexual. Tal análise nas mídias sociais inclui o perfil da ONG, no Twitter, e os 50 relatos selecionados para este estudo. A meta desta fase da pesquisa é permitir o cruzamento dos dados levantados com a observação dos testemunhos digitais publicados. Para direcionar a investigação, foi elaborado um roteiro de observação (Apêndice A), com a pretensão de compreender como o grupo se expressa por meio de suas interações publicadas.

2.2.3 Análise do discurso

Como vimos, a análise do discurso possui diferentes vertentes que podem ser abordadas pelos pesquisadores. Isto dependerá da linha teórica seguida pelo sujeito que a aplicará. Assim sendo, podem ser sintetizadas por vários caminhos, como: (i) análise temática ou categorial; (ii) análise de avaliação ou representacional; (iii) análise de enunciação; (iv) análise da expressão; (v) análise das relações ou associações; (vi) análise do discurso; (vii) análise léxica ou sintática; (viii) análise transversal ou longitudinal; (ix) análise do geral para o particular; (x) análise do particular para o geral; (xi) análise segundo o tipo de relação mantida com o objeto estudado;

²² Esta pesquisa não utilizará a metodologia etnográfica, sob nenhuma circunstância. Apesar disso, os trabalhos de Costa (2016) e de Hine (2014) nos servem como inspiração para a aplicabilidade prática da análise de mídias sociais, objeto central do corpus de análise deste projeto.

(xii) análise dimensional; (xiii) análise de dupla categorização em quadro de dupla entrada, dentre outras, segundo Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014), sendo essas as principais.

Tais autores acreditam que a utilização de cada técnica citada produzirá resultados diferentes, mas, que, juntos, permitirão a produção de conhecimentos sobre o objeto de estudo, bem como as suas relações. Entretanto, os autores também argumentam que a escolha do caminho percorrido deve estar atrelada ao tipo de conhecimento que se deseja produzir frente ao objeto estudado e, invariavelmente, necessita de sistematização.

Dessa forma, a análise do discurso proposta nesta pesquisa objetiva o aprofundamento do conhecimento sobre os usos das mídias sociais na campanha #primeiroassedio –, e no que essa convocação representou para as mulheres pesquisadas, considerando os pressupostos de Hine (2015b) e de Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014). Além de relacionar suas narrativas com a sociabilidade digital, pretende-se investigar as oportunidades encontradas pelas aderentes à campanha de 2015, no universo online.

2.3 TRIANGULAÇÃO DOS DADOS

Caminhando para o fim do processo metodológico, a análise final será realizada com a triangulação dos dados por meio das técnicas propostas: (a) pré-análise dos posts marcados pela campanha, (b) apontamentos da análise das mídias sociais e (c) resultado da análise de discurso.

Nesta jornada, a intenção é seguir a proposta feita por Potter (1996), que indica uma abordagem analítica do discurso como estratégia para desenvolver os insights a partir dos dados coletados. A autora sugere que o pesquisador tenha um olhar profundo sobre os enunciados, por meio de análise do discurso para examinar modos de interação entre participantes. No caso desta pesquisa, serão analisados os modos de aderência e participação das mulheres à campanha #primeiroassedio.

A análise do discurso proposta por Potter (1996) trata um tipo de investigação que se concentra em observar escolhas feitas e estratégias adotadas no texto. Em outras palavras, a autora indica a compreensão da realidade construída pelo narrador a partir da forma escolhida para descrever uma determinada situação, considerando que o sujeito precisou fazer tal escolha de uma dentre todas as outras possíveis. Por essa abordagem, a autora acredita obter um conjunto de configurações sociais, valores e pressupostos. A visão da autora pode ser um componente muito útil para a investigação sobre como o sentido é criado.

Conforme Orlandi (1999), a análise do discurso parte do texto para o contexto da enunciação. Nesse sentido, iremos analisar como as formações discursivas no texto dos posts

se traduzem por um contexto ideológico mais amplo, ou seja, a filiação dos sujeitos a determinadas formações discursivas que orientam seus dizeres.

Nesta metodologia, privilegia-se a construção de uma leitura em que cabe ao pesquisador a construção de saberes sobre o real, o que corresponde ao olhar de Geertz, pelo qual a análise não se coloca “como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 2008, p. 4).

Tal perspectiva também parece estar alinhada à visão das representações sociais. No contexto da análise do discurso, temos, ainda a contribuição de Foucault (2008) acerca de suas irregularidades e como um objeto – o discurso – capaz de produzir desequilíbrios. O trecho a seguir alerta para a necessidade de se considerar o sujeito histórico:

A exemplo de uma certa forma de linguística, você procurou dispensar o sujeito falante; acreditou que se podia livrar o discurso de todas as suas referências antropológicas e tratá-lo como se jamais tivesse sido formulado por alguém, como se nunca tivesse nascido em circunstâncias particulares, como se não fosse atravessado por representações, como se não se dirigisse a ninguém. Finalmente, você aplicou-lhe um princípio de simultaneidade: recusou-se a ver que o discurso, diversamente talvez da língua, é essencialmente histórico, que não era constituído de elementos disponíveis, mas de acontecimentos reais e sucessivos, e que não se pode analisá-lo fora do tempo em que se desenvolveu (FOUCAULT, 2008, p. 224).

Caminhando para o fim da apresentação deste percurso metodológico, iremos verificar se a campanha #primeiroassédio contribui, por meio das redes sociais, para o reforço e a solidificação de um novo posicionamento para as vozes femininas em torno da problemática de histórias de abuso e assédio sexual.

3. O ESTUDO DE CASO DOS DEPOIMENTOS FEMININOS NAS REDES SOCIAIS

3.1 O OBJETO DA PESQUISA: SOBRE A MOBILIZAÇÃO #PRIMEIROASSEDIO

A mobilização #primeiroassedio surgiu em apoio a uma menina de 12 anos, Valentina Schulz, que foi alvo de comentários de cunho sexual na internet durante a sua participação em um reality show de culinária, o MasterChef Júnior, exibido, na ocasião, pela TV Band.

A hashtag #primeiroassedio foi criada pela ONG Think Olga no Twitter. A ação convocava as seguidoras do coletivo feminista a compartilhar suas histórias de primeiro assédio. A idade média das primeiras experiências, apontada por mais de 3 mil relatos compartilhados no Twitter, foi de 7 a 9 anos, e grande parte dos crimes denunciados, cerca de 65%, foram cometidos por conhecidos. Esses dados²³ nos ajudaram a delinear a faixa etária pesquisada e a fazer o recorte de ocorrências sobre aquelas em que o agressor era, necessariamente, alguém da família ou pessoa próxima à vítima.

A campanha teve forte impacto em sites e revistas de grande circulação. Em entrevista ao jornal *The Guardian*, Juliana de Faria, fundadora do grupo, afirmou que a pedofilia é algo comum no Brasil e a campanha ajudou a combater essa realidade: “A grande conquista desta campanha é aumentar a conscientização, porque você não pode lutar contra algo no qual você não acredita ou naquilo que você nega que tenha acontecido” (THE GUARDIAN, 2015).

3.1.1 Outras campanhas de mulheres vítimas de abuso sexual

A #primeiroassedio não foi a primeira, nem a última campanha feminina contra a violência sexual eclodida no Brasil e no mundo. Em breve, discutiremos as razões pelas quais nos levaram à escolha do movimento. Entretanto, mapearemos agora algumas ações acerca de mulheres vítimas da violência sexual, promovidas nas mídias sociais, para que se permita a complexidade necessária ao olhar sobre o objeto desta pesquisa.

A internet, especialmente em relação às militâncias feministas, pode ser compreendida como um espaço de disputa simbólica, pelo qual eclodem jogos de poder, fazendo uma analogia com o conceito de Bourdieu (2002a). Mas, também, à luz da antropologia digital, analisada enquanto uma arena de organização de falas e representação de ideias, com eventuais impactos em práticas sociais offline (HINE, 2015b).

Para desenvolver este último olhar, consideraremos a *theory of attainment*, proposta por Miller e Sinanan (2014), analisada por Mônica Machado como o “estudo do impacto das novas

²³ THNIK OLGA. **Primeiro assédio**. 2015. Disponível em: <<https://olga-project.herokuapp.com/2018/01/31/primeiro-assedio/>>. Acesso em 20 abr. 2020.

tecnologias reflete sobre as mudanças do modo de consciência e outros modos de vida” (MACHADO, 2017, p. 38). Este conceito nos permite observar campanhas paralelas ao objeto desta pesquisa, a fim de colaborar com a identificação de evidências em experiências culturais inseridas no ambiente digital, e assim, compreender como as mídias sociais expressam sentidos culturais locais.

Por essa razão, nesta seção faremos uma breve reflexão sobre outras três campanhas feministas em rede: *Chega de Fiu Fiu* (2013), *First Harassed* (2015) e *Me Too* (2017). Nos interessa localizar as condições de emergência de tais movimentos e repercussões online, para aprofundar a análise em torno da #primeiroassédio, também em seu contexto histórico-social.

Em 24 de julho de 2013, a ONG Think Olga lançou a campanha “Chega de Fiu Fiu” com o objetivo de combater o assédio sexual contra mulheres em espaços públicos²⁴. No primeiro momento do movimento, foram publicadas ilustrações com mensagens de repúdio a ao assédio. “As imagens foram compartilhadas por milhares de pessoas nas redes sociais, gerando uma resposta tão positiva que acabou sendo o início de um grande movimento social contra o assédio em locais públicos” (THINK OLGA, 2013).

O foco principal da campanha era despertar a atenção da sociedade brasileira para comentários de teor obsceno, “olhares, intimidações, toques indesejados e importunações de teor sexual afins que se apresentam de várias formas e são entendidas pelo senso comum como elogios, brincadeiras ou características imutáveis da vida em sociedade” (THINK OLGA, 2013). Tudo isso por meio do uso das redes sociais como forma de denúncia.

Não à toa, no campo da *polymedia*²⁵, os espaços de interação online, como as redes sociais, são interpretados como um conjunto interdependente e as pessoas exploram as oportunidades dos recursos disponíveis de acordo com os seus interesses emocionais (MADIANOU, MILLER, 2013).

A primeira avaliação da “Chega de Fiu Fiu” foi feita pela jornalista Karin Hueck, que coletou dados de aproximadamente 8 mil participantes da campanha, revelando que 98% delas já haviam sofrido assédio, 83% não gostaram, 90% já trocaram de roupa antes de sair de casa, na tentativa de evitar o assédio, e 81% já haviam deixado de fazer algo por medo de serem assediadas (THINK OLGA, 2013).

²⁴ THINK OLGA. **Chega de fiu fiu**. 2015. Disponível em: <<https://olga-project.herokuapp.com/2018/01/31/cheга-de-fiu-fiu/>>. Acesso em 20 abr. 2020.

²⁵ O conceito será discutido em seção própria para isso, mas é explicado por Machado (2015) como sendo uma categoria teórica que analisa o processo de escolha dos usos dos meios digitais.

Em um segundo momento da campanha, a ONG criou o “Mapa Chega de Fiu Fiu”, uma ferramenta para tornar as cidades mais seguras para as mulheres, que passaram a colaborar com a proposta, ao relacionar geograficamente os locais e motivos que aumentam a incidência de casos de assédio. A experiência projetou a Think Olga como uma das vozes mais representativas em torno da violência sexual contra mulheres, levando à ONG a incumbência de produzir uma cartilha, em forma de e-book, informativa do Ministério Público de São Paulo, intitulada “Meu Corpo Não é Seu” (THINK OLGA, 2014).

Podemos afirmar que a campanha e o trabalho colaborativo promovidos pelo coletivo feminista produziram símbolos repletos de significados. Tais representações são consequência de uma comunidade que as compartilhou, as reproduziu e as utilizou como forma de reivindicação coletiva, afinal, conforme Jodelet (2001), não somos isolados em um vazio social: compartilhamos o mundo com os outros e precisamos nele nos localizar.

Seguindo a linha do tempo das mobilizações destacadas, passamos rapidamente pela campanha #primeiroassedio, também desenvolvida pela Think Olga em 2015. A campanha iniciada no Twitter teve repercussão no Facebook, reunindo testemunhos de mulheres sobre suas primeiras experiências de abuso e/ou assédio sexual. Apesar desta informação parecer redundante, não podemos deixar de citá-la nesta seção, uma vez que sua visibilidade foi tão grande que deu origem à *hashtag* #FirstHarassment (primeiro assédio, em tradução literal) nos Estados Unidos (BBC, 2015). A essência dos relatos das americanas, em sua maioria identificados com a *hashtag*, era o mesmo da campanha original: contar a primeira vez em que as mulheres haviam sido vítimas de violência sexual.

No entanto, a evolução da campanha americana não deve ser totalmente atribuída à brasileira, pois, segundo a BBC, na ocasião, outras *hashtags* similares tiveram repercussão no país, como #WhenIWas, #YouOKSis, #WhyIStayed e #NotOkay, esta última em resposta a comentários sexistas feitos pelo então candidato à Presidência da República nos EUA, Donald Trump (BBC, 2015).

Como já adiantava Miller, em 2011, a internet é sempre uma invenção de seus usuários. A #FirstHarassment repercutiu testemunhos em outros países como a França, por meio da #PremierHarcèlement (novamente, primeiro assédio, em tradução literal), além de Egito e Reino Unido, segundo a BBC.

Em outubro de 2017, uma série de reportagens publicadas pelo jornal *The New York Times* denunciou um dos maiores produtores independentes de *Hollywood*, *Harvey Weinstein*,

acusado de assédio, agressão sexual e estupro por mais de 80 mulheres²⁶. Os casos, segundo a edição online da revista Isto É, aconteceram durante 40 anos. Entre as depoentes, muitas famosas como as atrizes *Ashley Judd*, *Gwyneth Paltrow*, *Kate Beckinsale*, *Uma Thurman* e *Salma Hayek*, além de sua própria assistente de produção (ISTO É, 2020).

Das cinzas do império construído por *Harvey Weinstein*, nasceu o movimento *#MeToo* (“eu também” em tradução literal), que incentivou mulheres vítimas de assédio ou violência sexual a publicarem relatos, denunciando seus agressores em rede. O objetivo central da campanha era provocar uma mudança de atitude nas mulheres, a de “tolerância zero com este tipo de conduta” (ISTO É, 2020).

Milhares de mulheres, famosas e anônimas, aderiram à campanha. A repercussão foi tão expressiva, que as mulheres que deram origem à mobilização foram eleitas a “Personalidade do Ano de 2017” pela revista *Time*²⁷. A proposta foi replicada pela França, logo no início, por meio da hashtag “*balance ton porc*” (*#balancetonporc*), que pode ser compreendida por algo como “denuncie seu porco”, por livre tradução.

Em uma análise superficial de todos esses movimentos, o que governa tais campanhas é o mesmo objeto: o testemunho feminino sobre atitudes que denunciam, antes de qualquer compreensão mais aprofundada, uma desigualdade de gênero. E, como não podemos deixar de mencionar, em todos esses casos, uma violência de cunho sexual.

De todos os aspectos que podem ser explorados acerca dessas campanhas, o principal que nos interessa – para efeitos de análise do discurso – é o caráter autobiográfico das falas e o seu papel. A partir do enfoque das representações sociais, Moscovici (2011) apresenta a teoria das minorias ativas, pela qual os processos de mudança social são influenciados não apenas por grupos majoritários, mas também por grupos minoritários, sendo o conflito seu o ponto de partida (MOSCOVICI, 2011). A ideia nos remonta a Foucault, que já defendia: “onde há poder, há resistências [...] que podem provocar rupturas” (FOUCAULT, 1979, p.107).

Nesse caso, por meio de movimentos e mobilizações em rede, as mulheres – enquanto um grupo minoritário diante da desigualdade de gêneros – são capazes de obter influência sobre os sujeitos, rompendo com os tabus impostos pela maioria, a começar dentro de suas próprias famílias. Assim, podemos categorizar as autoras de relatos públicos como o grupo minoritário

²⁶ ISTO É. **Harvey Weinstein: a queda do ‘Deus’ de Hollywood**. 2020. Disponível em <<https://istoe.com.br/harvey-weinstein-a-queda-do-deus-de-hollywood/>>. Acesso em 16 mar. 2020.

²⁷ ÉPOCA NEGÓCIOS. **Movimento #MeToo é Personalidade do Ano de 2017 da 'Time'**. 2017. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2017/12/movimento-metoo-e-personalidade-do-ano-de-2017-da-time.html>>. Acesso em 22 abr. 2020.

de Moscovici, capaz de gerar mudanças nos comportamentos e na visão de mundo, ainda marcado por um muro de silenciamento.

3.1.2 O porquê da escolha pela mobilização #primeiroassedio

Uma menina de 12 anos se inscreve no programa de televisão, pois ama cozinhar. Na internet, homens se sentem atraídos por sua aparência e, ignorando sua idade, resolvem tecer comentários de cunho sexual sobre a criança. O fato gera revolta nas redes sociais, mas não é preciso ir longe para encontrar histórias parecidas: basta pedir para que as mulheres olhem para o próprio passado (THINK OLGA, 2015).

Como o percurso das campanhas revelou, o debate sobre igualdade de gênero e garantia de direitos para as mulheres em todo o mundo já vinha alcançado patamares públicos, mas, o ano de 2015 marcou a construção de uma nova narrativa sobre os movimentos feministas na mídia, especialmente no Brasil. Esse ano foi marcado por dois fatos sociais importantes. O primeiro deles abrange a divulgação do “Mapa da Violência” de 2012 a 2015²⁸, que revelou dados atualizados para a época e, até então, inéditos sobre a realidade do feminicídio no Brasil (SANTINI; TERRA; ALMEIDA, 2016).

O segundo momento, pontuado pelas autoras, foi delineado pelas iniciativas online que questionaram tabus femininos pouco debatidos publicamente no Brasil, até então. Em suas análises, o novo período foi eclodido pela campanha #primeiroassedio, que, com sua repercussão, conquistou espaço expressivo, posteriormente, no Mapa da Violência, conforme indicam Mota et al. (2017).

Diante desse cenário, a escolha da mobilização #primeiroassedio ocorreu a partir da compreensão de que a campanha teve um papel significativo dentro da nova dinâmica dos movimentos sociais na sociedade em rede, pela qual o alcance das mensagens vai além dos domínios da vida social e cotidiana dos indivíduos diretamente envolvidos nos casos, para múltiplas e incontáveis redes de informação online. Ou, como afirmam Hine, Kendall e Boyd (2009), o que se pensa como efeito das tecnologias, na verdade, está correlacionado a conjuntos particulares de dinâmicas sociais.

Os relatos selecionados para a pesquisa, conforme veremos nas próximas páginas, demonstram que um perfil, como o @thinkolga, até então, com pouca ou nenhuma visibilidade midiática aparente, segundo pesquisadores com vasta experiência em análise de dados como

²⁸ O “Mapa da Violência” é um relatório produzido desde 1998 pela Área de Estudos sobre Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), que publica anualmente um documento que reúne informações para subsidiar a discussão sobre as condições de garantia dos direitos humanos na América Latina. Na edição que contempla os anos de 2012 a 2015, pela primeira vez, a FLACSO dedicou um caderno complementar aos estudos sobre a violência contra mulheres e divulgou dados sobre “Homicídio de mulheres no Brasil” (SANTINI; TERRA; ALMEIDA, 2016).

Marie Santini et al (2016), pode lançar uma campanha de cunho político e obter grande sucesso entre os usuários destas redes. Este efeito online e social pode indicar um contraponto da tradicional teoria da espiral do silêncio, na medida em que considera o efeito mútuo dos meios de comunicação de massa e das mídias sociais na formação da opinião pública (SANTINI; TERRA; ALMEIDA, 2016).

Ao serem convocadas a testemunharem suas primeiras histórias de violência sexual, seja em que esfera for, e ao aderirem à proposta, essas mulheres nos revelam que o comportamento é mais comum do que se imaginava. A retirada do véu de silêncio é considerada, pela própria organização da campanha, como algo poderoso dentro de um universo predominantemente machista.

Não se pode lutar contra o que não acreditamos ou negamos ter acontecido. Uma engrenagem funciona para reverter a lógica e manter as vítimas no silêncio. Ela não é operada por um super vilão, mas se manifesta cada vez que somos convencidas de que reclamar é um exagero, que é preciso esquecer, que "o que passou, passou", e que reclamar disso é "vitimismo". Quando somos vítimas desde os cinco anos de idade de um comportamento invasivo e desumano, então existe algo muito poderoso em se descobrir vítima (THINK OLGA, 2015).

Em menos de 30 dias de mobilização, a *hashtag* #primeiroassedio já alcançava 82 mil tweets, apontando para a relevância e aderência do assunto. Uma análise feita pelo coletivo chegou a 3.111 (três mil cento e onze) mensagens que denunciavam experiências de assédio sexual, além da idade média das vítimas, como já exposto neste trabalho, de 7 a 9 anos (THINK OLGA, 2015). Nesse sentido, Machado (2011) defende que a politização da subjetividade é o maior registro das novas gerações. Mais do que uma partilha de vida em rede, as donas dos relatos procuram atuar na direção de uma mudança da realidade social, como demonstra o diálogo abaixo (retratado fielmente), iniciado após a publicação de um dos depoimentos.

Putz... Bom, infelizmente, não posso fazer nada, a não ser desejar força para ti! (Comentou uma internauta).

Pode sim! Pode encorajar e dar força para pessoas que passaram pelo que eu passei. As pessoas precisam parar de esconder. (Respondeu a autora do relato).

Uma análise feita por Santini et al (2016) apontou que, na maioria dos casos, as vítimas são silenciadas. As autoras, na ocasião, evidenciaram a urgência de se abrir o debate sobre a violência e o assédio sofrido pelas mulheres. Assim como no diálogo acima, este era exatamente o propósito da Think Olga em 2015. Segundo Juliana de Faria, idealizadora da mobilização, a intenção era encorajar mulheres vítimas de qualquer tipo de assédio a quebrarem esse silêncio e denunciarem o que aconteceu com elas, mostrando que não estavam sozinhas e que não devem se sentir culpada pelo o que aconteceu (THINK OLGA, 2015).

Ainda de acordo com a instituição:

É a partir daí que a mulher começa a se despir das mordaças: entende que o que aconteceu é errado, que o suporte que não recebeu ou teve medo de buscar na época são também frutos do machismo, bem como qualquer noção de que tivesse provocado ou permitido que o fato acontecesse. Descobre-se, enfim, vítimas de assédio sexual, ainda na infância. E, finalmente, podem enxergar com clareza que existe um culpado, e que não é ela. Tudo isso pode acontecer no momento em que ela descobre que não está sozinha. Por isso, criamos a hashtag #primeiroassedio no Twitter. (THINK OLGA, 2015).

3.1.3 Os depoimentos recortados e os discursos emergentes

Qual o lugar do testemunho, produzido por narrativas digitais no espaço público, no sofrimento humano? Essa foi a questão norteadora durante a leitura dos 50 depoimentos selecionados para este trabalho. A pesquisa partiu do princípio de que encontrar a resposta não seria simples, tão pouco determinista para a questão apresentada. O lugar ocupado pela vítima, socialmente, parece estar em permanente debate por diferentes grupos. Apenas neste trabalho, estão em cena as visões das representações sociais, da antropologia digital, e das ciências Psicologia e Comunicação Social.

Ao passo que valorizar um lugar social de vítima tem seus efeitos positivos, como o rompimento de tabus e mudanças concretas na sociedade, a exposição do sofrimento humano também apresenta resultados controversos. Por este último prisma, alguns autores tratam a valorização da imagem da vítima como um produto dos modos contemporâneos de relacionamento. Nessa linha, surgiram expressões como “império do trauma” (FASSIN; RECHTMAN, 2011), e “ethos terapêutico”²⁹ (SACRAMENTO, 2015).

Independente do lado a se observar, é indiscutível o aumento do uso do trauma e da exposição da figura da vítima no ambiente digital, desde a TV com seus programas diversos, até a internet, meio infinito de possibilidades. “Do atentado terrorista ou estupro coletivo, até a violência obstétrica ou bullying na escola, o trauma aparece associado a um número cada vez maior de eventos, dos mais cotidianos aos mais hediondos” (VAZ; SANTOS, 2015, p. 1-2).

²⁹ Os conceitos de “império do trauma” e “ethos terapêutico” referem-se a: “Império do trauma”: proveniente do livro “O império do traumatismo: investigação sobre a condição da Vítima” (FASSIN; RECHTMAN, 2011), no qual os autores debatem a categoria “trauma” e adotam uma perspectiva construtivista ao refletirem sobre a mudança na compreensão sobre a vítima nas últimas décadas, o que culminou na instauração de uma nova ordem moral a respeito dos vitimizados, que valoriza o sofrimento e estimula sua exposição. “Não se emite mais dúvida sobre a sinceridade do traumatizado: ele é a priori confiável. Não se interroga mais sobre os benefícios secundários: o diagnóstico habilita uma justa reparação” (Idem: p. 120). “Ethos terapêutico”: explorado por Igor Sacramento no artigo “Tornando a dor visível: o ethos terapêutico em narrativas testemunhais de celebridades sobre o câncer” (2015). Nas palavras do autor: “De acordo com T. J. Lears (1983), a mudança moral crucial da cultura contemporânea foi o início de uma passagem de um ethos protestante de salvação, por meio de abnegação, em direção a um ethos terapêutico, que realça a autorrealização neste mundo” (SACRAMENTO, 2015, p. 111).

Os testemunhos e as reflexões relacionados à campanha #primeiroassedio começam a ser explorados nesta seção. A ideia não é restringi-los a um capítulo ou um subitem desta pesquisa. Mas, articular a observação à luz das teorias apresentadas, a fim de se alcançar uma análise do discurso apropriada. Assumindo Orlandi (2001) como referência metodológica, os testemunhos, agora, cumprem o papel de materialidade do objeto estudado, e o uso das teorias elencadas pretende lançar luz na produção de sentidos para a sua interpretação.

O critério para seleção dos depoimentos utilizados foi de mulheres que relataram algum grau de abuso sexual, cometido por parentes ou pessoas próximas, e que tiveram seus depoimentos publicados no Twitter – mesma rede escolhida pela ONG Think Olga, que engendrou a campanha. Tais condições foram consideradas como fundamentais para viabilizar uma reflexão holística sobre os testemunhos e seus locais de fala. A análise também obedeceu ao roteiro de observação, previsto nesta metodologia (Apêndice A), e foi realizada de janeiro a abril de 2020 em cima de depoimentos publicados entre 21 de outubro e 31 de dezembro de 2015.

Como detalhado no capítulo metodológico, a triagem nos retornou 50 testemunhos nos quais o assediador se encaixa no perfil citado. Todas as autoras são brasileiras e relatam seus posts em português. A fim de preservar suas identidades – conforme compromisso estabelecido com o Comitê de Ética do Centro de Filosofias e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – ocultamos qualquer menção a nomes e imagens presentes nos depoimentos selecionados. Os detalhes do acordo ético encontram-se no Apêndice B deste documento.

A leitura dos depoimentos nos conduziu a categorizá-los por três eixos temáticos presentes nas convocações midiáticas, com o intuito de nos auxiliar a responder à questão central desta pesquisa. São eles: (a) a desautorização dos pais no discurso do trauma: a perspectiva de Ferenczi; (b) a espiral do silêncio; (c) confusão mental e sentimento de culpa: feridas abertas pelo abuso sexual. Nesta perspectiva, pretendemos analisar mensagens que conferem visibilidade ao sofrimento provocado pela violência sexual, por meio dos processos comunicacionais em que se apresenta.

(a) *A desautorização dos pais no discurso do trauma: a perspectiva de Ferenczi*

Esta, talvez, seja a característica que dialoga mais diretamente com as teorias psicanalíticas: o trauma social originado pela violência sexual por meio do “desmentido” de Ferenczi. De todos os relatos estudados, uma expressiva parcela faz referência a noção do psicanalista: 26 de 50 depoimentos. Esse fluxo discursivo nos chamou atenção pela recorrência.

Na visão de Ferenczi, a reação dos pais diante da situação narrada pela criança é que configura o trauma. “A criança cede e deixa de poder sustentar sua própria opinião a tal respeito” (FERENCZI, 1990, p.58).

Vejamos, primeiro, a história da mulher que enaltece a reação da mãe ao citar “contei para minha mãe que nada fez”, bem como a que revela o tratamento dado pelo pai, quando diz “meu pai não achou grave”. A relação entre a postura dos pais e o silenciamento feito pela vítima foi apontada em grande parte dos depoimentos, demonstrando, assim, a teoria psicanalítica elencada.

Nas figuras abaixo, as relatoras claramente associam as consequências enfrentadas à forma como os pais lidaram com a notícia.

Figura 1: Reação dos pais



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Figura 2: Reação dos pais



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Figura 3: Consequências enfrentadas



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Como citamos na seção dedicada à teoria ferencziana, o desmentido dos pais / responsáveis, criou um trauma a partir da situação experimentada. Retomando as palavras do autor: “o pior é realmente a negação, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado e repreendido quando se manifesta a paralisia traumática dos pensamentos ou dos movimentos” (FERENCZI, 1992, p.79).

A violência, traduzida em agressões físicas e verbais, é um traço marcante de alguns depoimentos e vai além da desqualificação do sofrimento alheio: contribui para a perda da dignidade da pessoa violentada. Esse cenário também retoma as ideias de Ferenczi, quando acredita que as crianças são inibidas por um sentimento profundo de medo diante da autoridade e força dos adultos a sua volta, “esquecendo-se de si mesmas” (FERENCZI, 1992, p.102). Tais ideias podem ser ilustradas pelo relato e comentários da figura 4.

Figura 4: Reação dos pais calcada na violência



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Completa o arcabouço do “desmentido”, em Ferenczi, o quanto a vítima é desacreditada pelos pais ou responsáveis. São muitos os testemunhos em que a autora revela ter tido a coragem necessária para contar o episódio, enquanto criança, e não ter recebido crédito, estabelecendo uma crença de que teria sido melhor silenciar o ocorrido. Como Ferenczi, outros autores da psicanálise vão discutir se a reação desdenhosa dos pais configura, de fato, uma “alucinação negativa” (FERENCZI, 1992, p.102) ou se revelam apenas uma total falta de habilidade em lidar com as sequelas psíquicas naturalmente impostas pela violência sexual narrada (MCDOWELL; WAKEFIELD, 1989, p. 3 e 4).

No relato exposto na figura 5, esse modelo de reação é percebido nos comentários, com ênfase para a narrativa de que a irmã “viu” parte do ocorrido.

Figura 5: Reação de responsáveis incluindo a falta de crédito à narradora



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Durante a análise dos depoimentos, com o respaldo teórico elegido para esta pesquisa, incluímos na categoria de “não conferir crédito” reações que expõe a conivência dos responsáveis aos agressores e as que atribuem alguma responsabilidade à vítima, como podemos ver, respectivamente, nas figuras 6 e 7, a seguir.

Figura 6: Reação dos pais em situação de convivência



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Figura 7: Reação de responsáveis atribuindo responsabilidade à vítima



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

No contexto da psicanálise, utilizado nesta seção, Freud e Breuer, que, até então, trabalhavam juntos nas elaborações sobre o trauma, começam a se distanciar. Breuer mostra-se aversivo às histórias chocantes de abusos sexuais que pacientes histéricos haviam sofrido na infância. Já Freud, mesmo sofrendo rejeição nos meios científicos da época, defendia que os traumas recentes só se sustentam porque desencadeiam relações associativas com um trauma mais antigo e verdadeiramente patogênico: o sexual (RUDGE, 2009). “Assim, a importância da infância na determinação do psiquismo adulto, uma intuição fundamental da psicanálise, fazia sua primeira aparição na teoria do trauma sexual” (RUDGE, 2009, p. 19).

(b) *A espiral do silêncio*

A questão do silenciamento despertou o interesse dessa investigação na medida em que 12 dos 50 relatos deixam claro a hesitação das vítimas para testemunhar e tornar suas histórias públicas. Cabe ressaltar que este número poderia ser maior, caso o critério de seleção das

mensagens não estivesse restrito a perfis específicos de agressores. Conforme Levi (1988), aquele que vivencia a experiência traumática é o sujeito que mais silencia sobre o que se passou. “Pior do que sofrer qualquer tipo de assédio e violência é ser ‘obrigada’ a calar ante a” (Figura 8) e “não contei para minha mãe” (Figura 9) são alguns enunciados que evidenciam o silêncio vivido por grande parte das depoentes.

Na direção contrária do ato de “ser obrigada a silenciar” como indicam as narradoras, Levi salienta que a experiência cotidiana é atravessada pelo medo, sentimento responsável por muitos silenciamentos. O autor exemplifica sua teoria quando fala nos sobressaltos sentidos e nos “vazios que nos perseguem” (LEVI, 2010). Em trecho literal: “tomado de um sobressalto pânico, de medo antiquíssimo das trevas, do bosque e do vazio” (LEVI, 2010, p. 146).

A obra referida, “A trégua”, é tão relevante para o nosso contexto quanto “É isto um homem?”, pois ambas revelam um caráter essencialmente descritivo que o autor confere à narrativa. No livro de 2010³⁰, Primo Levi fala sobre a necessidade de narrar, mesmo quando não se encontram palavras para descrever toda a experiência vivida. O autor sentencia que o fim do terror nazista é, na verdade, o início de outras formas de pânico encontradas no caminho percorrido pelos sobreviventes.

No início do livro, quando ele relata o fim da guerra e o início da tentativa de volta para casa, o cenário que ele nos oferece do campo de concentração passa uma imagem catastrófica, como deve ter sido realmente. Os banhos, segundo o autor, eram “banhos de humilhação”. Contudo, o que mais nos chamou a atenção foram os densos sentimentos revelados nas próximas linhas, em especial quando Levi menciona “é um absurdo pensar que a justiça humana possa extingui-la [a ofensa]” (LEVI, 2010, p.11). A frase em seu contexto aparece dessa forma:

[...] ninguém pôde mais do que nós [referência aos prisioneiros do campo] acolher a insanável natureza da ofensa, que se espalha como um contágio. É absurdo pensar que a justiça humana possa extingui-la. Ela é uma inexaurível fonte do mal: quebra o corpo e a alma dos esmagados, os destrói e os torna abjetos; recai como infâmia sobre os opressores, perpetua-se como ódio nos sobreviventes, e pulula de mil maneiras, contra a própria vontade de todos, como sede de vingança, como desmoronamento moral, como negação, como fadiga, como renúncia (Levi, 2010, p. 11).

A ideia do autor de que a justiça não poderia dar conta de tamanha ofensa pode ser estendida nos muitos discursos das vítimas de violência sexual, que tiveram seus depoimentos recortados nesta dissertação. A.³¹, em sua narrativa sobre um assédio sofrido por alguém muito próximo, comenta “esse não foi o 1º nem o último assédio, esse foi o que deixou marcas mais profundas e difíceis”. Na mesma linha, pela qual não há o que se faça que se possa apagar ou

³⁰ 2010, na realidade, é o ano da edição utilizada neste estudo. A Trégua foi escrita por Primo Levi, tendo a sua primeira edição publicada em 1963.

³¹ Optamos por utilizar apenas a inicial para preservar a identidade da mulher.

reduzir os efeitos da violência, B. testemunha: “e não, não precisa ser estupro pra causar trauma. Foi o que minha mãe disse, dps de entrar na sala e evitar algo bem pior”. Ambos os relatos corroboram a vertente de Levi quando diz que a ofensa “quebra o corpo e a alma dos esmagados” (2010, p. 11), como também a campanha, em seu aspecto macro, está para a fala do autor no que tange a vontade de vingança, de desmoralização dos agressores.

Por outro lado, o autor também acredita que os testemunhos teriam pouco a dizer sobre o aspecto “sobrevivente” da vítima, principalmente em relação à dificuldade de se afastar do sofrimento durante a narrativa e que, nesse sentido, seria necessário silenciar. Para ele, a obliteração da voz traria à memória as experiências mais difíceis de serem elaboradas (LEVI, 2010). Sua teoria é que, diante da pressão da necessidade, das privações e do sofrimento físico, os comportamentos e hábitos sociais do indivíduo seriam reduzidos ao silêncio, principalmente por considerar que o homem é uma criatura confusa, e torna-se ainda mais confusa quando submetida a determinadas pressões. “Então escapa a nosso juízo, assim como enlouquece uma bússola diante do polo magnético” (LEVI, 2004, p. 54).

Dessa forma, é razoável concluir a partir da leitura das obras de Levi (1988; 2004; 2010) que o autor considera o ato de narrar e testemunhar a experiência de sofrimento como sendo uma necessidade – tão forte que ele a equipara às elementares –, mas, antes da prática, há que se considerar dois aspectos: a impossibilidade de testemunhar imposta por algumas situações, e a necessidade de não estar sob pressão como “a bússola diante do polo magnético”, conforme citado por Levi, para que o silêncio não predomine sobre a vivência.

Em outra corrente sobre o silenciamento, de acordo com os estudos referentes às teorias da Comunicação, segundo Elizabeth Noelle-Nuemann (2005), na Teoria da Espiral do Silêncio é frequente a polarização da opinião em diferentes grupos que se diferenciam quanto a sua visibilidade discursiva. A autora conclui que as minorias costumam ser silenciadas em detrimento da voz das majorias. Noelle-Nuemann destaca, entretanto, que há dois grupos de pessoas que, mesmo percebendo-se minoria, não são silenciadas. O primeiro grupo é classificado pela autora como o “núcleo duro”, composto pelas pessoas que já expressaram sua opinião sobre determinado assunto, sofreram retaliação e, por isso, não têm nada a perder ao retomar a questão.

Para Santini et al (2016), essas pessoas enxergam o isolamento como um “preço a se pagar” por expressar opiniões divergentes. Já o segundo grupo de Noelle-Nuemann, seria o de vanguardistas, intelectuais, artistas e “transformadores sociais”, que são reconhecidamente precursores de novas ideias. Os indivíduos desse último, na avaliação da autora, costumam ser

voltados para o futuro, e, apesar de isolados, mantêm a convicção de que eles estão à frente de seu tempo. Essa crença os ajuda a suportar a ideia de isolamento.

A Teoria da Espiral do Silêncio nos revela, contudo, que o silenciamento das minorias está diretamente relacionado à não sujeição ao isolamento. Nesse sentido, a capacidade do indivíduo de pertencer suplanta a sua tolerância em se sentir excluído socialmente, ao emitir suas opiniões e ideias sobre determinado assunto. “Uma oportunidade para que haja possíveis oscilações no sentimento coletivo da opinião dominante, [...] seria a intervenção feita por pessoas pertencentes a um destes dois grupos. Isso porque elas não têm medo de serem impopulares nem isolados” (SANTINI et al, 2016, p. 151).

Em nossa avaliação, este foi justamente o papel da ONG Think Olga ao engendrar a campanha #primeiroassedio. Corroborando a Teoria de Noelle-Nuemann, as mulheres que idealizaram o movimento tinham um local de fala que permitia não considerar os riscos de serem impopulares ou isoladas. Nesse caso, as redes sociais online representam o espaço público utilizado para a discussão de temas íntimos e pessoais. A repercussão da mobilização gerou o contraponto da teoria, dessa vez, a espiral de testemunhos, revelando vivas vozes quando descobertas.

Veremos, agora, os depoimentos que revelam falas silenciadas e que contribuíram para a formação desta linha de pensamento. O relato da figura 8 não é suficiente para deciframos se o agressor era pessoa próxima à família, conforme critério dessa pesquisa. Por essa razão, este depoimento não foi considerado entre os 50 recortados no caminho metodológico. Porém, o consideramos de extrema valia para retratar as dores e os efeitos do silenciamento.

Figura 8: Efeitos do silenciamento



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Na figura 9, temos uma depoente que foi coagida pelo pai, considerado o laço mais próximo à vítima, entre os níveis de afeto representados. Sob a ótica das representações sociais,

Moscovici (2011), defende que mesmo diante de uma grande pressão que força as pessoas a obedecerem a um modelo geral imposto pela sociedade – no relato explorado, o respeito incondicional à relação patriarcal – grupos minoritários conseguem criar novas formas de viver, pensar e agir, promovendo mudanças sociais. Como vimos, a isso, o autor chama de “minorias ativas” (MOSCOVICI, 2011).

Em linha com a fala de Moscovici, a figura 10 exibe um relato no qual a vítima também foi violentada pelo pai, e diz, nos comentários: “eu só queria que as pessoas entendessem que depois desse tempo todo eu preciso falar”, não só tentando encontrar novas formas de viver, como pondera o autor – entendemos que os relatos expostos em rede não nos possibilitam esse nível de aprofundamento sobre o psiquismo das vítimas – mas, principalmente, a busca pela promoção de mudanças sociais, corroborada por outra usuária que comenta seu post: “[...] Não deixe pra lá. Fala.” (sic).

Figura 9: Minorias ativas



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassédio

Figura 10: Minorias ativas



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassédio

As categorias criadas para analisar os relatos coletados durante a pesquisa nos apoiam sob os aspectos de organização e elucidação de temas emergidos dos depoimentos. Porém, isso não significa que a compreensão do contexto, permitida pelos relatos textuais, esteja limitada aos temas propostos. Como no caso da figura 11, por exemplo, que revela o silenciamento, mas, dessa vez, como consequência direta do caráter “desmentido” dos pais, quando a autora cita que “até hoje é proibida de falar no assunto”.

Figura 11: Silenciamento imposto pela família



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Outro arquétipo é encontrado na figura 12, que mostra um modelo de silenciamento gerado a partir de uma ameaça. Na teoria proposta por Noelle-Nuemann (2005), quando um indivíduo silenciado reconhece “parceiros verdadeiros” que compartilham de sua experiência ou de sua opinião, são capazes de resistir à pressão do grupo e escapar do medo do isolamento. Diante dos testemunhos estudados, a possibilidade de rompimento com a barreira do silêncio é permitida por outros atores sociais, que aderiram à campanha #primeiroassedio, e que, conscientemente, incentivaram o movimento entre si.

Figura 12: Silenciamento provocado por ameaça à vítima



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Figura 13: Silenciamento rompido pela campanha



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Figura 14: Silenciamento induzido pelo agressor



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Nos casos estudados, o senso de comunidade criado pela *hashtag* teria colaborado para o sentimento de pertencimento das vítimas, conforme proposto no modelo de “parceiros verdadeiros” da Teoria Espiral do Silêncio. Tal rede de usuárias desencadeou uma difusão viral da *hashtag* e a quebra do silêncio de milhares de outras usuárias, aderentes à campanha. Em *How the world changed social media* (MILLER et al., 2016), os autores alegam que as plataformas digitais podem dar oportunidades para que algumas minorias expandam suas atividades para interações privadas/secretas ou também para obter mais visibilidade pública.

Podemos concluir, a esta altura, que a internet e as tecnologias digitais podem ser meios transformadores ou não. Não são por natureza, depende do contexto e, especialmente, de quem os usa (MILLER et al., 2016). No caso da campanha #primeiroassedio, em uma primeira instância, permitiu o rompimento do tabu do silêncio antes de se conhecer as possíveis consequências e transformações sociais que seriam geradas na sociedade.

(c) *Confusão mental e sentimento de culpa: feridas abertas pelo abuso sexual*

O terceiro eixo temático caracterizado neste estudo pretende abordar as cicatrizes e emoções reveladas pelos testemunhos obtidos. Culpa, vergonha e medo são os sentimentos mais frequentes nos relatos, presentes em 27 posts. Um deles, exposto na figura 15, sugere o sentimento de medo, apesar de não ter sido colocado em palavras. O relato é de uma mulher que foi violentada pelo pai. Mesmo tendo aceitado participar da campanha e publicar seu testemunho é possível perceber a atmosfera densa que ainda permeia suas emoções nos aspectos não revelados do depoimento. No texto, ela não explicita que o pai a violentou. Mas, nos comentários, deixa claro ao responder uma usuária, que questionava se havia a intenção de assediá-la. “Queria poder tranquilizar teu coração mas infelizmente não posso. :/”, diz a autora do relato.

Figura 15: Sentimento de medo por trás da atitude da vítima



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Mais uma vez, os parâmetros que adotamos na pesquisa não podem ser analisados separadamente. Os sentimentos de vergonha, medo e culpa, por exemplo, coexistem na maioria dos relatos de abuso sexual selecionados nesta pesquisa. O testemunho da figura 16, inclusive, menciona os três em um mesmo episódio, configurando a confusão mental estabelecida no psiquismo da vítima. Nos comentários de seu depoimento, ela diz: “A parte mais vergonhosa e dolorida foi contar para o meu pai. O medo dele achar que a culpa foi minha. O medo de ser julgada”.

Figura 16: Sentimentos coexistem nas vítimas



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Em alguns casos, a autora dá pistas de que acomodou o trauma a ponto de falar sobre o que se passou, retomando o objetivo inicial da mobilização, de encorajar outras mulheres a partir de narrativas testemunhais. É o que sugere a expressão “mas tô aqui” (sic) encontrada no relato feito por uma mulher abusada pelo tio: “#primeiroassedio aos 17. Meu tio bêbado passou a mão nos meus peitos. Ainda levei a culpa. Pensei em suicídio. Mas tô aqui.” (Relato da vítima, conforme figura 17).

Figura 17: Consequências da violência



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Depressão e tentativa de suicídio se mostraram consequências da violência sexual por grande parte das depoentes, ainda que os sentimentos, mais uma vez, não sejam explícitos em

alguns relatos, identificamos rastros de um profundo sofrimento, reconhecido no ambiente social/digital como demonstram as figuras 18 e 19.

Figura 18: Sofrimento palpável no relato da vítima



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Figura 19: Sentimento de ódio nutrido pelo pai em função do trauma



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Ainda na lógica dos sentimentos retratados, a ideia de “generalização da experiência traumática” cunhada por Fassin e Reichtman (2009), apesar do termo, permite compreender em dois grupos os eventos causadores de sofrimento humano. Por um lado, encontram-se aqueles que fazem parte da trajetória natural de vida, como mortes, doenças, perdas, entre outros à deriva do curso humano. Em um segundo grupo estão os eventos que eles consideram como sendo “disruptivos”, como aqueles derivados das separações conjugais, da violência sexual. Mesmo as experiências, conforme os autores, de “segunda mão”, ou seja, não vividas diretamente pelo sujeito, podem causar sofrimento gerador de trauma.

Trazendo essa discussão para o espaço digital, de acordo com Hine (2015b), as apropriações que fazemos na internet são adaptadas às nossas vidas e ao contexto em que vivemos. Nesse sentido, a mobilização digital #primeiroassedio pode revelar outros modos de enunciação da experiência humana diante dos traumas expostos. A internet, nas palavras da autora, é “um caminho de aproximar-se (de modo muito próximo) das pessoas através das experiências que elas vivenciam na internet, desenvolvendo assim uma compreensão de como elas se sentem nas navegações cotidianas” (HINE, 2015b, p. 26).

3.1.4 Questões contemporâneas do feminismo sublimadas nos depoimentos analisados

Segundo Paulo Vaz (2010), a posição central da teoria do “complexo de Édipo” instituído por Freud, assegurava que a sexualidade, por si só, já seria um elemento traumatizante, e que o maior ofensor não seria o evento em si, mas as fantasias inconscientes do indivíduo. (VAZ, 2010, p. 156). Em “A vida feliz das vítimas’ (2010), o autor defende que as mudanças de paradigmas no âmbito da psiquiatria foram estimuladas pela ação de feministas, que se manifestavam contra a psicanálise freudiana. Em suas palavras:

Desde o final da década de 60, o lugar do desejo e da fantasia no trauma é fortemente criticado pelo movimento feminista. Se uma paciente recordasse uma cena de sua infância onde teria sido assediada sexualmente por um adulto, a escuta psicanalítica tenderia a supor que o evento não aconteceu e que a paciente se lembrava de uma fantasia. Em última instância, não importava se o assédio ocorreu ou não, pois o decisivo era revelar para o próprio indivíduo o seu desejo. Para o movimento feminista, recusar a realidade do evento e frisar a dimensão do desejo equivaleria a não reconhecer o sofrimento das vítimas de estupro e pedofilia (VAZ, 2010, p. 156).

Durante a década de 1980, emergiram associações, ONGs e grupos feministas, facilitando a organização de novos movimentos políticos. “Percebeu-se que havia várias formas de vivenciar a feminilidade, o que gerou uma consequente negação da universalização do feminino” (RODRIGUES, 2019, p. 50). Embora não exista consenso entre os estudiosos, para muitas pesquisadoras, essa multiplicidade de categorias identitárias que caracteriza o começo da terceira onda feminista.

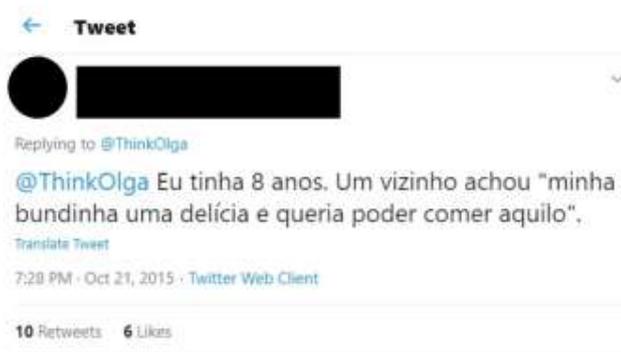
No Brasil, a terceira onda ganhou força a partir do 3º Encontro Feminista Latino-americano, em 1985, considerado um marco que fez surgir outros encontros e promoveu a organização de coletivos de mulheres negras (RIBEIRO, 2017a). Quase três décadas depois, em 2013, nasceu o coletivo Think Olga, com o objetivo de empoderar mulheres por meio da informação (THINK OLGA, 2017). O projeto começou como sendo um *hub* de conteúdo³² que abordava temas importantes para o público feminino, no ambiente online.

³² Em resumo, *hub* de conteúdo é um domínio que concentra conteúdos diversos. Mais informações sobre *hubs* de conteúdo podem ser encontradas em: RODRIGUES, Eliézer. **A importância do hub de conteúdo como**

No ambiente acadêmico, o feminismo consolidou-se na década de 1990. No Brasil, surgiram a Revista Estudos Feministas, criada em 1992 – inicialmente editada pela Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro³³ –, e os Cadernos Pagu, em 1993, periódico desenvolvido pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ambos continuam sendo referências acadêmicas para publicações que abarquem o feminismo sob algum prisma. Em 1994, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) organizou o congresso feminista “Fazendo Gênero”, considerado um marco no campo dos estudos de gênero no Brasil, e que acontece até hoje.

Em relação à análise dos depoimentos recortados nesta pesquisa, diante da multiplicidade de temas que podem ser explorados dentro do universo do feminismo, optamos por discutir o aspecto que diz respeito ao corpo da mulher e sua exposição enquanto objeto de desejo. Como na figura 20, em que o agressor justifica seus desejos nas características corporais da relatora, e na figura 21, em que a exposição do corpo é intencionalmente utilizada para a prática de abuso sexual.

Figura 20: O corpo feminino como objeto de desejo



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

estratégia de performance. 2017. <<https://pulso.jussi.com.br/a-import%C3%A2ncia-do-hub-de-conte%C3%BAdo-como-estrat%C3%A9gia-de-performance-eb32db5b3b96>>. Acesso em 10 mai. 2020.

³³ A partir de 1999 a Revista Estudos Feministas passou a ser sediada pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas e pelo Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, integrou-se ao Instituto de Estudos de Gênero, órgão que agrega pesquisadoras oriundas/os de distintas áreas de conhecimento e atuação da UFSC, tendo como denominadores comuns os estudos feministas e a perspectiva de gênero.

Figura 21: A exposição do corpo como prerrogativa para o abuso sexual



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Se por um lado o corpo da mulher é problematizado pelos feminismos, por outro, tem sido apropriado por marcas de beleza que promoveriam imagens de um “corpo real sem retoques” (SIBILIA, 2015). O tema que a pesquisadora Paula Sibilia aborda ainda rende pautas ligadas à aceitação do próprio corpo e ao não-assujeitamento aos padrões estéticos, que são o motivo de diversas campanhas publicitárias, incluindo as que são ligadas à própria indústria da beleza, todos celebrando o que seria o “corpo real” (SIBILIA, 2015).

Nos relatos apresentados pelas usuárias aderentes à campanha #primeiroassedio, o corpo foi, muitas vezes, apresentado como lugar de opressão. Já no movimento feminista, é tido, também, como lugar para fundar-se propósitos políticos, entre outros fins, para obter atenção midiática, como as mobilizações digitais. A exploração da nudez seria um dos principais meios para este fim. Ao que Sibilia questiona: “Se essa banalização da nudez já é inegável, visto que muitos dos velhos pudores – atrelados à moral burguesa e ao seu ancestral cristão – desativaram-se após as revoltas dos anos 1960-70, caberia se perguntar: qual é o valor político deste insólito “ativismo sexy” tão típico do século XXI?” (SIBILIA, 2015, p. 178).

As mulheres feministas acabaram marcadas por um conjunto de estereótipos, antes utilizados sob forma de protesto. Não distante ao debate, a escritora feminista nigeriana, Chimamanda Ngozi Adichie, publicou um livro com o título “*We should all be feminists*” (“Todas nós deveríamos ser feministas”, em tradução literal), em 2014. Logo nas primeiras

páginas, a autora brinca com o rótulo que o movimento feminista recebeu, atribuído ao corpo e aos comportamentos da mulher.

[...] As pessoas estavam dizendo que meu livro era feminista. Seu conselho disse, balançando a cabeça com um ar consternado era que eu nunca, nunca me intitulasse feminista, já que as feministas são mulheres infelizes que não conseguem arranjar marido. Então decidi me definir como “feminista feliz” (ADICHIE, 2014, p. 09).

Temendo um esvaziamento de sentido em torno das causas feministas em função de um enfoque maior no estereótipo da militante, a pesquisadora Djamila Ribeiro (2017b) afirma:

[...] é preciso cuidar para que os conceitos e ferramentas políticas pensadas por feministas diversas não sejam esvaziados de sentido. [...] Em outras palavras, é urgente pensar para além da representatividade, inegavelmente importante, mas cheia de limites (RIBEIRO, 2017b, posição 10).

Mobilizações como a #primeiroassedio colocam a desigualdade de gêneros sob os holofotes, jogando luz em um problema absolutamente frequente. Entretanto, não se pode ignorar que há toda uma cadeia mercadológica que se beneficia de pautas feministas. A relação com o próprio corpo, como explorada nesta seção, é uma das mais cobiçadas por campanhas de beleza. É possível encontrar ações que ainda enaltecem padrões de beleza tradicionais, enquanto outras empresas exploram a importância da autoaceitação do corpo, sem obedecer a determinados padrões estéticos.

A inglesa Angela McRobbie (2009), que concentra seus estudos na área do pós-feminismo, aponta, como uma das características dessa fase, o crescimento de apostas mercadológicas. Para isso, a publicidade lança mão de todo um vocabulário próprio para atender a demanda, como “empoderamento”, “escolha” e “sororidade” (esta última mais em evidência a partir do início de 2020). Para a autora, “esses elementos são então convertidos em um discurso muito mais individualista, sendo dispostos em um novo formato, particularmente na mídia e na cultura popular” (MCROBBIE, 2009, p. 1).

Já Sibilía (2018), avalia as mudanças e os impactos na sociedade, com a midiaticização do feminismo, como um espaço permeado por limites confusos entre o que seria realidade e ficção. Segundo a autora, nos múltiplos campos, da publicidade à mobilização, busca-se o real ou “ao que a ele se pareça”.

[...] Talvez o que mudou, em nossa sociedade tão espetacularizada e midiaticizada, seja a relação entre realidade e ficção. É possível que as suas confusas fronteiras tenham se tornado ainda mais ambíguas; e, portanto, seus efeitos geram outros sentidos no mundo. Quanto mais a vida cotidiana é ficcionalizada e estetizada com recursos midiáticos, mais avidamente se busca uma experiência autêntica, verdadeira, não simulada ou encenada. Busca-se o realmente real — ou, pelo menos, algo que assim pareça (SIBILIA, 2018, p. 12).

3.1.5 A contextualização da fala

Para localizarmos o movimento engendrado pela ONG Think Olga no tempo e no espaço faz-se necessário compreender, além das batalhas feministas, o momento histórico e as circunstâncias vivências durante o período de eclosão da campanha. O ano de 2015 foi atravessado por grandes marcos³⁴ no Brasil e no mundo. Desde a política brasileira que entrou em campo minado com as desavenças entre a Presidente da República da época, Dilma Rousseff, e o, então, presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que trocaram acusações, farpas e protagonizaram a cena midiática³⁵, até o atentado terrorista em Paris, que fez a Cidade Luz viver um ano marcado pela insegurança³⁶.

Uma outra questão social foi centro das atenções midiáticas na ocasião: o racismo e a intolerância religiosa³⁷. As atrizes Taís Araújo, Sheron Menezes e Cris Vianna e a apresentadora Maria Júlia Coutinho sofreram ataques pelas redes sociais. A reação do público foi imediata. Já a intolerância religiosa causou centenas de mortes em todo o mundo. Nos EUA, um jovem de 21 anos foi até uma igreja frequentada por negros e começou a atirar enquanto fazia declarações racistas. O presidente Obama cantou em homenagem aos nove mortos no ataque. Já no Brasil, uma menina de 11 anos foi apedrejada quando saída de uma sessão de candomblé.

Em meio a todos esses episódios, o ocorrido com a criança Valentina Schulz durante o programa televisivo MasterChef Junior, que deu origem à mobilização pesquisada, expôs o problema da erotização da criança, que, segundo dados da BBC (2015), acontece cada vez mais cedo³⁸. Antes da iniciativa do coletivo feminista, a menina já havia sido alvo comentários de teor sexual, na internet, como: “Se tiver consenso é pedofilia?”, “Ela vai ser uma estrela pornô aos 12 anos” e “A culpa da pedofilia é dessa molecada gostosa”, disponíveis na figura 40, mais adiante, sobre as motivações do movimento.

³⁴ G1, Globo. **Retrospectiva 2015**. 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/retrospectiva/2015/>>. Acesso em 22 mai. 2020.

³⁵ G1, Globo. **Política brasileira entra em campo minado em 2015**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/retrospectiva/2015/noticia/2015/12/politica-brasileira-entra-em-campo-minado-em-2015.html>>. Acesso em 22 mai. 2020.

³⁶ G1, Globo. **Paris é o maior alvo do terror em 2015**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/retrospectiva/2015/noticia/2015/12/paris-e-o-maior-alvo-do-terror-em-2015.html>>. Acesso em 22 mai. 2020.

³⁷ G1, GLOBO. **Ano de 2015 foi marcado por racismo e intolerância**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/retrospectiva/2015/noticia/2015/12/ano-de-2015-foi-marcado-por-racismo-e-intolerancia.html>>. Acesso em 22 mai. 2020.

³⁸ G1, Globo. **Vítima na infância estimula milhares de denúncias de #primeiroassedio após polêmica do MasterChef**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/10/vitima-na-infancia-estimula-milhares-de-denuncias-de-primeiroassedio-apos-polemica-do-MasterChef.html>>. Acesso em 22 mai. 2020.

Como expusemos no capítulo teórico, segundo Perez e Ricoldi (2018), tais mobilizações foram sustentadas pelo feminismo contemporâneo, ou pela “quarta onda feminista”, marcada por uma ampliação dos sujeitos políticos do movimento. Para as autoras, no Brasil, a quarta onda caracteriza-se, principalmente, por três traços: mobilizações construídas e divulgadas na internet – este traço é considerado por elas como uma das vertentes mais importantes do movimento, uma vez que abraça lutas contra o machismo, o racismo e as discussões de gênero –, a interseccionalidade de identidades sociais e a atuação por meio de coletivos. Nesse sentido, a centralidade da internet ocupa lugar relevante e definitivo para discussões feministas.

Ainda de acordo com as autoras, não é mais possível ignorar a importância das mídias sociais digitais na formação de identidades coletivas. “As novas formas de tecnologias de comunicação e informação não são apenas um canal de comunicação e visibilidade dos movimentos; as redes sociais digitais constituem um componente relevante para compreender a constituição dessas organizações” (PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 13).

Assim, a importância das narrativas digitais se dá pela mesma razão que permitiu a repercussão da campanha #primeiroassedio: a polarização da internet. Ideias feministas como as que estão por trás da mobilização, antes restritas a pequenos grupos, hoje, tomam proporções de escala mundial, como a *hashtag*, que ganhou versões americana e francesa.

No contexto da antropologia digital, Miller et al. (2016) também defendem a relevância das relações sociais online. Os autores justificam que antropólogos, por natureza, se interessam pelo modo como as pessoas se associam dentro de uma sociedade. Nessa direção, os autores cunham o termo “sociabilidade escalonável”, referindo-se à capacidade que as mídias sociais possuem de criar novos espaços para grupos entre o público e o privado.

O conceito foi definido por Miller et al. (2016) a partir da premissa de que antes do digital a maior parte das interações era “um para um” e acontecia no modo offline: cartas, telegramas, telefone. Ou dependiam da intervenção midiática como jornais, rádio e TV. Com a internet e o advento do mundo conectado, as noções de dimensionamento de público puderam ser completamente transformadas e, com isso, foi possível escalar diversos graus de privacidade. Durante a campanha #primeiroassedio, por exemplo, principalmente quando ela tomou outras redes além do Twitter, as usuárias tinham a possibilidade de filtrar os públicos que teriam acesso aos seus testemunhos.

Por essa pluralidade de aspectos, Jodelet (2001) vai dizer que representações sociais são fenômenos complexos, presentes de forma permanente na vida social do indivíduo. Para a autora, uma vez constituída a representação, como no caso da campanha, torna-se um meio organizador das relações sociais. Sobre seus estudos, ela argumenta: “esta multiplicidade de

relações com as disciplinas vizinhas confere ao estudo psicossociológico da representação um estatuto transversal que interpela os vários campos de pesquisa, não uma simples justaposição, mas uma real articulação dos seus pontos de vista” (JODELET, 2001, p. 40-41).

3.2 DA CONFISSÃO AO TESTEMUNHO

O testemunho, enquanto prática discursiva, chega em substituição à narrativa hegemônica mais antiga: a da confissão clínica (VAZ; SANTOS; ANDRADE, 2014). Confissão e testemunho possuem, como semelhança, a característica autobiográfica. Talvez, a principal diferença seja que, enquanto a confissão se dá secretamente, direcionada a alguém específico, o testemunho pode ser aberto a diferentes públicos. Além disso, entram em cena a ideia de espaço público como um ambiente utilizado para “exorcizar” sentimentos como culpa e vergonha, e contribuir para um sentimento de pertencimento, apoiando outras pessoas que experimentaram determinados sofrimentos (VAZ; SANTOS; ANDRADE, 2014).

A confissão foi a forma de discurso autobiográfico decisiva para a constituição da subjetividade desde, ao menos, o Concílio de Trento até a Modernidade. O testemunho, por sua vez, é, hoje, o discurso autobiográfico crucial para a produção da subjetividade contemporânea. Não se trata de estabelecer uma correlação entre duas mudanças: a passagem da subjetividade moderna para a contemporânea, de um lado, e a ascensão do testemunho em detrimento da confissão, de outro. O discurso não é a mera expressão de uma forma de subjetividade que o precede e que lhe dá sua singularidade. Pelos elementos que as compõem e pelos modos específicos com que são ordenadas e enunciadas, cada uma dessas narrativas autobiográficas produz diferentes modos de ser (VAZ; SANTOS; ANDRADE, 2014, p. 2).

Radstone, em seu artigo “Cultures of confession/cultures of testimony: turning the subject inside out” (2006), apresenta diferenças substanciais entre confissão e testemunho. Na análise de Vaz, Santos e Andrade (2014) ela foi, inclusive, a primeira a estabelecer tais critérios. A autora associou a passagem entre as práticas com a da Modernidade para a Pós-Modernidade. Enquanto investigadores da subjetividade, o que vai nos interessar nessa diferenciação é o modo como cada discurso confere peso ao sofrimento humano.

3.2.1 O uso do sofrimento na construção de problemas sociais

Como abordamos na seção que apresentou um panorama das ondas feministas, a segunda onda, especialmente na década de 1960, foi marcada por ter exposto a insatisfação feminina em relação ao senso de que o ambiente doméstico era um espaço de realização. Os movimentos da época foram fortemente influenciados por saberes como a psicologia psicanalítica (SANTOS; SANCHOTENE; VAZ, 2019). Segundo Melo e Vaz (2019), desde então a psicanálise foi, gradativamente, perdendo a influência na forma como os indivíduos

lidam com seus sofrimentos. “Paulatinamente, passamos de uma clínica do desejo para uma clínica da violência” (SANTOS; SANCHOTENE; VAZ, 2019, p. 124).

No que os autores chamam de clínica da violência, o sofredor que testemunha – e não mais confessa seus pecados – foi vítima de outro indivíduo. No artigo publicado com Santos e Andrade em 2014, Vaz acredita que o indivíduo reconhece sua posição de vítima e seu sofrimento por três circunstâncias: ou este não considerou seu sofrimento quando procurou satisfazer seu desejo, ou não agiu, quando poderia, para conter aqueles ou aquilo que lhe fez sofrer, ou, por fim, por preconceito, não aceitou o desejo legítimo do indivíduo e recusou seu afeto (VAZ; SANTOS; ANDRADE, 2014, p. 5).

Considerando que o objeto desta pesquisa – a campanha #primeiroassedio – recai sobre testemunhos de vítimas de alguma espécie de violência sexual, a primeira possibilidade apontada pelos autores é pano de fundo de todos os testemunhos. A figura 22, a seguir, demonstra uma mulher que, possivelmente, aguardou uma ação que não chegou, quando diz “contei pro meu pai, mas ele não fez nada” (Figura 22). Em alguma instância, a hipótese levantada por Vaz et al dialoga com a teoria psicanalítica ferencziana no que tange o impacto da resposta dos pais sobre a narrativa das filhas.

Figura 22: Configuração do sofrimento



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Demonstrar empatia aos narradores foi uma reação muito constante nos depoimentos analisados e, provavelmente, a reação contribuiu para a mobilização ganhar força e representatividade nas mídias sociais. Seligmann-Silva (2008) defende que tal postura é essencial para a continuidade de relatos autobiográficos. “Sem a nossa vontade de escutar, sem o desejo de também portar aquele testemunho que se escuta, não existe o testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 72). Na figura 23 (mesmo depoimento da Figura 21), temos

um exemplo dessa acolhida voluntária quando uma usuária comenta no post original: “[...] da um abraço aqui irmã pq todas nós já sentimos a dor da pedofilia” (Figura 23). A iniciativa recebeu réplica da narradora em um gesto claro de reconhecimento de empatia.

Figura 23: Reação que endossa o caráter testemunhal

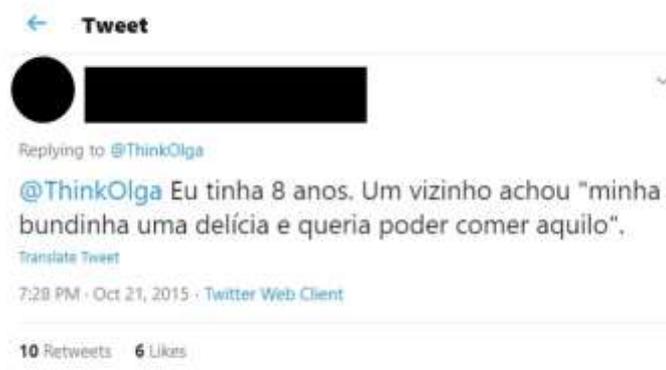


Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Outro “problema social” que emerge da análise dos testemunhos é a questão da gravidade do sofrimento. De acordo com Boltanski (2007), o sofrimento deve ter “uma causa socialmente reconhecida” (Idem: p. 22) para que possibilite o reconhecimento social no espaço público. Nesse sentido, sua gravidade precisa ser legitimada coletivamente, para ter a função de gerar o incômodo necessário à visibilidade esperada.

No caso da campanha #primeiroassedio, autorrelatos que denunciam formas aparentemente menos violentas – como uma cantada, por exemplo – corroboram essa visão, por contribuírem para uma mudança de consciência de que pequenas práticas fazem parte de um contexto maior de violência, símbolos da dominação masculina (BOURDIEU, 2002a). A figura 24 aborda um caso clássico de uma cantada verbal não consentida, que ultrapassa as barreiras cabíveis para intenções de flertes e elogios, quando a mulher narra “um vizinho achou minha bundinha uma delícia e queria poder comer aquilo” (Figura 24). Nesses casos, fica evidente que o consentimento é o elemento crucial que estabelece a fronteira entre o flerte e o assédio.

Figura 24: Violência simbólica



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Para Vaz et al (2014), a discussão sobre as fronteiras entre práticas de aproximação entre os sexos e o assédio sexual passam a ser um problema social quando a imprecisão de limites, viabilizada pela brecha conceitual do próprio termo, possibilita a desvalorização de experiências mais graves, como o estupro. Nas palavras dos autores: “Se não há diferença qualitativa entre um assvio a uma passante e a imposição ao ato por violência e ameaça, talvez se reduza a repulsa social ao estupro e, pior, a generalização das vítimas pode limitar a solidariedade com aquelas que sofreram a violência efetiva do machismo” (VAZ et al., 2014, p. 30).

Dentre as consequências problemáticas abordadas pelos autores, está a redução da solidariedade com mulheres que sofreram violência efetiva devido à generalização das vítimas. Para eles, o lugar de vítima poderia “reduzir nossa capacidade de imaginar futuros diferentes, para além do moralismo, nas relações entre homens e mulheres” (VAZ; SANTOS; ANDRADE, 2014). O que dialoga com as ideias de Fassin e Rechtman acerca do estabelecimento do trauma a partir da chancela pública sobre o testemunho humano. “O trauma não pertence somente ao léxico psiquiátrico, ele se inscreve no senso comum e constitui uma nova linguagem para os eventos de sofrimento” (FASSIN; RECHTMAN, 2009, p. 18).

A narrativa da figura 25 demonstra a compreensão do trauma enquanto desencadeador de experiências de sofrimento, reafirmando a proposta de Fassin e Rechtman. No post, a mulher afirma “nada de grave aconteceu, só deixei de frequentar a casa dessa minha colega e me lembro de fazer perguntas do tipo ‘seu pai te machuca?’ (Figura 25). O depoimento não aborda a palavra “trauma”, mas deixa claro o efeito nocivo do assédio sexual.

Figura 25: Danos psíquicos do trauma



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Outros relatos permitem uma compreensão de que o entendimento da violência sexual sofrida se deu muito tempo depois. Em alguns casos, a violência foi reconhecida a partir da exposição do sofrimento de outras mulheres. Apesar de não ser possível identificar se o agressor correspondia aos critérios desta pesquisa – e por essa razão não fazerem parte do grupo dos 50 recortados –, nos relatos a seguir utilizamos esses posts para ilustrar o problema social discutido nesta seção. Um exemplo disso está na figura 26, quando a mulher afirma que só teve clareza do que se passou na fase adulta: “é triste lembrar cada caso de assédio, mais triste ainda quando vc é criança e só se dá conta da gravidade depois de adulta” (Figura 26). Outra mulher declara que “a pior coisa de ser assediada tão nova é que muitas vezes você nem tem noção até chegar à vida adulta” (Figura 27).

Figura 26: Consciência na vida adulta



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Figura 27: Mulher acredita que a consciência tardia é a pior parte do processo



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Os novos modos de sociabilidade online têm sido apontados como um novo domínio da existência humana, com métodos e teorias criados a partir de cenários que mudam com bastante frequência (HINE, 2015a). A autora, como já apontamos em seções anteriores, defende que o agente transformador nas mídias sociais são as práticas e os sentidos que os usuários dão a elas. Nessa direção, os depoimentos aderentes à campanha formam uma voz coletiva, que contribui para uma releitura do passado. Ou, como defende a pesquisadora Paula Sibilia: “assim como toda subjetividade é necessariamente *embodied*, encarnada em um corpo, ela também é sempre *embedded*, embebida em uma cultura intersubjetiva” (SIBILIA, 2008, p. 16).

O reconhecimento de si a partir na leitura de histórias alheias já havia sido debatido por Vaz et al., durante a análise do crime de estupro explorado pelo blog francês *Je connais un violeur* (“Eu conheço um estuprador”, em tradução literal): “O testemunho exposto no espaço

público, por conter essa nova forma de compreender o estupro e um nexos preciso entre evento passado e sofrimento presente, pode ser usado por outras pessoas para pensar suas vidas [...]” (VAZ; SANTOS; ANDRADE, 2014, p. 16).

De acordo com os autores, essa oportunidade de releitura do passado pode fazer com que algumas situações vividas sejam classificadas como experiências de sofrimento. Por outra perspectiva, Seligmann-Silva acredita que o trabalho de reavaliação do passado é mediado pela memória do mundo presente. “Ao invés de uma representação do passado, a literatura do testemunho tem em mira a sua construção a partir de um momento presente” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.79). Nesse sentido, segundo Van Dijck (2007) as mídias são importantes na construção de uma identidade individual e coletiva, conectando o passado e o futuro.

A jornalista Flavia Tavares, da Revista Época, corrobora a linha de Van Dijck ao relatar: “Eu tinha 9 anos e ele era meu tio-avô. O abuso que sofri estava enterrado, mas percebi que todas nós precisamos interromper o silêncio – o silêncio que protege os agressores, não as vítimas”³⁹ (TAVARES, 2015, posição 1). O depoimento mostra, claramente, a construção feita da identidade de vítima, individual, mas permitida por meio de um movimento coletivo, no caso, a campanha #primeiroassedio. “O movimento que vem acontecendo, seja nas redes sociais, com iniciativas tocantes como o #primeiroassedio [...] é o de interromper o silêncio. Essa mobilização teve um efeito em mim e tem tido em muitas de nós” (TAVARES, 2015, posição 35).

Halbwachs também se debruça sobre o tema ao trabalhar o conceito de “memória coletiva”. O sociólogo trata da dimensão social existente em cada relato individual sobre o passado e afirma que a memória nunca é individual. “A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 1990, p. 75-76).

No material empírico desta dissertação, temos depoimentos que ilustram a relação da lembrança de um passado sendo atravessada pelo momento presente, como na fala de uma das depoentes, quando diz “eu não quero ficar relembando e talvez pra isso eu tenha que reencontrar ele e não quero”, relata a autora. Muitas narrativas demonstram como a memória, individual e coletiva, dialoga constantemente com as representações do tempo presente. Uma mulher aparenta não conseguir falar sobre o abuso sofrido ao próprio marido ao narrar: “Meu

³⁹ TAVARES, Flavia. **#PrimeiroAssedio você não está mais só**. 2015. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primeiroassedio-voce-nao-esta-mais-so.html>>. Acesso em 22 mai. 2020.

marido me disse uma vez que eu tinha pernas bonitas então deveria usar mais shorts e saias. Como explicar o receio?” (Figura 28). Já na Figura 29 temos um exemplo claro de outra mulher que tem o comportamento abalado no presente justificado pelo trauma experimentado no passado. “Tenho medo até hoje de passar perto de grupos de rapazes se puder mudo de calçada e abaixo a cabeça” (Figura 29).

Figura 28: Dificuldade em partilhar o abuso dentro de casa



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Figura 29: Comportamento afetado pelo abuso sofrido



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Hannah Arendt (1965) contribui para o diálogo ao trazer para a cena analisada a atmosfera de compaixão. A autora chama de “política da piedade” a prática de reconhecimento do outro, iniciada a partir da Revolução Francesa. A dor experimentada por pessoas estranhas tocava outras que não compartilhavam das mesmas experiências de sofrimento, sugerindo uma relação de empatia entre sofredor e espectador. Ainda de acordo com a autora, as narrativas de

vivências dolorosas despersonalizavam a vítima dentro dessa lógica da piedade. Isso porque sua experiência seria respaldada se representasse uma questão mais abrangente, que afetasse um número expressivo de pessoas, como no caso dos testemunhos de violência sexual. (ARENDR, 1965).

O volume de narrativas que dão conta de uma cadeia empática, reforçando as propostas de Arendt, é muito alto em nosso recorte. Na figura 30, vemos um testemunho que, apesar de não ter recebido comentários, relatou um episódio muito comum segundo as próprias vítimas de abuso sexual. A identificação foi tão intensa que os indicadores nos mostram que o post teve 39 *retweets*, o que significa que 39 usuários da rede compartilharam a narrativa. A figura 31 segue a mesma linha. A mulher conta uma situação em que o amigo do pai faz propostas sexuais a ela, quando criança, que corre com medo. O relato obteve 86 *retweets* e 175 *likes* (curtidas em tradução referencial).

Figura 30: Identificação com o relato



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Figura 31: Compartilhamento expressivo



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Sarlo, ao falar da expansão de micro histórias, afirma que o modelo contemporâneo de testemunhos ganhou atenção de dois ambientes que nos interessam demasiadamente: o

acadêmico e o midiático. Segundo o coletivo Think Olga (2015), a #primeiroassedio gerou alto apelo midiático, provocando forte repercussão, e possibilitando que o movimento se espalhasse amplamente na rede. A quantidade de depoimentos marcados pela *hashtag* foi expressiva. A ONG contabilizou, em menos de um mês de mobilização, mais de 82 mil *tweets* assinados com #primeiroassedio, lançados por mais de 35 mil usuários, além de perfis de meios de comunicação que também a repercutiram, como *El País*, Brasil Post, Carta Capital e BBC Brasil (no total, foram seis perfis pertencentes a veículos jornalísticos).

No âmbito acadêmico, o Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC), da Universidade Federal do Espírito Santos (UFES) desenvolveu uma análise quantitativa⁴⁰ em cima dos relatos marcados com a *hashtag*. Para isso, o LABIC recortou a primeira semana de mobilização e obteve os seguintes resultados:

[...] uma análise minuciosa do percurso da mobilização, desde o início da iniciativa da @ThinkOlga, com relatos de violência e divulgação da hashtag por perfis feministas ativistas, até a grande repercussão nas redes sociais e em portais de notícia. Na rede #primeiroassedio, foram contabilizados ao todo 88.847 tweets gerados por 35.266 usuários (Labic. Perdigão, 2015).

Nesta análise, também foi realizada uma busca por trabalhos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes (acesso livre) que contivessem a expressão “#primeiroassedio” no título ou no resumo da produção, totalizando 12 trabalhos (teses, dissertações, mas, principalmente, artigos científicos). Como o resultado não coincidia com trabalhos que já tínhamos acesso sobre o tema, ampliamos a pesquisa para a ferramenta Google Acadêmico, já que a mesma reúne, além de artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso e *papers* publicados em anais de eventos, possibilitando assim a localização de mais 318 trabalhos. Os dados comprovam a declaração de Sarlo – já exposta nesta dissertação – principalmente quando cita: “a expansão das ‘histórias orais’ e das micro histórias é suficiente para provar que esse tipo de testemunho obteve uma acolhida tanto acadêmica como midiática” (SARLO, 2007, p. 43).

3.2.2 O potencial terapêutico da exposição pública

Como temos visto, em experiências intrafamiliares de violência sexual, a literatura – principalmente a oriunda da psicanálise – indica que, quando a família acoberta e não denuncia os episódios violentos, implica graves consequências éticas, morais e psicológicas para a pessoa violentada (ACKERMAN et al, 1998). A partir da reação dos pais – na contramão da expectativa da criança – a menina submetida à violência sexual precisa elaborar suas

⁴⁰ LABIC. PERDIGÃO, L. #PrimeiroAssédio: uma breve análise sobre relatos e feminismo na rede. 2015. Disponível em: <<http://www.labic.net/blog/primeiroassedio-uma-breve-analisesobre-relatos-e-feminismo-na-rede/>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

consequências psicossociológicas, além da solidão e da impossibilidade de compartilhar sua dor e seu sofrimento, impostos pelo tabu do silêncio.

Com as mídias sociais, campanhas como a #primeiroassedio marcam o cenário contemporâneo permeado pela visibilidade e por novas formas de socialização. Nesse contexto, aquilo que era tabu e coberto por um muro de silêncio, passa a ser voluntariamente compartilhado com família, amigos e desconhecidos dos autores, permitindo novos significados para a percepção de privacidade e configurando o que foi chamado de “intimidade pública” por Arfuch, em 2010.

Já Sacramento, em “O espetáculo do trauma” (2016), delinea algumas fronteiras que, segundo o autor, separam o espaço público do privado, como a exposição da vida pessoal de celebridades e pessoas comuns nas mídias, a presença constante de telas nas residências, programas de TV como os *talk shows* e os *reality shows*, e a capacidade de conexão à internet, que aumenta exponencialmente. Nesse sentido, o autor aposta que invisibilidade seria um mal a ser evitado, “sinônimo de inutilidade, de insignificância e até mesmo de inexistência no tecido social” (SACRAMENTO, 2016, p. 165).

Entretanto, não podemos atribuir a valorização da exposição de si e da própria visibilidade como decorrência do ambiente digital. As mídias sociais deram voz a múltiplos locais de fala, mas, segundo Vaz e Santos (2014), a categoria psiquiátrica já legitimava os relatos feitos publicamente, acerca de experiências de sofrimento, permitindo o amplo conhecimento das vivências alheias. “O Transtorno de Estresse Pós-Traumático, ao retirar a dimensão do autoengano, permitiu a emergência das condições necessárias para a comunicação pública do trauma. O paciente traumatizado se tornou socialmente autorizado a dar o seu relato” (VAZ; SANTOS, 2014, p. 12).

A psicanálise pode ser lida como a precursora da criação e do desenvolvimento de uma cultura psicológica, somada a ampla gama de práticas terapêuticas – algumas centradas na sexualidade, como o tratamento de choque sobre a histeria –, que contribuíram para o aumento da capacidade de olhar para si, guiada pela manifestação pública de problemas privados, conforme Bourdieu *apud* Souza (2018). Tal posição dialoga com o “ethos terapêutico” na cultura contemporânea, de Sacramento, ou seja, uma dialética fundamentada na psicologia, que utiliza termos próprios da linguagem terapêutica como estresse, trauma, autoestima, síndrome e ansiedade, e os incorpora ao cotidiano.

Na contemporaneidade, os indivíduos são convidados a gerirem suas próprias emoções, em uma espécie de “autogoverno” de suas mentes, para, enfim, conseguirem elaborar experiências de sofrimento e potencialmente traumáticas. “O discurso terapêutico é, portanto,

o prenúncio de uma redefinição radical da subjetividade em que o dano emocional e a vulnerabilidade psicológica tornaram-se parte do novo roteiro cultural” (SACRAMENTO, 2016, p. 163).

A esta altura, consideramos relevante para a compreensão do papel do testemunho feito no espaço público, o entendimento de qual a contribuição dos relatos autobiográficos, expostos no ambiente digital, para o estado psicológico das narradoras. Pela ótica da psicanálise, temos visto que, até o advento da difusão em rede, “a voz das vítimas só era ouvida se fosse mediada e traduzida por profissionais, especialistas ou jornalistas que falavam em seu nome, porém, com a Internet, esse cenário mudou completamente” (RODRIGUES, 2019, p. 95).

O espaço virtual não deve ser dissociado do mundo real em nossa compreensão. Conforme Miller *et al.* (2016), as mídias sociais reproduzem e reforçam práticas de sociabilidade que acontecem no ambiente offline, mas de outras formas e em diferentes graus. O autor nos leva a entender – assim como Hine (2015a) – que o virtual, em geral, não é, por si só, um agente transformador. Ele é uma variável da prática social. Em 2009, Hine e Boyd afirmaram que a internet está densamente associada a outras mídias e interesses mercadológicos. O Twitter, por exemplo, rede social que subsidiou os testemunhos analisados nesta pesquisa, é um dos principais ambientes para o desenvolvimento de estratégias de integração entre televisão e redes sociais digitais (OLIVEIRA, 2020).

Contudo, a visibilidade permitida pelo ambiente digital também é apontada como um elemento terapêutico em casos como os testemunhos de experiências traumáticas (RODRIGUES, 2019). A iniciativa de testemunhar vivências de sofrimento no espaço público, com o objetivo de aliviar ou obter apoio emocional, é uma pista de que existem novas formas de lidar com a dor e dar sentido ao sofrimento, como diz Peter Novick:

houve uma mudança na atitude em relação à condição de vítima, de um status de ser universalmente evitado e desprezado, para um de ser frequentemente acolhido. No nível individual, o ícone cultural do herói forte e silencioso é substituído pelo anti-herói vulnerável e loquaz. O estoicismo é substituído pela sensibilidade como valor primeiro. Ao invés de sofrer em silêncio, permite-se que se exponha. Alega-se que dar voz à dor e à raiva é “fortalecedor”, assim como terapêutico (NOVICK, 2000, p. 8).

A prática de falar sobre si é estimulada em várias áreas da vida social. A cultura contemporânea mostra-se atravessada pela importância conferida ao testemunho público da vítima. Sacramento (2015) defende que o autor do relato é identificado e celebrado como um “sobrevivente” às experiências de sofrimento vividas. Já Miller (2012) entende as narrativas como um potencial para transformar a experiência dos leitores e telespectadores, conduzindo-os a um status de consumidores de vivências traumáticas. Miller também encara as narrativas

como formas de reelaborar o que aconteceu dentro de uma linguagem terapêutica. De acordo com o autor:

o testemunho da vítima conta, então, com uma forte tonalidade exemplar, fazendo com a experiência traumática transmute-se sob o ethos motivacional e capitalize sobre a tendência atual de autoajuda que usa o sofrimento como meio de desenvolvimento pessoal e de acesso à “verdade interior” dos sujeitos que apenas pôde ser alçada pela vivência de momentos marcados por abusos, violências, desgraças e angústias excessivas (MILLER, 2012, p.95).

Retomando a lógica da confissão enquanto ferramenta de auto elaboração do estado psicológico, a pesquisadora australiana Susannah Radstone prefere adotar o termo “testemunho” ao invés de “confissão” pois, para ela, “na confissão é o self que é examinado e envolvido — o self é o tema e o objeto de confissão. O objeto do depoimento testemunhal, por outro lado, é sempre um evento ou o outro, exterior à testemunha” (RADSTONE, 2006, p. 169).

Nessa direção, uma das leituras de Vaz (2014) é a sua dimensão enquanto estratégia discursiva, que dialoga com o sentimento de vergonha, refletido pelos autores dos testemunhos. “O questionamento do observador que se envergonhava promove e supõe um orgulho atual de ser o que se é e uma atitude de desafio e sedução em relação a todos aqueles que podem julgar seu desejo e comportamento” (VAZ, 2014, p. 41).

Vaz e Santos (2014) localizam, no mínimo, duas vantagens na prática testemunhal, especialmente em narrativas nas quais o autor se posiciona como vítima. Confere ao indivíduo uma explicação para seus sentimentos indesejados e permite que ele reforce seu conjunto de crenças e valores, mesmo na experiência do sofrimento. Em suas palavras:

existem ao menos dois benefícios em pensar a si próprio e a sua trajetória de vida por meio da figura da vítima: ela dá ao indivíduo que sofre uma explicação para seus sentimentos desagradáveis e permite que ele se mantenha nas suas crenças e valores, mesmo na experiência de sofrimento. Ao contrário da experiência da culpa moderna que, na insistência do desejo, abriria à possibilidade de questionamento, a narrativa da vítima, porque implica a dinâmica da acusação, barra a possibilidade do indivíduo se questionar acerca de sua própria moralidade (VAZ; SANTOS, 2014, p. 3).

A “literatura de testemunho” aponta que, muitas vezes, a busca pelo espaço público é consequência de um anseio por legitimidade e reconhecimento. No caso da mobilização pesquisada, especialmente no que tange o compartilhamento de episódios de abuso sexual, esse eco coletivo é ainda mais relevante para a exposição de práticas criminosas, afinal, como afirmou Levi (2004, p. 78) comunicar “é um modo útil e fácil de contribuir para a paz alheia e a própria”. Tal fala é contextualizada em:

salvo casos de incapacidade patológica, pode e deve comunicar-se: é um modo útil e fácil de contribuir para a paz alheia e a própria, porque o silêncio, a ausência de sinais, é por vezes um sinal, mas ambíguo, e a ambiguidade gera inquietude e suspeição. Negar que se possa comunicar é falso: sempre se pode (LEVI, 2004, p. 78).

Nessa linha de raciocínio, Paul Ricoeur entende a identidade narrativa como sendo um processo em que escrever sobre si é “narrar-se a partir do outro” (RICOEUR, 2007, p. 131), ou seja, “é no caminho da recordação e do reconhecimento, esses dois fenômenos mnemônicos maiores de nossa tipologia da lembrança, que nos deparamos com a memória dos outros” (Idem: *ibidem*). Podemos dizer, portanto, que há uma dimensão constitutiva no sujeito do testemunho, pois, ainda que fale sobre sua própria experiência, ele só o faz porque compreende que o objeto de seu relato ultrapassa a sua individualidade.

Também seria razoável concluir que a busca pelo reconhecimento da experiência humana serve como pano de fundo para grande parte das mobilizações sociais, principalmente as que se articulam em prol de questões identitárias. Ao engendrar a campanha #primeiroassedio, a ONG Think Olga parte do princípio de que tais vivências são imbuídas de subjetividade humana, e que os atores sociais anseiam pela validação coletiva. “Não é uma missão simples, indolor, fácil” (THINK OLGA, 2015).

Sob outra perspectiva, a não validação coletiva do caráter individual do testemunho tem potenciais negativos sobre a narradora, como a baixa autoestima e a sensação de autoimagem negativa, já que, nesses casos, há grandes chances de a depoente internalizar a reação dos espectadores. De acordo com a lógica da autoestima enquanto sinônimo de bem-estar e felicidade, amplamente difundida na cultura contemporânea, não é de se estranhar essa espera pelo reconhecimento público. Segundo Sacramento “o padrão geral de mudança é de uma intensificação do discurso do ‘ser feliz’ como alicerce do autogerenciamento, tornando o sujeito um empreendedor de si mesmo, sendo fruto das escolhas que autonomamente realizou”. (SACRAMENTO, 2016, p. 177).

Ainda em busca dos sentidos dos efeitos terapêuticos sobre os discursos, Lerner e Vaz (2017) contribuem para a análise em artigo sobre narrativas de pacientes vítimas de câncer, quando afirmam que o olhar do outro é fundamental para a construção identitária, principalmente no que tange a dor e o sofrimento. “Essa visibilidade muda o olhar do outro sobre si (pois contribui para forjar uma imagem mais “positiva” e “esperançosa” sobre o câncer, atenuando o estigma) e, ao mesmo tempo, provoca uma reconstrução de sua identidade a partir do olhar do outro” (LERNER; VAZ, 2017, p. 161).

Dessa forma, o reconhecimento público e a elaboração subjetiva do sofrimento podem ser compreendidos como elementos indissociáveis.

Juliana de Faria, criadora da ONG Think Olga, em entrevista para a revista Galileu (2018) sobre as campanhas engendradas pelo coletivo, especialmente a “Chega de Fiu Fiu” e a “#primeiroassedio”, faz uma análise em relação aos homens que demonstra a paridade entre a

subjetividade do sofrimento e o reconhecimento coletivo. “Os homens precisam falar disso entre eles urgentemente, precisam discutir a masculinidade, discutir por que eles assediam, por que se sentem na obrigação de assediar, por que isso vem sendo normalizado e precisam ensinar uns aos outros”, afirmou Faria. “Precisam também ouvir as mulheres, porque somos nós as sobreviventes da violência sexual e as vítimas”⁴¹.

E, finalmente, para Seligmann-Silva (2008), apenas a ação de tornar pública uma experiência íntima e dolorosa já seria suficiente para fazer com que ambos os sexos – mas, no caso dessa pesquisa, especialmente as mulheres – reavaliassem seu entendimento sobre si, e se voltassem para uma projeção de sobreviventes corajosos (em linha, portanto, com as considerações de Sacramento em 2015). “A linearidade da narrativa, suas repetições, a construção de metáforas, tudo trabalha no sentido de dar esta nova dimensão aos fatos antes enterrados. Conquistar esta nova dimensão equivale a conseguir sair da posição do sobrevivente para voltar à vida” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 11).

3.2.3 O caráter político dos autorrelatos

Com a quarta onda do feminismo, caracterizada e difundida por mobilizações online, a pauta esteve em forte evidência nos últimos anos, abrangendo a fase de eclosão da campanha #primeiroassedio. No ambiente acadêmico, nos movimentos sociais, e principalmente na internet, foram e ainda são propagadas vertentes do feminismo. Tais lutas, no espaço digital, costumam ser engendradas por coletivos, que podem ser compreendidos como organizações livres, com local de fala distante da política parlamentar e das organizações tradicionais (PEREZ; RICOLDI, 2018). A difusão de debates e militâncias no meio virtual apontam, segundo grande parte das autoras feministas trabalhadas neste projeto, para a mais recente onda do feminismo.

Nesse contexto, grupo de mulheres passam a se organizar de forma autônoma e a denunciar questões graves – como a violência sexual – com o respaldo do movimento feminista. No Brasil, o cenário vinha sendo desenhado para isso desde 1985, com o 3º Encontro Feminista Latino-Americano, considerado um marco por Djamila Ribeiro (2017b), que abriu as portas para futuros encontros e promoveu a organização de grupos defensores das minorias femininas (RIBEIRO, 2016, p. 46-47). Cabe pontuar que – neste momento – a autora debruçava-se sobre os movimentos de mulheres negras para tais análises.

⁴¹ GALILEU. **4 comentários que mostram a necessidade de conversarmos sobre assédio**. 2018. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/blogs/buzz/noticia/2018/01/4-comentarios-que-mostram-necessidade-de-conversarmos-sobre-assedio.html>>. Acesso em 26 mai. 2020.

Em um cenário de profusão de vozes políticas inseridas no feminismo, surgiu o conceito de interseccionalidade (ainda na terceira onda), como um estudo das diferentes identidades sociais e sistemas de opressão aos quais estão sujeitas as mulheres. “Os movimentos vêm juntando essas pautas sob o conceito de interseccionalidade, dando origem aos movimentos feministas interseccionais. Pode-se incluir, portanto, nessa segunda característica, a ampla adesão e a disseminação do feminismo interseccional” (PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 9).

O movimento engendrado pelo coletivo Think Olga, em 2015, por meio da #primeiroassedio, chama a atenção em meio ao vasto universo de temas, atores sociais e demandas políticas do feminismo contemporâneo. Identificamos, ao menos, duas questões que permeiam a mobilização: a necessidade despertada pela liderança da campanha em revelar vozes amadurecidas para um tema que ainda é tabu na sociedade contemporânea, e o uso do relato biográfico como instrumento na cena política e nas reivindicações sociais por direitos, em especial na luta contra a violência sexual.

Assim como podemos observar na fala de Juliana de Faria, ao analisar os resultados de sua campanha: “mas também descobrimos que anos de silêncio têm a capacidade de tornar as vozes ensurdecedores quando redescobertas. Nunca duvide do poder das redes sociais para provocar reflexão e empoderamento” (THINK OLGA, 2015, posição 2). Consideramos sua fala forte, embora o relato tenha um tom muito otimista em relação a valorização do poder das redes sociais na construção da voz.

Além disso, percebemos a relação entre a emergência da luta feminista pela vida plena da mulher com o combate à violência sexual, enquanto característica da opressão masculina (BOURDIEU, 2002a). A adoção de clivagens sociais relacionadas à opressão, como a de gênero, é um traço marcante da quarta onda feminista, e a internet pode ser considerada como um agente essencial no processo de diversificação de grupos sociais na medida em que abriu espaço para todas as discussões, dentro e fora da cena feminista (BLANDIN, 2017).

A percepção sobre a violência que oprime mulheres, assim como as formas de combatê-la, é citada no trabalho de Perez e Ricoldi (2018, p. 11), segundo o qual: “a partir do século XXI o movimento vislumbrou também um novo olhar sobre a questão da violência doméstica, pois o que era visto como um problema de ordem particular – em 2006, com a conquista da Lei Maria da Penha – ganhou agora um olhar”. Assim, a publicação oficial de uma lei que coíbe qualquer espécie de violência contra a mulher, como a intitulada Maria da Penha, impacta diretamente toda a luta feminista em prol dessas mulheres.

Nesse sentido, a fundadora do coletivo analisado considera a lei essencial para legitimar a batalha contra a violência doméstica. “A grande vitória da lei é que o número de pessoas que

a conhece é muito alto; então, ela tirou a violência de debaixo do tapete e mostrou que ela não é parte natural da vida"⁴².

Quase como um pano de fundo para toda a exposição de sofrimentos vivenciados pelo universo feminino, estão as sequelas psíquicas e emocionais, também encontradas nas bandeiras abraçadas coletivamente, ou como Friedan (1971) chamou de “mal sem nome”. Segundo a feminista, a questão psíquica era camuflada por revistas feministas da década de 1950, mas trazia – tanto entre as mulheres que a jornalista entrevistou quanto nela própria – um sentimento de vazio, de que faltava algo, de ter a impressão de não existir, ou mesmo encontravam-se cansadas e aborrecidas, facilmente, com as crianças e o marido. Os efeitos psicológicos eram, na época, restritos a consultórios de médicos, psicanalistas e, eventualmente, contornados com a ajuda de tranquilizantes (FRIEDAN, 1971).

O que a autora chama de “mal sem nome” chegou à imprensa na década de 1960, em artigos que abordavam a infelicidade feminina, mas, para ela, buscavam formas superficiais de explica-la. Os motivos apontados pelas mídias giravam em torno de aparelhos eletrodomésticos que não recebiam a manutenção adequada, excesso de reuniões de pais e mestres, além de questionamentos acerca da educação das crianças. Betty Friedan nunca se conformou com tais reduções. Nas palavras da autora:

[...] o problema não pode ser compreendido nos termos geralmente aceitos pelos cientistas ao estudarem a mulher, pelos médicos ao tratarem dela, pelos conselheiros que as orientam e os escritores que escrevem a seu respeito. A mulher que sofre deste mal, e em cujo íntimo ferve a insatisfação, passou a vida inteira procurando realizar seu papel feminino. Não seguiu uma carreira (embora as que o façam talvez tenham outros problemas); sua maior ambição era casar e ter filhos. Para as mais velhas, produtos da classe média, nenhum outro sonho seria possível. As de quarenta ou cinquenta anos, que quando jovens haviam feito outros planos e a eles renunciado, atiraram-se alegremente na vida de donas de casa. Para as mais moças, que deixaram o ginásio ou a faculdade para casar, ou passar algum tempo num emprego sem interesse, este era o único caminho. Eram todas muito “femininas” na acepção comum da palavra, e ainda assim sofriam do mal (FRIEDAN, 1971, p. 27).

Dessa forma, temas emergidos por ícones do movimento como Friedan e Beauvoir, como já apontado nessa dissertação, entraram nas pautas feministas, como as questões de gênero, e estão por trás das mobilizações contemporâneas, como a #primeiroassédio, objeto dessa análise.

O “mal sem nome” de Friedan, por exemplo, pode ser encontrado nos relatos que falam dos vazios sentidos após a agressão, como no caso de uma mulher que, em seu depoimento, comenta: “Abriu um buraco no chão e eu queria cair dentro, eu não conseguia me mexer tamanho pavor. Deu um nó aqui só em lembrar”, diz a depoente. Sentimentos expostos em falas

⁴² DW. Dez anos de Lei Maria da Penha: avanços e lacunas. 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/dez-anos-de-lei-maria-da-penha-avan%C3%A7os-e-lacunas/a-19454741>>. Acesso em 26 mai. 2020.

como essa corroboram a premissa de que bandeiras levantadas por feministas como Friedan e Beauvoir, embora tenham sido emergidas em outras época e contexto, iniciaram uma luta pelo espaço da subjetividade feminina no espaço público.

Já na perspectiva do papel do testemunho enquanto ferramenta política, ao cunhar o termo “espaço biográfico”, Leonor Arfuch (2010) refere-se ao grande crescimento de autorrelatos com caráter testemunhal, e que emergem nos múltiplos campos da experiência social. A pesquisadora compreende a modalidade de escrita como autobiografia, e o descreve como uma narrativa retrospectiva que o sujeito faz de sua própria trajetória, pela qual suas individualidades e personalidade são evidenciadas. “O pacto autobiográfico, garantido pela coincidência entre autor, narrador e personagem, faz com que essas narrativas em primeira pessoa sejam consideradas mais autênticas, reforçando a autoridade da experiência” (RODRIGUES, 2019, p. 83).

Igor Sacramento, em seu artigo “A era da testemunha: uma história do presente” (2018), defende a ampliação desse espaço biográfico e aponta o ambiente digital como um dos meios mais expoentes da voz autobiográfica, que tem se mostrado um importante local de articulação e mobilização política. Segundo o autor, a internet tem exposto a vida íntima tanto de pessoas célebres como de anônimos, que voluntariamente compartilham suas histórias e que, antes, eram reservadas ao ambiente privado de cada indivíduo.

A difusão das “narrativas do eu”⁴³ é apontado como um recurso cultural, mas também político da contemporaneidade. No artigo em questão, Sacramento afirma que o testemunho tem sido um instrumento frequente para denúncias e reivindicação de direitos por diversos grupos sociais, incluindo as mulheres.

[...] o testemunho deve sua proeminência como uma ferramenta política aos aparelhos interpretativos em que foi incorporada e ao raciocínio ético a que deu origem, que evoluiu conjuntamente com os dilemas de testemunhar e as controvérsias que desencadeou. O testemunho tem sido frequentemente acionado como uma forma de denúncia, de ação política, baseada na experiência pessoal (SACRAMENTO, 2018, p. 131).

Os autorrelatos analisados nesta pesquisa corroboram tais posicionamentos. De maneira geral, os posts exemplificam o que Sacramento chama de “pequenos testemunhos” de vivências cotidianas de sofrimento. No depoimento da Figura 32, a narradora confia que denunciou seu agressor motivada pela mobilização digital: “encorajada por um terapeuta e pela campanha #PrimeiroAssedio, ontem o denunciei” (Figura 32).

⁴³ Termo utilizado por Sacramento em diversos momentos da obra de 2018.

Figura 32: Denúncia oficial motivada pela campanha



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Já os “grandes relatos”, de acordo com Sacramento (2018), estariam relacionados a episódios como o Holocausto, ou outros processos de grave crise na cena pública. Uma testemunha importante do pior massacre da história da humanidade foi Primo Levi, sobrevivente do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau. Suas obras, como o livro “É isto um homem?” trabalhado nessa dissertação, são narradas em tom testemunhal e contribuíram para a esfera política à medida que tornaram públicos os acontecimentos expostos pelo autor.

No Brasil, a Ditadura Militar (1964-1985) foi uma das cenas políticas com maior repercussão de grandes relatos. De acordo com Seligmann-Silva (2010) os testemunhos produzidos foram essenciais para que a barbárie de uma época fosse conhecida, “apesar de o Brasil ainda possuir uma produção de cunho testemunhal limitada quando o comparamos a outros países latino-americanos que também experimentaram regimes totalitários, como Argentina, Chile e Uruguai” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 15).

Consideramos as reflexões acima relevantes para o tema estudado, para demonstrar que, conforme Vaz e Santos (2014), as produções de autorrelatos de dor e sofrimento, que caminham na construção da subjetividade da vítima, não estão atreladas apenas ao campo da sexualidade, apesar da violência sexual ser o pano de fundo do objeto desta pesquisa. Para os autores:

a transformação destas desigualdades sociais em narrativas de vitimização coletivas baseadas na experiência de preconceito fornece aos indivíduos uma retórica que garante a sua autenticidade por não se adequar à moralidade hegemônica e lhes confere a superioridade moral que é atribuída à vítima. É a experiência de sofrimento que torna estas identidades dignas de admiração e respeito (VAZ; SANTOS, 2014, p.7).

Santos e Sanchotene (2019) demonstram que os relatos, de maneira geral, falam tanto sobre a experiência de sofrimento como sobre a superação obtida através da autoaceitação e do afastamento que o indivíduo faz do julgamento alheio. O sofrimento das mulheres observadas

por meio de relatos, como os que foram recortados da campanha #primeiroassedio, é analisado enquanto ampliadores de questões psíquicas mais profundas, como depressão e crises de ansiedade, além de sujeição a relacionamentos abusivos. “Frisando a dimensão do bem estar mental, cada vez mais mulheres vêm ao espaço público para narrar suas próprias experiências, responsabilizando a gordofobia e a pressão social pelos seus diversos sofrimentos” (SANTOS; SANCHOTENE, 2019, p. 2).

3.3 O UNIVERSO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Em meio a centenas de trabalhos sobre feminismo com estudos que se debruçaram, inclusive, sobre a campanha #primeiroassedio, acreditamos que o diferencial deste projeto está na correlação entre o objeto de estudo e o diálogo interdisciplinar que abrange a Comunicação Social, a Psicossociologia, e, mais especificamente, os estudos das representações sociais, atravessados pela antropologia digital. Todo esse arcabouço teórico nos permite um olhar múltiplo sobre uma questão que nos abre inúmeras possibilidades de reflexão.

Nesta seção, concentraremos o olhar da antropologia digital baseado nas visões de Machado (2017), Miller (2014) e Van Dijck (2007). Além disso, cruzaremos os resultados com os estudos das representações sociais, especialmente por meio de Jodelet (2001) e Moscovici (2011).

3.3.1 O ambiente digital em pauta: como os testemunhos revelam representações

Como vimos na seção 3.2, os danos psicológicos aos quais as vítimas de violência sexual estão sujeitas podem estar relacionados tanto às circunstâncias em que o abuso sexual aconteceu, quanto à intervenção feita pela família, após a revelação do episódio por parte da criança (FREUD, 1894; FERENCZI, 1992). Os relatos analisados apresentaram características que evidenciaram aspectos da representação social do abuso sexual infantil, associada à crença na fragilidade do testemunho da criança e em sua sensibilidade, corroborando o que Moscovici (2011) afirma sobre as representações servirem para familiarizar o não familiar.

O autor observa que todas as interações humanas decorrentes de duas pessoas ou dois grupos caracterizam representações sociais, as quais acontecem por meio do processo de tornar comum o que ainda é restrito. Assim, as informações transitam entre os grupos por intermédio das representações dadas aos eventos, às pessoas, aos acontecimentos, permitindo aos indivíduos o encontro de significados para o que observam ou vivenciam (MOSCOVICI, 2011).

Nessa direção, a fábula da criança mentirosa, especialmente em famílias que não conseguem lidar com o conflito, seria mais aceitável, com consequências menos danosas, do que a crença na realidade da prática de atos sexuais entre um adulto e uma criança. Esse senso comum é tão forte, que se revelou capaz de inibir os relatos de algumas vítimas, como no caso da figura 33, em que a narradora confessa só ter tido coragem de contar para a mãe aos 28 anos de idade.

Figura 33: Representação construída inibe o relato da vítima



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Por outro lado, seria injusto afirmar que não existe o contraponto: o da crença no relato da criança, pais que estão atentos e reagem imediatamente à questão, em favor da vítima. Entretanto, em nossa amostra, essa é a parcela mínima: 1 de 10 casos agregados ao eixo (a), que refletiu sobre a reação dos pais. O caso está exposto na figura 34, quando a depoente conta que a mãe expulsou o amigo da família de casa após a agressão, que ficou subentendida no testemunho da mulher.

Figura 34: Reação positiva da mãe, em favor da vítima



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Na perspectiva de Moscovici (2011), as representações sociais são formadas entre a aparência e a realidade, entre projeções que formamos e os fenômenos. A mobilização engendrada pelo coletivo feminista corresponde a essa corrente teórica na medida em que a ação é pública e representa um traço da subjetividade humana. Tal aspecto compartilhado e subjetivo das representações sociais não é produzido por um sujeito único, mas está em circulação pelo pensamento dos indivíduos, na coletividade.

Esse movimento cria uma espécie de jogo de visibilidade e anonimato social, formando representações que, segundo o autor, ordenam as perspectivas sobre a vida cotidiana. Portanto, podem ser compreendidas como “representações que tanto nos orientam em direção ao que é visível, como àquilo a que nós temos que responder; ou que relacionam a aparência à realidade; ou de novo àquilo que define essa realidade” (MOSCOVICI, 2011, pp. 31-32).

No depoimento da figura 35, vemos um clássico exemplo de representação construída a partir de um estereótipo formado, coletivamente, da figura do agressor. A mulher cita alguns perfis comumente encontrados em episódios de abuso e assédio sexual, e se reconhece vítima de todos eles. “Sabe o tio? O primo? O pai da amiga? Sabe o amigo da família? Sabe o vizinho?... Lidei com eles dos 7-8 anos até 14-16” (Figura 35). O relato chamou a atenção ao longo da pesquisa, uma vez que todos os agressores apontados na narrativa correspondem aos nossos critérios estabelecidos no capítulo metodológico.

Figura 35: Representação da figura do agressor



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Jodelet (2001), que aprofunda e desenvolve os estudos de Moscovici (2011)⁴⁴, entende que essa realidade tida como objeto social diante do qual se elaboram as representações,

⁴⁴ Ano da edição utilizada.

funcionam como uma base para a ação, definição e interpretação dele e nele. Em seu entendimento:

frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo e enfrentá-lo. Eis porque as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva. (JODELET, 2001, p. 13).

A partir de seus estudos, podemos compreender que, enquanto fenômeno social partilhado, constrói-se a representação sobre a complexidade entre o objetivo e o subjetivo. Desse modo, a violência (de uma maneira geral, não apenas a sexual), do ponto de vista das representações sociais, abarca conceitos e ideias já circulantes na sociedade e que governam as relações dos indivíduos, os modos de estar e participar dos espaços, os conhecimentos que são utilizados para perceber e reconhecer os elementos centrais da cena cotidiana. Na mesma linha, a representação é capaz de organizar as interpretações e as ações sociais. Assim, a campanha #primeiroassédio é instaurada e desenvolvida como um circuito simbólico. No portal da Think Olga, idealizadora do movimento, vemos como isso ocorre na prática.

[...] Mas o que é esse assédio? Todos os dias, mulheres são obrigadas a lidar com comentários de teor obsceno, olhares, intimidações, toques indesejados e importunações de teor sexual afins que se apresentam de várias formas e são entendidas pelo senso comum como elogios, brincadeiras ou características imutáveis da vida em sociedade (o famoso “é assim mesmo...”) quando, na verdade, nada disso é normal ou aceitável (THINK OLGA, 2013).

A figura 36 traz um depoimento que exemplifica o recurso da representação, utilizado pelo agressor para neutralizar a vítima. A narradora conta que o padrasto “fazia questão de passar a mão em mim dizendo ser ‘coisa de pai’” (Figura 36).

Figura 36. Representação como um recurso utilizado pelo agressor



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Retomando Moscovici (2011), as representações sociais também são constituídas de alguns processos e potencialidades. Em nossa análise, esses mecanismos são produzidos e difundidos pelas narrativas testemunhais de violência sexual, que, pelo caráter autoral, permitiram sua repercussão nos ambientes social e histórico em que estão inseridas. Moscovici atribui a tais características os termos: convencionalização, ancoragem e objetivação. Em sua teoria, convencionalização e ancoragem caminham juntas. A primeira refere-se ao processo de produção de convenções sobre objetos, pessoas e acontecimentos, em que as representações “lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de um determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas” (MOSCOVICI, 2011, p. 34).

Seriam questionamentos próprios para a construção da convencionalidade: de onde vem as ideias da figura do agressor?; de onde vem a insegurança no ambiente familiar para compartilhar experiências de abuso e assédio sexual?. As mídias sociais contribuem na difusão dos arquétipos, mas tais representações também estão relacionadas com o conjunto de crenças compartilhadas pelas famílias, que, como já visto, tem o potencial de silenciar ou de incentivar a pessoa que sofreu a violência.

Já a ancoragem pode ser compreendida como o processo que “transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com o paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (MOSCOVICI, 2011, p. 62). Ou seja, uma taxonomia. Nessa direção, a cena em que o agressor abusa sexualmente da vítima pode ser lida como uma representação ancorada, algo próximo a uma rotulação de indivíduos e de acontecimentos, uma vez que – antes de serem expostos – tanto os atores sociais quanto o fenômeno em si já haviam sido classificados. Assim, podemos dizer que o conhecimento que a sociedade possui sobre as condutas e os ideais coletivos faz com que a narrativa testemunhal se legitime e seja reconhecida publicamente.

Dentro dos conceitos de convencionalização e ancoragem de Moscovici (2011), podemos nos questionar sobre como fica a representação da imagem do pai na cabeça de uma criança, vítima de violência sexual dele próprio no papel agressor? Na figura 37, vemos um depoimento em que a mulher declara ter sido “molestada a força” pelo pai, dos 7 aos 15 anos. Esse contexto ficou em evidência na pesquisa. Das 50 mulheres, cinco explicitam que foram violentadas pelo próprio pai e duas deixam uma relação paternal implícita quando afirmam “por quem deveria me proteger”.

Figura 37: Agressor desconstrói a representação paterna



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Finalmente, para Moscovici (2011), a objetivação é resultado dos processos anteriores e tange a integração à experiência, materializando-a. “Em outras palavras, tal autoridade está fundamentada na arte de transformar a representação em na realidade da representação; transformar a palavra que substitui a coisa, na coisa que substitui a palavra” (MOSCOVICI, 2011, p. 71). Dessa forma, compreendemos que as representações da violência sexual se sobrepõem à sua vivência. Um fenômeno subjetivo, que, por meio da repercussão promovida pelas mídias sociais, organiza práticas cotidianas, emerge discursos carregados de traumas, medos, inseguranças, e, em outra esfera, denúncias tanto da violência praticada quanto de seus agressores. Entendemos que há um diálogo complexo entre a representação e a experiência social, no qual as narrativas digitais participam ativamente.

Sob outra perspectiva, ao trazer a antropologia digital para a discussão, ampliamos o olhar na direção do local de fala e das práticas que transformam as narrativas em representações. Isso porque, segundo Miller e Horst (2012), a internet promove, realmente, novas formas de enxergar o mundo, mas também permite novos constrangimentos. Significa dizer que a internet promove aberturas e possibilita fechamentos de visões de mundo.

Assim, caminha o local ocupado pelas mídias sociais no estudo da campanha #primeiroassedio. Elas viabilizaram espaços seguros para a produção e exposição dos testemunhos, mas, em paralelo, permitiram a sensação de vulnerabilidade para algumas mulheres. Exemplo desse precedente encontramos em post feito pelo coletivo Think Olga, no auge da mobilização, dizendo: “Estamos recebendo dezenas de depoimentos sobre #primeiroassedio via *inbox* [correio privado de mensagens] de mulheres que têm medo de contar suas histórias publicamente”, destacou o perfil oficial da ONG. O engajamento foi

imediatamente: “o nível do trauma é tanto, que a vítima tem vergonha! Foda, o #primeiroassedio e os seguintes”, comentou uma mulher na publicação oficial.

Tais evidências dão conta do aspecto vulnerável apontado por Miller e Horst (2012) e, por essa razão, direcionamos nosso olhar aos sentidos atribuídos nos testemunhos, os quais configuram novas possibilidades de elaboração do trauma ou ratificam vulnerabilidades. O aspecto positivo das mídias é encontrado em relatos como o de uma mulher que elogiou o ato de testemunhar feito pelas aderentes à campanha “Ver meninas se expondo por uma causa maior, a violencia sexual, me da orgulho, todas unidas” (*sic*), disse a usuária no Twitter. Traços de reforço e benefícios levantados pela campanha são vistos em centenas de posts, matérias e trabalhos acadêmicos sobre o tema.

Por outro lado, a vulnerabilidade das mídias sociais também foi encontrada durante a pesquisa. A figura 38 mostra o relato de uma mulher que afirmou não ter conseguido mais parar de pensar nos assédios que sofreu, após escrever e publicar seu testemunho. O post foi comentado por outra usuária, que revelou ter a mesma sensação. “Hoje escrevi meu depoimento e o resultado foi uma noite em claro assombrada por lembranças”, responde a usuária.

Figura 38: Vulnerabilidades acentuadas pela campanha nas mídias sociais



Fonte: Twitter de uma das depoentes da campanha #primeiroassedio

Caminhando para o fim desta seção, foi possível perceber, dentro do contexto apresentado, que o espaço digital, por meio da campanha #primeiroassedio cumpriu algumas funções. Falaremos sobre as conclusões encontradas no capítulo de considerações finais, mas

podemos adiantar que as mídias sociais revelaram ter a potência de fazer memória de experiências de sofrimento – para além dos álbuns e recordações felizes comumente compartilhadas – e, através delas, a noção de passado é reconstruída, tanto em relação às vidas privadas, como na vivência coletiva (VAN DIJCK, 2007).

3.3.2 *Polymedia* e as diferenças de formato e conteúdo dos testemunhos no Facebook, Twitter e Instagram

Como estamos vendo, as diferentes representações sociais ou discursos dominantes tem modos de expressão singulares em cada plataforma disponível, com seus códigos e repertórios próprios. E, especialmente, com potencial de acolhimento voltado para cada grupo social. A mobilização #primeiroassedio não foge à regra. A campanha repercutiu em diferentes mídias sociais, com linguagem e movimentos próprios para cada uma delas.

Compreendemos esse caráter multifacetário a partir do conceito de *polymedia*, ou seja, “uma categoria teórica que aborda o processo de escolha na ambiência dos usos de meios digitais” (MACHADO, 2015, p.2). Tal proposição teórica para o campo da comunicação considera as escolhas envolvidas nos usos das diferentes mídias e plataformas, dependendo menos de fatores como acesso, custo ou habilidade de uso, apontando para aspectos sociais, morais e emocionais das decisões.

Nesse sentido, começamos a apreciação com a declaração do próprio coletivo responsável pela campanha. “Demos ali [no dia 21 de outubro de 2015] a largada em um movimento catártico e gigantesco de mulheres que, até em 140 caracteres, ajudaram a mostrar que o que aconteceu com a cozinheirinha de 12 anos é a simples realidade das meninas brasileiras. E o quão absurdo é que uma criança tenha que passar por isso”, diz o texto de análise do movimento. A figura 39 mostra uma nuvem de palavras organizada pela Think Olga com as mais citadas entre os posts feitos no Twitter.

Figura 39: Nuvem de palavras a partir do Twitter



Fonte: THINK OLGA, 2015. Disponível em: <<https://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>>. Acesso em 9 mai. 2018.

As motivações que fizeram a ONG lançar a campanha foram eclodidas no próprio Twitter. No mesmo dia em que o programa estreou na TV Band, comentários feitos por usuários da rede reforçaram as referências sexuais feitas, ao vivo, sobre Valentina, como: “sobre essa Valentina: se tiver consenso é pedofilia?”; “pra valentina entrar no programa teve q fazer uma suruba com o fogaça e jacquian [sic]”; “e a valentina fazendo aqueles prato [sic] no MasterChef..... Vagabunda demais”, diziam alguns posts, como demonstra a figura 40 que traz uma montagem criada pela revista Capricho, em outubro de 2015, com alguns comentários pejorativos publicados no Twitter.

Figura 40: Montagem de posts que motivaram a campanha



Fonte: Revista Capricho, 2015. Disponível em: Disponível em: <<http://capricho.abril.com.br/vida-real/repercussao-caso-valentinadebate-online-assedio-pedofilia-915242.shtml>>. Acesso em 10 abr. 2018.

No Facebook, a repercussão foi igualmente expressiva. Os relatos das experiências foram diferentes, pois, como não há a restrição de conjunto de palavras ou de caracteres, os textos mostraram-se mais encorpados, com histórias completas e mais detalhadas entre as narrativas. Exemplo disso é o depoimento da figura 41. A mulher inicia o texto contando que foi inspirada a escrever e a “romper as barreiras da intimidade” por ter lido o testemunho de uma amiga na mesma rede.

O texto é apresentado em 5 parágrafos. No primeiro, ela faz a introdução descrita e cita a importância do fim do silêncio. O segundo parágrafo é a narrativa do abuso, de fato. No terceiro, a autora intercala o texto com a sua avaliação da cena – agora, adulta – e, em seguida, retoma a história. Finalmente, no quinto parágrafo, faz uma breve análise sobre a postura feminina e compartilha sua solidariedade com as demais vítimas que aceitaram expor suas experiências em rede.

Figura 41: Exemplo de testemunho exposto no Facebook

26 de outubro de 2015 · 🌐

Inspirada pela amiga Beatriz Provasi resolvi romper as barreiras da intimidade e também falar sobre o #primeiroassédio. Porque este é daqueles momentos em que a sociedade realmente para pra se repensar. Porque a gente só se toca que o assédio é comum quando ouve a história de alguém do convívio. E porque eu acredito que, sim, demora, mas as pessoas transformam realidades.

Eu tinha entre 9 e 11 anos, não lembro bem quando começou, nem quanto tempo durou. Essa pessoa próxima da família me rondava – botava o membro pra fora quando estava perto, passava a mão no meu peito no banco de trás do carro. Eu fazia cara feia, empurrava. Um dia ele chegou a me tocar e fiquei paralisada.

Já adulto, vc não entende o por quê da não reação quando criança. Assédio era um alerta constante das mulheres mais velhas para as jovens da família. Mas nunca tive a reação de relatar os fatos. Acho que a criança não tem total noção da situação: algo estranho e incômodo acontece. É isso. E sendo alguém da família, é como se houvesse ao mesmo tempo um instinto de proteção. Portanto, esse talvez seja o mais cruel tipo de assédio. Ele é intensivo e emocionalmente atordoante.

A história se estendeu sei lá por quanto tempo até o dia em que acordei com a pessoa seminua no meu quarto. Gritei histericamente. A casa acordou. O caso nunca mais aconteceu. Pouco se falou nisso.

Por ser o assédio mudo, às vezes cego e surdo, que tantas mulheres aqui se propõem a fazer esse relato íntimo, difícil e constrangedor. Meu respeito a todas elas. ❤️

👍 outras 78 pessoas 33 comentários

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Fonte: Facebook de uma das depoentes

Segundo Santini, Terra e Almeida (2016), isso acontece porque o Facebook funciona expandindo estruturas de mobilização, já que as ferramentas e algoritmos da rede permitiam, na ocasião, a unificação dos usuários a partir da identificação de uma causa, e facilitaria a circulação dos textos entre os seus amigos (feministas e não feministas), usuários da rede. Na avaliação das autoras, esses mecanismos próprios do Facebook corroboram com a ideia de que “ao fazer uma denúncia de violência contra a mulher, o crime deixa de ser invisível e se torna público, gerando empatia de outras mulheres que sofreram situações semelhantes ou daquelas que se identificam com a vítima em algum nível ou circunstância” (SANTINI, TERRA E ALMEIDA, 2016, p. 8).

Nessa direção, a internet, de maneira geral, tem demonstrado ser um terreno fértil para manifestações referentes a diversas inquietações sociais. Ainda sobre as características próprias do Facebook, a rede de amigos de cada usuário é composta por laços fortes e próximos do dono do perfil, e contatos mais distantes, como conhecidos, colegas de trabalho, pessoas que já passaram por sua história, entre outras opções. Foi essencial ter essa dimensão em mente durante a análise do depoimento da figura 42, em que a vítima revela casos frequentes ocorridos com o caseiro da família. O post obteve 71 comentários, demonstrando um fortíssimo engajamento, e sustentando a dinâmica do feminismo na rede, pautada na solidariedade de indivíduos mobilizados, sejam pessoas próximas ou não.

Figura 42: Engajamento do público no Facebook

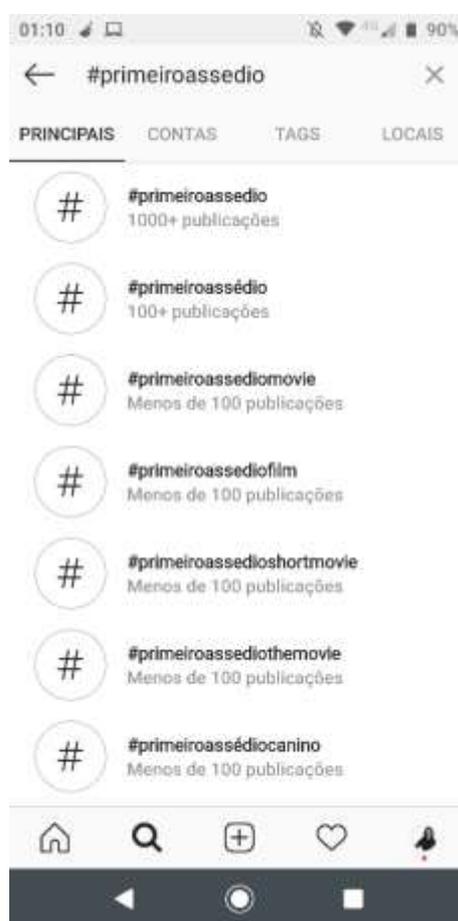


Fonte: Facebook de uma das depoentes

Já o Instagram, também com traços próprios, foi a rede que mais dificultou a pesquisa pela #primeiroassedio no espaço de tempo recortado nesta pesquisa: outubro a dezembro de 2015. Isso porque o buscador da plataforma apresenta os resultados das *hashtags* por ordem de relevância, sem possibilidade de filtragem por data, como veremos na figura 43. Além disso, a #primeiroassedio é, até os dias atuais, muito utilizada na rede, que tem como principal característica o compartilhamento de imagens.

Ainda assim, em pesquisa aleatória pelas datas, destacamos dois posts que demonstram particularidades desta mídia social. O primeiro deles, na figura 44, mostra um clássico da campanha nesta plataforma: imagens fortes e dizeres que contradizem o que se vê na foto. Já a figura 45, traz uma imagem que destaca parte do depoimento da usuária. Para isso, ela criou uma arte com a frase que desejou dar ênfase: “hoje depois de muito tempo eu me sinto bem. Eu consigo compartilhar essa história” (Figura 45). Tais imagens reforçam o traço da *polymedia* que pressupõe que escolhas feitas pelos usuários de cada plataforma é tangida por interesses emocionais (MADIANOU, MILLER, 2013).

Figura 43: Disposição da pesquisa por *hashtag*



Fonte: Instagram, aba de pesquisas

Figura 44: Paradoxo entre imagem e texto no Instagram



Fonte: Instagram de uma manifestante da campanha #primeiroassedio

Figura 45: Imagem destaca parte do testemunho



Fonte: Instagram de uma das depoentes

Outra questão que achamos relevante mencionar novamente nesta pesquisa – para reforçar a relevância do tema e mostrar que ele pode ser observado por diversos aspectos – é o fato das mídias sociais não serem um meio de comunicação acabado, mas apresentam-se em constante transformação (HINE, 2015a). O Facebook já foi a mídia de maior destaque, após o declínio do Orkut. Durante esta pesquisa, percebemos que ele já não possui o mesmo status, perdendo espaço para o Instagram e o Twitter, além de outras redes que não entraram nesta análise.

Ao analisar as mídias sociais, buscamos “compreender como certas experiências culturais precedentes tendem a influenciar no modo como as culturas atuam na apropriação e produção de sentido de dispositivos tecnológicos contemporâneos (Machado, 2017, p.01).

Pensar a relação das pessoas com a cultura a partir de suas redes de sociabilidade é, também, entender como o ambiente digital pode moldar as narrativas ao mesmo tempo em que é estruturado de acordo com os usos.

Nesse sentido, observamos que a mídia que obteve a maior demonstração de apoio pelo sexo masculino foi o Facebook. O engajamento foi tamanho que o jornal O Globo⁴⁵ publicou uma matéria na qual homens contavam que, ao ler os depoimentos na internet, perceberam que também já foram abusadores. O jornal lançou uma nova *hashtag*, a #meaculpa, pela qual os homens reconheceriam seu machismo. A proposta, entretanto, não agradou a todos. Algumas feministas se posicionaram, alegando que a iniciativa ofuscava o protagonismo das vítimas, retirando a voz das mulheres na cena social – que há muito estava silenciada – para, mais uma vez, permitir aos homens o local de fala. A figura 46 traz um dentre dezenas de exemplos de posts feitos no Twitter, que rechaçaram a iniciativa do jornal.

Figura 46: Manifestação contrária à iniciativa #meaculpa



Fonte: Twitter de uma das manifestantes da campanha #primeiroassedio

Assim, para além da compreensão do aspecto plural das plataformas, temos um estudo de comunicação nas mídias sociais, ou como descreveu Miller et al. (2016, p. 20): “gêneros conversacionais nos processos de comunicação”. Nesse caso, as plataformas funcionam como modos pelos quais as comunicações são realizadas em determinado momento.

Hine (2015a) complementa o argumento acima por meio de uma concepção da internet a partir dos conceitos “*embedded, embodied and everyday*” (Idem: p. 1), em tradução livre:

⁴⁵ O GLOBO. URBIM, Emiliano; DALE, Joana; LOBO, Thais. Tocados pelo #primeiroassedio, homens fazem mea-culpa. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/tocados-pelo-primeiroassedio-homens-fazem-meaculpa-17975262>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

embutida, incorporada e cotidiana. Em resumo, o conceito de embutida se deve ao fato de o meio virtual estar presente por dispositivos diferentes, afetando a relação das pessoas entre si e com os objetos / máquinas. O termo “incorporada” está relacionado ao fato de que as ações feitas na internet não podem ser separadas do indivíduo que as provocou. Nesse sentido, a autora percebe uma continuidade entre o online e offline dos sujeitos sociais. Por fim, a internet é cotidiana porque está inserida na rotina dos indivíduos.

Contudo, o fenômeno do *polymedia*, cunhado por Miller (2016), ocorre, não por uma escolha técnica, mas como consequência de julgamentos morais feitos sobre o uso das mídias. Nessa perspectiva, compreendemos que os diferentes usos e possibilidades de cada rede é senso comum nas comunidades de usuários. O que, talvez, possa ser um campo invisível é o que faz uma mulher escolher determinada mídia ao escrever e publicar o seu relato sobre a violência sexual sofrida.

O conceito de *polymedia* corresponde com as ideias de Van Dijck (2013) quando diz que a “sociabilidade” da internet é comumente confundida com a quantidade: “quanto mais contatos você tiver e fizer, mais valioso se tornará, porque mais pessoas acham que você é popular e, portanto, desejam se conectar com você” (DIJCK, 2013, p. 13). Não alheias a isso, as mulheres organizam suas mídias sociais e os contatos que possuem em cada uma. Da mesma forma, tomam uma decisão ao postar seus testemunhos, diferenciando, inclusive, o que vai para a *timeline* (linha do tempo, em tradução literal) e o que entra nos ambientes efêmeros.

Durante a pesquisa, encontramos um relato em que a autora iniciava o texto informando que, para se preservar, filtrou os pais e familiares do post. O relato foi publicado no Facebook e, infelizmente, não tivemos tempo de salvá-lo antes do veto que a mídia social fez aos pesquisadores, já indicada nesta dissertação.

No livro *How the world changed social media*, Daniel Miller (2016) afirma que cada mídia social possui um propósito, não dito, mas socialmente compartilhado em relação à proximidade entre as redes de relacionamento de um indivíduo e seus conteúdos publicados. O estudo do antropólogo nos permite compreender que novas funcionalidades continuarão surgindo e, em sua medida, direcionando novas escolhas e denunciando novos modos de sociabilidade e exposição da subjetividade humana.

Desse modo, encerramos o percurso de análise e detalhamento dos principais resultados obtidos com a pesquisa, que foram organizados por eixos temáticos e por temas que sustentaram a análise do discurso, para deflagrar aspectos que mais contribuem para a resposta à questão central deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 2015, ano em que o objeto desta investigação foi eclodido, o feminismo vem ocupando um papel de alto destaque no espaço público. Pautas feministas têm apoiado e, em alguma escala, sustentado clivagens sociais por meio de coletivos como a Think Olga. Nossa pretensão inicial era adotar a análise do discurso sobre testemunhos emergidos pela campanha digital #primeiroassedio. A realidade, porém, nos mostrou ser indissociável a leitura deste movimento individualmente. Por isso, fez-se necessária sua contextualização, tanto dentro da trajetória feminista e de sua taxonomia por ondas, como em um cenário de outras mobilizações, formada por mulheres vítimas de alguma violência sexual, que nos fez observar movimentos no intervalo entre 2013 e 2017.

Ainda assim, procuramos não nos distanciar do objetivo central deste trabalho, que foi investigar o lugar do testemunho feminino exposto no espaço público, em termos éticos e simbólicos, no sofrimento humano. Tentamos compreender também como o discurso autobiográfico contemporâneo produz efeitos políticos na sociedade, e organiza processos terapêuticos na subjetividade.

Tais inquietações partiram de algumas premissas. A primeira delas foi sobre um tabu invisível que permeia o assunto no universo feminino. Ackerman (1998) nos permitiu supor o silêncio a partir de uma dimensão repressiva, enquanto a corrente teórica da psicanálise dava pistas de que a impossibilidade de compartilhar experiências de sofrimento poderia ampliar sequelas psíquicas, como a depressão, a tristeza profunda, a apatia e o estresse, potencializados pelo sentimento de culpa e vergonha sustentados pelas vítimas de abuso sexual.

Nesse sentido, vimos que campanhas como a #primeiroassedio rompem com o silenciamento e abrem o espaço público para a organização do trauma, não cabendo, aqui, entender se essa estruturação dá conta de algum grau de superação na subjetividade das vítimas. A literatura do testemunho, assinada por Levi (1988, 2004, 2010), nos dá pistas de que o ato de testemunhar torna-se uma forte necessidade para o indivíduo que vivenciou o trauma, mas, até para isso, é necessário um prévio silenciamento que funcionaria para distanciar o sujeito da experiência.

O termo “força” foi citado 35 vezes durante a análise do discurso desta dissertação, indicando que as testemunhas de violência sexual não se vestem apenas do estereótipo de vítimas, mas carregam consigo marcas de coragem. Por outro lado, notamos que a contribuição ética para a “quebra do silêncio” é atravessada pela crítica da espetacularização da vítima na ambiência midiática, incluindo o digital.

Autores como Santa Cruz (2012) e Sacramento (2016) guiaram o nosso olhar para a perspectiva de construção do herói e vitimização de determinadas camadas da população, evidenciadas pela auto-exposição de traumas, manifestados na cultura digital por meio de *talk shows*, documentários, *reality shows* – como o que serviu de cenário para a provocação da mobilização #primeiroassedio –, e outros programas, que exploram o consumo de sofrimentos pessoais, especialmente no Brasil.

Isso nos leva a outra premissa, a de que a polarização de lugares de fala viabilizados pelas mídias sociais permite um reducionismo em relação ao local de fala, uma vez que a única voz considerada legítima é a da mulher que viveu situação de sofrimento extremo. Confirmamos as análises de Vaz et al. (2014), sobre a confissão, enquanto prática de terapêutica moderna, e o testemunho, de ambição terapêutica atual, ambos vistos pelos autores como modelos discursivos que atuam na produção de subjetividade e delineiam um passado explicativo do sofrimento. Os relatos observados, apesar de contarem histórias de dor e sofrimento, revelavam mulheres dispostas a usar suas próprias experiências para reorganizar o tratamento social dado à questão.

Não se trata de uma superação individual sobre o trauma, mas uma busca pela mudança social conferida ao problema. Mesmo aquelas que se calaram durante anos, precisaram romper com a postura passiva para denunciar uma violência coletiva – no sentido de acometer um expressivo grupo de mulheres. Em alguma esfera, percebemos sinais de fortalecimento da autoestima das vítimas, que se mostram capazes de criar uma rede de incentivo e reforço para que suas vozes sejam ecoadas.

Na contrapartida, vimos, na prática, os efeitos de uma vulnerabilidade exposta pelas mídias sociais, como previam Miller e Horst (2012). Foi altamente expressiva a quantidade de relatos que demonstraram a capacidade que o ato de testemunhar publicamente tem para reacender memórias negativas e gerar efeitos como a insônia, o medo e a angústia no psiquismo das vítimas. Nesse sentido, constatamos que o reconhecimento público, enquanto ferramenta de reconstrução social, e os riscos corridos pela subjetividade humana caminham de mãos dadas.

Uma terceira vertente – que não chegou a ser uma premissa desta pesquisa – emergiu durante a análise dos depoimentos. A apresentação do lugar de fala da vítima como sendo a única capaz de tratar a experiência de abuso sexual. A maior parte dos posts não recebeu comentários de outros seguidores e, as poucas interações que apareceram, vieram na função de reforço e encorajamento às autoras, deflagrando pouca abertura ao diálogo e à troca.

O principal exemplo que corrobora essa leitura se deu na reação imediata do movimento feminista sobre a iniciativa midiática em torno da *hashtag* #meaculpa, que trouxe depoimentos masculinos relacionados ao primeiro assédio vivido pelas mulheres. A questão foi massivamente criticada e classificada como uma suposta tentativa de silenciamento pelos homens e por meios de comunicação, que não privilegiariam as vozes femininas, até então silenciadas.

Para responder à problematização evidenciada nesta pesquisa, optamos por um diálogo multidisciplinar com diferentes campos de conhecimento, como a Psicossociologia – que incluiu a ciência Psicologia e as teorias das representações sociais –, a Comunicação Social e os estudos da antropologia digital. Ao adotar a análise do discurso sobre os depoimentos recortados, importamos da psicanálise a noção de inconsciente para identificar o descentramento do sujeito, conforme recomenda Orlandi (1999). Assim, nossa trajetória de pesquisa partiu da conceituação da psicanálise acerca do trauma, da corrente teórica sobre memória e testemunho, atravessados pelo histórico do movimento feminista no Brasil e no mundo, trabalhados no capítulo de fundamentação teórica, em que também abordamos a dimensão simbólica da violência sexual.

Correspondendo à metodologia escolhida, interrogamos os sentidos estabelecidos nas diversas formas de produção dos 50 depoimentos analisados. Contribuiu, neste caminho, a compreensão da internet, especialmente representada pelas mídias sociais, como o espaço público para a luta feminista. Em resumo, podemos dizer que os testemunhos se apresentaram como relatos terapêuticos, de ambição autobiográfica, e atuaram como ferramenta política no movimento identitário feminista. Ao passo que permitiram a visibilidade a graves problemas sociais, utilizando a exposição do sofrimento como pano de fundo para as questões centrais, também possibilitaram a discussão pública sobre as emoções, imbuídas por um estigma de tema pessoal e privado.

Nossa análise destacou como a repercussão da mobilização nas redes serviram, principalmente, para a construção de uma perspectiva positiva da difusão da memória e do testemunho na comunidade, utilizando a internet como local para relatos, desabafos e engajamento de um grupo: mulheres vítimas de qualquer tipo de violência sexual, silenciadas por tabu invisível, compartilhado socialmente. Os sentidos discursivos das representações a respeito desse grupo nas mídias sociais reforçaram a coragem, o engajamento, e o esforço para uma mudança social em torno do tema.

Analisados em conjunto, os testemunhos organizados nos sugerem uma espécie de mosaico, que busca, coletivamente, denunciar a gravidade do problema ainda muito presente

no universo feminino. Grande parte dos coletivos chamam essa organização de “cultura do estupro” e, no desejo de combatê-la, os posts nos revelam sintomas como depressão, ansiedade e tristeza profunda por trás das falas. Algumas, mais fortes, demonstram que consideraram o suicídio durante as tentativas de elaboração do trauma.

Quando separamos a questão do corpo feminino durante a análise dos discursos emergentes, uma generalização que despontou na seção foi a compreensão da figura da vítima na pele da mulher, ou seja, a premissa de que qualquer uma pode, a todo momento, tornar-se vítima. Esse viés desperta sentimentos de empatia e compaixão, além de gerar identificação e proximidade psicológica.

Outra generalização pode ser feita no âmbito dos agressores. Independente se pai, irmão, tio, padrasto, primo ou outra pessoa próxima à vítima – para não distanciar o discurso do perfil considerado neste objeto de estudo –, são classificados como machistas, pervertidos e pedófilos. Afinal, quando falamos sobre violência sexual contra mulheres na faixa etária recortada neste trabalho, estamos falando de crime previsto na legislação brasileira (2009).

A análise por eixos temáticos, utilizada sobre os relatos da campanha, nos permitiu identificar os efeitos causados pela reação dos pais, a organização de sentimentos como a culpa e a vergonha, além de uma densa análise sobre a esfera do silenciamento. Tudo isso ocorre a partir de um processo de conscientização a respeito da violência simbólica de Bourdieu (2002a; 2005), em meio a uma sociedade patriarcal, que chega antes da prática do abuso sexual sofrido pelas mulheres.

Vimos, ainda, que o muro de silêncio é sustentado por sentimentos como o medo, um dos mais presentes nos relatos, com 25 citações. As mulheres alegam sentir medo de possíveis agressões – inclusive as que declararam nunca ter sofrido –, medo de que as pessoas não acreditem nelas, além do medo que a própria vulnerabilidade implica por natureza (MILLER; HORST, 2012). Também nesse aspecto, prevalece o coletivo, considerando que a coragem para testemunhar foi motivada por um movimento em massa, em uma espiral do silêncio ao contrário.

Esperamos que, em alguma medida, este trabalho contribua com o debate acerca da desigualdade de gênero e da violência sexual enfrentada por mulheres. Temos a convicção de que a discussão é fundamental, principalmente em tempos atuais (esta dissertação está sendo concluída em 2020), quando o conservadorismo e os debates extremistas assistidos no Brasil – na esfera política – fazem oposição a muitas demandas feministas. Do ponto de vista teórico, esta proposta adotou epistemologias críticas referentes às mediações comunicativas que possibilitam a intersubjetividade.

Caminhando para o fim desta exposição, reforçamos os aspectos provisório e temporal dos resultados. Assim como toda pesquisa científica, o principal valor deste trabalho é jogar luz sobre a discussão. Nesse sentido, entendemos que eventuais discordâncias são oportunidades de enriquecimento da produção intelectual empreendida até aqui. Nessa defesa, não nos interessa um olhar reducionista sobre feminismo e testemunho, mas uma leitura interdisciplinar, pois compreendemos que a sensibilidade do tema demanda a união de saberes, caminhando lado a lado. Assim, nossa expectativa é que esta dissertação sirva como ponto de partida para novos e eficientes diálogos sobre a violência sexual feminina e o uso das narrativas digitais na sociedade contemporânea.

Ao longo desta trajetória acadêmica, outros caminhos de pesquisa, relacionados ao tema central deste trabalho, surgiram, e não foram abraçados pela impossibilidade de serem verificados com a profundidade adequada nesta dissertação. Acreditamos que a pesquisa pode ser enriquecida com trabalhos etnográficos com mulheres que participaram das campanhas contra o abuso sexual. Durante o processo, nos deparamos com novas inquietações como o que está por trás da escolha da narrativa, além das questões respondidas nessa pesquisa como o sentimento de pertencimento, o reconhecimento público e a mudança de paradigma social.

Visualizamos também, como um novo caminho, a investigação sobre outras possibilidades de elaboração do trauma, para além do testemunho ou da antiga prática da confissão. É possível organizar o sofrimento sem qualquer prática de narrativa? As polêmicas e os debates gerados a partir deste questionamento poderiam constituir um material analítico profundo e consistente. Esperamos que tais aspectos em torno do tema possam ser tratados em futuros trabalhos acadêmicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Criança e ao Adolescente). **Relatório anual do sistema nacional de combate à exploração sexual infanto-juvenil**. Rio de Janeiro: ABRAPIA, 2003.

ACKERMAN, P. T. et al. **Prevalence of post traumatic stress disorder and other psychiatric diagnoses in three groups of abused children (sexual, physical, and both)**. *Child Abuse & Neglect: The International Journal*, v. 22, n.8, p. 759-774, ago. 1998.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **We should all be feminists**. Vintage, 2014.

ALMEIDA, Jane Soares de. **As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 197, pp. 5-13, jan./abr. 2000.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 13-56, 2014.

_____. **Engendering democracy in Brasil: women's movements in transition politics**. Princeton: Princeton University Press. 1990.

ALVES, Adjair. **Teorias de “poder” na relação entre indivíduos e/ou instituições no processo de organização social: um diálogo entre Foucault, Balandier e Bourdieu**. *Diálogos*, revista de estudos culturais e da contemporaneidade, Pernambuco, n. 3, p. 49-68, 2009. Disponível em: <http://www.orfeuspam.com.br/Periodicos_JL/Dialogos/Dialogos_3/Dialogos_3.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

ANJOS, Gabriele dos. **Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 274-305, jul./ dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a11.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **On revolution**. Londres: Penguin Books, 1965.

_____. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

ASSMANN, Aleida. **Erinnerungsriume. Formen und Wandlungen des kulturellen Gedâ'chtnisses**. Munique: C.H. Beck, 1999.

BAPTISTA, Maria Manuel, **Cultura: metodologias e investigação**. Lisboa: Ver o Verso, 2009.

BBC. **Campanha brasileira inspira hashtag em inglês sobre primeiro assédio sexual**. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_primeiro_assedio_repercussao_c>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **El segundo sexo** (vol. I y II). Madrid: Cátedra, Universitat de Valencia, 1949.

BENJAMIN, W. O Narrador. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Obras escolhidas, v. 1, p. 197-221.

BICALHO, Renata de Almeida; PAULA, Ana Paula Paes de. **Violência Simbólica: uma leitura a partir da Teoria Crítica Frankfurtiana**. ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, II., Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnGPR137.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

BIDARRA, Ana Rodrigues. **Da confluência entre big data e direito da concorrência: as concentrações digitais - O caso facebook/whatsapp**. 2020. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/mde/wpaper/0148.html>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BLANDIN, Claire (Org.). **Féminisme en ligne**. Paris: Éditions La Découverte, 2017.

BOLTANSKI, Luc. **La souffrance à distance**. Paris: Gallimard Folio Essais, 2007.

BOPPRÉ, Fernando. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva: um contraponto ao boom da memória nos estudos históricos**. Revista Esboços. UFSC, nº 20. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 2002a.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. Pierre. **Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia kabila**. Oeiras: Celta, 2002b.

_____. **O poder simbólico**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1996.

BRAUN, Suzana. **A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo**. Porto Alegre: Editora AGE, 2002.

BRASIL. **Código Penal**. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/818585/lei-12015-09>>. Acesso em: 29 maio 2018.

CAPRICHIO, Revista. **Repercussão do caso Valentina**. 2015. Disponível em: Disponível em: <<http://capricho.abril.com.br/vida-real/repercussao-caso-valentinadebate-online-assedio-pedofilia-915242.shtml>>. Acesso em 10 abr. 2018.

CARVALHO, Ana Paula Soares. **As mulheres no campo científico: uma discussão acerca da dominação masculina**. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, VII., Anais..., Florianópolis, 2006.

CARVALHO, Emílio; COSTA, Samira. As potências da narrativa. In. LOPES, Kleber; CARVALHO, Emílio; MATOS, Kelma (Orgs). **Ética e reverberações do fazer**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CASADEI, Eliza. Maurice Halbwachs e March Bloch em torno do conceito de memória coletiva. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, n. 108, 2010.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método**. Informação & Sociedade: Estudos, v. 24, n. 1, 2014.

IPEA. **Nota Técnica n. 11.** 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf>. Acesso em 29 mai. 2018.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política.** Revista Labrys, Estudos Feministas, Brasília, v. 7, p. 09-36, 2005.

COSTA, Elisabetta. **Social Media in Southeast Turkey: Love, Kinship and Politics.** UCL Press: London. 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA; Décio. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória.** Alea, v. 7, n. 2, julho – dezembro, 2005.

DW. **Dez anos de Lei Maria da Penha: avanços e lacunas.** 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/dez-anos-de-lei-maria-da-penha-avan%C3%A7os-e-lacunas/a-19454741>>. Acesso em 26 mai. 2020.

EL PAÍS. **O trauma de Anita Hill entra na disputa de Joe Biden pela Casa Branca.** Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/27/internacional/1556383347_069844.html> Acesso em 05 mai 2020.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Movimento #MeToo é Personalidade do Ano de 2017 da 'Time'.** Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2017/12/movimento-metoo-e-personalidade-do-ano-de-2017-da-time.html>>. Acesso em 22 abr. 2020.

FASSIN, Didier e RECHTMAN, Richard. **The empire of trauma: inquiry into the condition of victimhood.** Princeton: Princeton University Press, 2009.

FERENCZI, Sandór. **Diário clínico** (A. Cabral, trad.). São Paulo: Martins Fontes. 1990.

_____. **Psicanálise IV** (A. Cabral, trad.). São Paulo: Martins Fontes. 1992.

FERREIRA, M. C. L. Apresentação. In: **Glossário de termos do discurso.** Porto Alegre (RS): UFRGS. 2001.

FERREIRA JUNIOR, Luiz Fernando de Figueiredo. **Lugar de vítima: uma análise da campanha virtual eu não mereço ser estuprada e o propósito de colocar-se como vítima.** 2015. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Publicidade e Propaganda) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FOLHA. **Brasil registra mais de 180 estupros por dia.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-mais-de-180-estupros-por-dia-numero-e-o-maior-desde-2009.shtml>>. Acesso em: 16 mar. 2020

FONSECA, Tânia Mara Galli. **Utilizando Bourdieu para uma análise das formas (in)sustentáveis de ser homem e mulher.** In: STREY, Marlene Neves at al. Construções e perspectivas em gênero. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2001, p. 19-32.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade: a vontade do saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREUD, Sigmund. **The Defense Neuro-Psychoses**. Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud (SE). London, The Hogarth Press, v. 3, 1894.

_____. **A General Introduction to Psychoanalysis**. Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud (SE). London, The Hogarth Press, v. 15 e 16, 1916-17.

_____. **The Future of an Illusion**. Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud (SE). London, The Hogarth Press, v. 21, 1927.

_____. As neuropsicoses de defesa. In: **Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (E.S.B.). vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

FULGENCIO, Leopoldo. A noção de trauma em Freud e Winnicott. **Natureza humana**, São Paulo, v. 6, n. 2, dez. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151724302004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jul 2019.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **O rastro e a cicatriz: metáforas da memória**. Pro-Posições - vol. 13, n. 3, set./dez. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643942/11398>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

GALILEU, Revista. **4 comentários que mostram a necessidade de conversarmos sobre assédio**. 2018. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/blogs/buzz/noticia/2018/01/4-comentarios-que-mostram-necessidade-de-conversarmos-sobre-assedio.html>. Acesso em 26 mai. 2020.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HEILBORN, Maria Luiza. Usos e desusos do conceito de gênero. *Cult*, n. 219 (**Dossiê A Quarta Onda do Feminismo**), dez./2016.

HINE, Christine. **Ethnography for the internet. Embedded, embodied and everyday**. London: Bloomsbury Academic, 2015a.

_____. **Observing and Experiencing Online/Offline Connections**. In: HINE, Christine. *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. London: Bloomsbury Academic, 2015b.

_____; KENDALL, Lori; BOYD, Danah. **How can Qualitative internet researchers define the boundaries of their projects?** In: MARKHAM, A; BAYM, Nancy. *Internet Inquiry - conversation about method*. USA: Sage, 2009.

HORST, Heather; MILLER, Daniel. **Digital Anthropology**. Londres: Bloomsbury Academic, 2012.

ISTO É. Harvey Weinstein: a queda do “Deus” de Hollywood. Disponível em: <<https://istoe.com.br/harvey-weinstein-a-queda-do-deus-de-hollywood/>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: _____. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

LABIC. PERDIGÃO, L. **#PrimeiroAssédio: uma breve análise sobre relatos e feminismo na rede**. Novembro, 2015. Disponível em: <<http://www.labic.net/blog/primeiroassedio-uma-breve-analisesobre-relatos-e-feminismo-na-rede/>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In **Escritos** (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Original publicado em 1953), 1998.

LAPLANCHE, Jean. **Teoria da sedução generalizada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

_____.; PONTALIS, Jean-Bertrand 1967: **Vocabulaire de psychanalyse**. Paris, PUF, 1967.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 4ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

LERNER, Kátia; VAZ, Paulo. **“Minha história de superação”: sofrimento, testemunho e práticas terapêuticas em narrativas de câncer**. *Interface*, Botucatu, vol. 21, n. 60, p. 153-163, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0822>>. Acesso em: 28 maio 2018.

LEVI, Primo. **É isto um homem?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. **A trégua**. São Paulo: Planeta de Agostini, 2010.

_____. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. São Paulo: Paz e terra, 2004.

LEYS, Ruth. **From guilty to shame: Auschwitz and after**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

LIMA, Daniel Costa; BÜCHELE, Fátima; CLÍMACO, Danilo de A. **Homens, gênero e violência contra a mulher**. *Saúde Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 69-81, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n2/08.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

LOPES, Daniel dos Reis. **Redação do Enem 2015: a violência contra a mulher na sociedade brasileira**. Disponível em: <<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/redacao-do-enem-2015-a-violencia-contra-a-mulher-na-sociedade-brasileira/>>. Acesso em 27 mai. 2020.

MACHADO, Monica. **Antropologia digital e experiências virtuais do Museu de Favela**. Curitiba: Appris, 2017.

_____. **Consumo e Politização: Discursos publicitários e novos engajamentos juvenis**. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2011.

_____. **Polymedia e culturas juvenis: estudo de caso em uma favela carioca**. *Revista Z Cultural*, Rio de Janeiro, n. 1, 2015. Semestral. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/polymedia-e-culturas-juvenis-estudo-de-caso-em-uma-favela-carioca/>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

_____. **Webcam no contexto da antropologia digital**. In: *Comunicação, Mídia e Consumo (Online)*, v. 12, p. 146, 2015.

MADIANOU, M.; MILLER, D. **Polymedia: towards a new theory of digital media in interpersonal communication**. *International Journal of Cultural Studies*, v.16, n.2, 2013.

- MALCHER, Beatriz. **Crítica, moral e espetáculo**. 2016. 202f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- MARX, Karl. **O fetichismo da mercadoria: seu segredo**. In: _____. *O Capital* (vol. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MATOS, Marlise. **Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político**. Encontro Anual da ANPOCS, 2014. Anais... Caxambu, 2014.
- MCDOWELL, Josh; WAKEFIELD, Norm. **The dad difference: creating an environment for your child's sexual wholeness**. Spring Arbor Distributors, 1989.
- MCROBBIE, Angela. **The aftermath of feminism: gender, culture and social change**. London: Sage, 2009.
- MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- MELO, C.; VAZ, P. **Perda gestacional e neonatal, um sofrimento como outro qualquer**. Revista Matrizes, v. 13, n. 2, p.91-112, 2019.
- MOTA, C., LIRA, F., MOROSINI, P., & TEIXEIRA, C. **O Uso de Hashtags no Facebook e a Repercussão da Campanha# Meuprimeiroassédio**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Fortaleza - CE – 29/06 a 01/07/2017.
- MILLER, Alyson. **The pornography of trauma: faking identity in misery memoirs**. LiNQ, vol. 39, pp. 90-103, 2012.
- MILLER, Daniel. et al. **How the world changed social media**. Londres: UCL Press, 2016.
- MILLER, Daniel. **Tales from facebook**. Cambridge: Polity, 2011.
- MILLER, Daniel.; HORST, H. A. **The Digital and the Human: A Prospectus for Digital Anthropology**. In: HORST, H. A.; MILLER, D. (Eds.). *Digital Anthropology*. London: Berg, 2012.
- MILLER, Daniel; SINANAN, Jolynna. **Webcam**. Cambridge: Polity Press, 2014.
- MILLER, Daniel; SLATER, Don. **The Internet: An Ethnographic Approach**. Oxford: Berg. 2000.
- MOSCOVICI, Serge. **La Psychanalyse, son image et son public**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.
- _____. **Notes towards a description of social representations**. *European Journal of Social Psychology*, 1988.
- _____. **Psicologia das minorias ativas**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011.
- _____. **The Phenomenon of Social Representations**. In: FARR, R.; MOSCOVICI, S. (eds.) **Social Representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **Spiral of Silence**. In: **A First Look at the Communication Theory**. 7 th Edition. EUA: McGraw-Hill, 2005.
- NOVICK, Peter. **The Holocaust in american life**. Boston/New York: Mariner Books, 2000.

O GLOBO. URBIM, Emiliano; DALE, Joana; LOBO, Thais. **Tocados pelo #primeiroassedio, homens fazem mea-culpa.** 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/tocados-pelo-primeiroassedio-homens-fazem-meaculpa-17975262>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

OLIVEIRA, Arize. **Lugares do arco-íris: um olhar para comunidade lgbt+ a partir da antropologia digital.** 2020. 135f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Fórum: **Violência sexual e saúde.** Introdução. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 455-458, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/23n2/22.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Organização Mundial de Saúde. **Abuso infantil e negligência por parte dos pais e outros responsáveis.** In: Organização Mundial de Saúde. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra: OMS; 2002. p. 59-87.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas (SP): Pontes. 1999.

_____. (Org.). **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano.** Campinas (SP): Pontes. 2001.

_____. A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: **Anais do 10 Seminário de Estudos em Análise de Discurso,** Porto Alegre (RS): UFRGS. 2003.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 4a ed. Campinas (SP): Pontes. 2004.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento.** 3a ed. Campinas (SP): Pontes. 2002.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. In: **Arquivos da Memória: Antropologia, Escola e Memória.** N. 2. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 2007.

PEREZ, OLÍVIA; RICOLDI, ARLENE. **A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos.** 42º Encontro Anual da ANPOCS GT8 - Democracia e desigualdades. 2018.

PIMENTEL, CÉSAR. **Clínica do trauma e narrativa do sofrimento.** Fractal, Rev. Psicol., 2014, v. 26 – n. esp., p. 535-550. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1330>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

PINHEIRO, Teresa. **Ferenczi: do grito à palavra.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

PINTO, Céli Regina. **Uma História do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

POTTER, Jonathan. **Representing Reality.** London: Sage. 1996.

QUINSANI, Rafael. **Subjetividade, Identidade e Testemunho na Escrita da História: Algumas Reflexões.** Revista Sociais e Humanas (UFSM), 2010. ISSN online 2317-1758. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/viewFile/2212/1757>>. Acesso em: 17 maio 2018.

RADSTONE, Susannah. Cultures of confession/cultures of testimony. In: GILL, Jo. **Modern confessional writing: new critical essays**. New York: Routledge, 2006.

RICOEUR, Paul. **Entre tempo e narrativa: concordância/discordância**. Kriterion: Revista de Filosofia, v. 53, n. 125, 2012.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** (Feminismos plurais). Belo Horizonte: Ed. Letramento, 2017a.

_____. Feminismo negro: para além de um discurso identitário. Dossiê “**A quarta onda do feminismo**”. Revista Cult, nº 219, ano 19, dez. 2016.

_____. **O mito da mulher moderna**. 2017b. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/955/o-mito-da-mulher-moderna>>. Acesso em 25 abr. 2020.

RODRIGUES, Bruna Mariano. **Testemunhos femininos de assédio e violência sexual nas redes sociais: Trauma e dor como chaves para produção subjetiva e enunciação de si**. 2019. 216f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

RUDGE, Ana Maria. **Trauma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

SABOURIN, Pierre. **Ferenci: Paladino e grão-vizir secreto**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SACRAMENTO, Igor. **A era da testemunha: uma história do presente**. Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM), v. 7, pp. 125 - 140, 2018.

_____. **Tornando a dor visível: o ethos terapêutico em narrativas testemunhais de celebridades sobre o câncer**. Revista Ciberlegenda. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2015, n. 32, p. 109-122. Disponível em: <<http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/751>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

_____. **O espetáculo do trauma: narrativas testemunhais de celebridades sobre o bullying num programa de TV**. Contracampo, Niterói, v. 35, n. 02, pp. 157-182, ago./nov., 2016.

SANTANA, Eder Fernandes. **A resistência à dominação masculina em Pierre Bourdieu e a reflexão sobre o direito**. Revista Águia, Minas Gerais, v. 2, p. 99-118, 2012. Disponível em: <http://www.fenord.edu.br/revistaaguia/revista2012/textos/artigo_06.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

SANTA CRUZ, Lúcia. **Entre vítimas, sofredores e indivíduos: responsabilidade social na televisão**. Comunicologia - Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília, v. 5, n. 1, p. 276-296, 2012.

SANTINI, Rose Marie; TERRA, Camyla; ALMEIDA, Alda Rosana Duarte de. **Feminismo 2.0: a mobilização das mulheres no Brasil contra o assédio sexual através das mídias sociais (#primeiroassedio)**. P2P E INOVAÇÃO, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 148-164, sep. 2016. ISSN 2358-7814. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/p2p/article/view/2341>>. Acesso em: 22 apr. 2020. doi:<https://doi.org/10.21721/p2p.2016v3n1.p148-164>.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões** (J. O. Santos & A. A. de Pina, Trads.). São Paulo: Nova Cultural, 1987 (original publicado em 398).

SANTOS, Amanda; VAZ, Paulo. **A generalização da vítima de preconceito e a construção de narrativas de sofrimento**. In: Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Magda Guadalupe. Os feminismos e suas ondas. Cult, n. 219 (**Dossiê A Quarta Onda do Feminismo**), dez./2016.

SANTOS, Amanda; SANCHOTENE, Nicole; VAZ, Paulo. **A invenção do relacionamento abusivo: Sofrimento e sentido nas relações amorosas ontem e hoje**. LÍBERO. ISSN impresso: 1517-3283/ISSN online: 2525-3166, v. 22, n. 44, p. 122-135, 2019.

SANTOS, Amanda; SANCHOTENE, Nicole. **ABUSO, DESEJO E MORALIDADE: narrativas contemporâneas sobre sofrimento nas relações amorosas**. In: XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2019. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_KY8ASY6UPDB474HKP6UR_28_7762_22_02_2019_07_22_56.pdf>. Acesso em: 12 mai 2020.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SELBATH, Jeferson Francisco et al. (org). **Mulheres: história e direitos**. Cachoeira do Sul: Ed. do Autor, 2005. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000076.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes**. Projeto História, São Paulo, n. 30, p. 71-98, 2005.

SIBILIA, Paula. **“Madame Bovary sou eu”: A ficção acuada sob a ilusão da transparência, da correção política e da autenticidade**. In: Anais COMPÓS 2018 - XXVII Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Belo Horizonte: PUC-Minas, 2018. v. 1. pp. 1-15.

_____. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. **O universo doméstico na era da extimidade: nas artes, nas mídias e na internet**. Revista ECO-Pós, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 18, nº1, 2015, pp. 132-147.

SILVA, Luciana Soares da. **A violência simbólica contra a mulher no discurso jornalístico**. In: Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS), III. - dilemas e desafios na contemporaneidade. Campinas, São Paulo, Unicamp, 2012. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/SILVA_LUCIANA_SOARES_DA.pdf>. Acesso em 12 jul. 2018.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. **Representando Corpo e Violência: a invenção da “violência doméstica” em Timor-Leste**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 61, p. 133-145, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000200007>. Acesso em: 12 jul. 2018.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SOUZA, Eduardo. VIANA, Alba. **O poder (in)visível da violência sexual: abordagens sociológicas de Pierre Bourdieu**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 45, n. 2, jul/dez, 2014, p. 155-183. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2506/1944>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

THE GUARDIAN. *Explicit tweets to Junior MasterChef star in Brazil spark campaign against abuse*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development/2015/nov/11/brazil-explicit-tweets-junior-MasterChef-star-online-campaign-against-abuse-sexual-harassment>>. Acesso em 20 abr. 2020.

THINK OLGA. **Chega de Fiu Fiu: resultado da pesquisa**. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2013/09/09/cheга-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>>. Acesso em 20 abr. 2020.

_____. **Hashtag transformação: 82 mil tweets sobre o #PrimeiroAssedio**. Disponível em: <<https://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

_____. **Primeiro Assédio**. Disponível em: <<https://thinkolga.com/2018/01/31/primeiro-assedio/>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

UOL. **Holocausto: a série americana que mudou como alemães veem o genocídio cometido pelos nazistas**. Disponível em: <<https://entretenimento.uol.com.br/noticias/bbc/2019/01/30/Holocausto-a-serie-americana-que-mudou-como-alemaes-veem-o-genocidio-cometido-pelos-nazistas.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

VAN DIJCK, José Maria. **Mediated memories in the digital age**. Stanford: Stanford University Press, 2007.

_____. **The culture of connectivity**. A critical history of social media. Oxford, Oxford University Press, 2013.

VASCONCELOS, Maria Drosila. **Pierre Bourdieu: a herança sociológica**. Educação & Sociedade, Campinas, ano 23, n. 78, p. 77-87, apr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a06v2378.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

VAZ, Paulo. **Na distância do preconceituoso: narrativas de bullying por celebridades e a subjetividade contemporânea**. Galaxia, São Paulo, n. 28, p. 32-44, dez. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542014219044>>. Acesso em: 28 maio 2018.

_____. A vida feliz das vítimas. In: FREIRE FILHO, João. (org.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____; SANTOS, Amanda; ANDRADE, Pedro Henrique. **Testemunho e Subjetividade Contemporânea: narrativas de vítimas de estupro e a construção social da inocência**. Lumina: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, v. 8, n.2, p. 1-33, dez. 2014.

_____. **Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais**. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 212-234, 2010.

WIEVIORKA, Annette. **The Era of Witness**. Trab. Jared Stark. New York: Cornell University Press, 2006.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tordesilhas, 2014.

ZINN, Howard. A people's history of the United States: 1492-present. Routledge, 2015.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A ANÁLISE NAS MÍDIAS SOCIAIS

1. DA DESCRIÇÃO:

- Plataforma observada:
- Identificação (perfil/página ou #primeiroassedio):
- Descrever as principais impressões:
- Data da análise:

2. DO POST:

- É possível identificar quem é o agressor na vida da autora?
- Qual o laço de familiaridade do agressor?
- Qual a linguagem utilizada?
- Existem imagens? Se sim, do que tratam?
- Há referência a outros conteúdos online?
- Há interação? Comentários?
- É possível identificar as reações da família da vítima nos comentários?
- Há algum tipo de agressão à relatora?

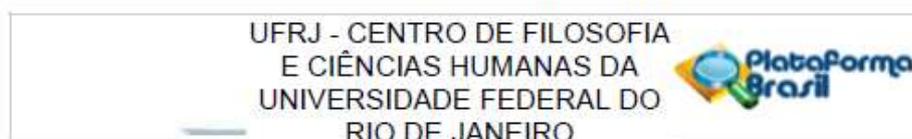
3. DOS DISCURSOS:

- Que momento histórico a sociedade brasileira estava vivendo quando a campanha foi lançada?
- Que movimentos/tendências mundiais influenciaram esse discurso?
- Qual seria o papel da 4ª onda do feminismo na construção discursiva do tema?
- Quais são as influências ideológicas que atravessam em 2015 o debate sobre silêncio feminino x regime de visibilidade de testemunhos?
- Fala-se sobre práticas para elaborar os conflitos emocionais?
- Há algum sinal de vingança ou perseguição aos perfis dos agressores?

APÊNDICE B – PARECER DA CONEP

Considerando a sensibilidade do tema investigado nesta pesquisa, avaliamos que seria oportuna a submissão do projeto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), por meio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mas, o retorno que recebemos foi o de que, por não se tratar de pesquisa com humanos, ficamos dispensados da necessidade de apreciação da CONEP.

Segue abaixo o retorno conforme o documento recebido.



Continuação do Parecer: 3.706.401

identidade das autoras resguardada, como imagens, nomes, nomes de amigos que curtiram ou interagiram com o post, e qualquer outra informação que possa permitir a identificação da autora."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa usa dados públicos, apenas suprimindo os detalhes que possam identificar as autoras dos relatos. Seu foco é a análise do discurso empregado, tão-somente. Do ponto de vista ético, exclusivamente, não se identificaram problemas aparentes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

"Propõe dispensa do TCLE?"

Sim

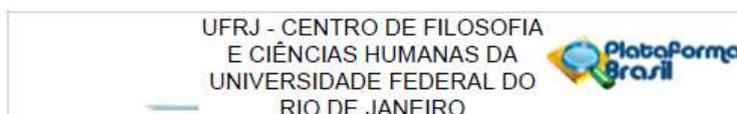
Justificativa:

Nenhuma participante da campanha #primeiroassedio será abordada - em nenhum momento da pesquisa. Não haverá entrevista pessoal, nem virtual, bem como não haverá nenhuma espécie de contato com as autoras dos relatos. As narrativas digitais que serão estudadas já estão sob exposição pública nas redes sociais, e podem ser facilmente localizadas por pesquisas que cruzem os dados da campanha. Ainda assim, ao utilizar os relatos na pesquisa, qualquer referência que possa identificar as autoras - como imagens, nomes, pessoas que se engajaram com o conteúdo - será mascarada."

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

➔ Por não se tratar de pesquisa com humanos, não cabe a este CEP emitir parecer.

Considerações Finais a critério do CEP:



Continuação do Parecer: 3.706.401

Situação do Parecer:

Retirado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

➔

RIO DE JANEIRO, 14 de Novembro de 2019

Assinado por:
Mônica Pereira dos Santos
(Coordenador(a))

ANEXO 1 – DEPOIMENTOS DA CAMPANHA #PRIMEIROASSEDIO

(não ilustrados nas figuras desta dissertação)

 **Tweet**

Eu tinha nove anos e o vizinho que devia ter uns 50 na época me agarrou por trás e começou a esfregar o pau em mim [#PrimeiroAssedio](#)

[Translate Tweet](#)

7:39 PM · Oct 21, 2015 · [Twitter Web Client](#)

68 Retweets 150 Likes

 **Tweet**

[@ThinkOlga](#) aos 12 anos um tio avô colocou as mãos na minha coxa e subiu a saia, enqnt pegava carona com a minha família dps da ceia de natal

[Translate Tweet](#)

7:06 PM · Oct 21, 2015 · [Twitter Web Client](#)

6 Retweets 1 Like

 **Tweet**

Quand eu tinha 14 anos, numa festa, um colega da minha mãe me seguiu até o banheiro e tentou me beijar.

[Translate Tweet](#)

6:56 PM · Oct 21, 2015 · [Twitter Web Client](#)

3 Retweets 3 Likes

 **Tweet**

com 8 anos um "tio" me levou no cinema, me colocou no colo e colocou a mão debaixo do meu vestido [#primeiroassedio](#)

[Translate Tweet](#)

11:49 AM · Oct 22, 2015 · [Twitter for Android](#)

4 Retweets 5 Likes

Tweet

 [Redacted Name]

11 anos, vendo tv no sofá, homem bem mais velho coloca a mão dentro da minha calça e "acaricia" minha barriga e virilha #primeiroassedio

[Translate Tweet](#)

11:10 PM - Nov 10, 2015 - Twitter Web Client

Tweet

 [Redacted Name]

Quando o advogado da minha mãe ficou a sós comigo pra "fazer perguntas" e passou a mão no meu corpo e me beijou. 9 anos! #PrimeiroAssédio

[Translate Tweet](#)

7:19 PM - Nov 17, 2015 - Twitter Web Client

1 Like

 [Redacted Name] [Seguir](#)

O porteiro do prédio me ergueu pra me ajudar a pegar um brinquedo na árvore fazendo questão de me apalpar. Eu tinha 9 anos. #PrimeiroAssédio

[Retweets](#) [Likes](#) 

12:50 - 22 de out de 2015

 [Redacted Name] [Seguir](#)

lembro do pai de uma amiga que passou a mão em mim durante uma viagem de carro de volta pra casa #PrimeiroAssédio

12:59 - 22 out 2015

  2  1

Tweet

 [Redacted Name]

#primeiroassedio 9 anos, morava em uma fazenda e um dos funcionários do meu pai tentou me estuprar. Fui salva por pelo irmão do cara.

[Translate Tweet](#)

2:23 PM - Oct 22, 2015 - Twitter Web Client

2 Retweets 6 Likes

← **Tweet**

#PrimeiroAssedio 10 anos, vizinho pai do meu amigo me fez sentar no colo dele e falou "você gosta de sentar no colo do tio, né? Não sai não"

[Translate Tweet](#)

7:38 PM - Oct 22, 2015 - Twitter for Android

3 Likes

← **Tweet**

#primeiroassedio Eu tinha 10 anos, pai de 1 amiga me levou p/ 1 quarto, massageou meus seios q estavam nascendo dizia q era pra crescer mais

[Translate Tweet](#)

6:43 PM - Oct 22, 2015 from Bavaria, Germany - Twitter Web Client

1 Like

← **Tweet**

7 anos, o pai de um amiguinho me chamou na sala da casa deles. Me segurou de costas pra ele sentado e c a mão lá em mim. #primeiroassedio

[Translate Tweet](#)

7:02 PM - Oct 22, 2015 - Twitter for Android

2 Likes

← **Tweet**

7 anos. O pai da minha amiga pôs a mão na minha calcinha e cochichou no meu ouvido: "Caladinha, vc vai gostar".

#PrimeiroAssedio

[Translate Tweet](#)

5:16 PM - Oct 22, 2015 - Twitter Web Client

1 Like

← **Tweet**

6 anos,o pai do meu padrasto passou a mão em mim,quando fiquei sozinha em casa com meus irmãos menores #primeiroassedio

[Translate Tweet](#)

10:14 PM - Oct 22, 2015 - Twitter for Android

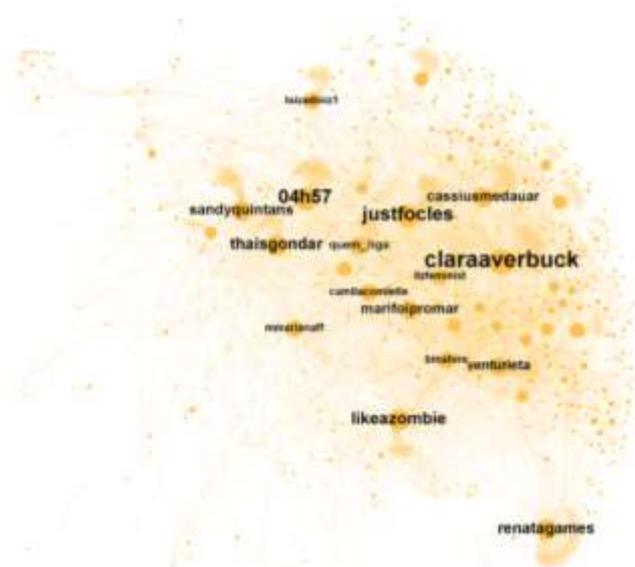
2 Likes

ANEXO 2 – MAPAS DESENVOLVIDOS PELO LABIC

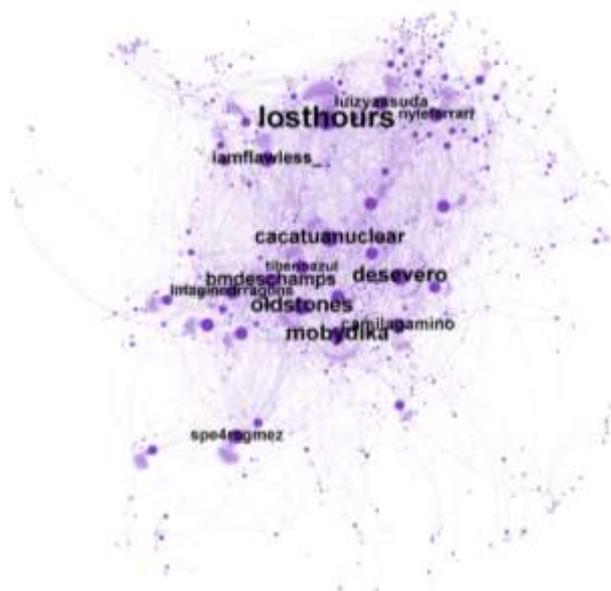
Rede laranja: perfis feministas, ativistas e formadores de opinião.

rede laranja



Rede roxa: mensagens de amparo e encorajamento.

rede roxa



Rede vermelha: presença da Think Olga (@thinkolga).

rede vermelha

